



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DINÂMICAS ESPACIAIS E RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS EM
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A ESPACIALIZAÇÃO NO
ASSENTAMENTO ESTIVAS EM AMARAJI - PE**

ELIANA MARIA VIEIRALVES LINHARES

**RECIFE
2006**

ELIANA MARIA VIEIRALVES LINHARES

**DINÂMICAS ESPACIAIS E RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS EM
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A ESPACIALIZAÇÃO NO
ASSENTAMENTO ESTIVAS EM AMARAJI - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva

**RECIFE
2006**

L755d Linhares, Eliana Maria Vieiralves

Dinâmicas espaciais e resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária: a espacialização no assentamento Estivas em Amaraji - PE. – Recife: O Autor, 2006.

135 folhas: il., tab., graf., quadros, fotos, mapas.

Orientadora: Vanice Santiago Fragoso Selva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2006.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Reforma agrária. 2. Assentamento rural. 3. Produção familiar. 4. Conflitos fundiários. I. Título.

**333.013.6 CDU (2.ed.)
333.31 CDD (22.ed.)**

**UFPE
BCFCH2006/31**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS-CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS-DCG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA-CMG**

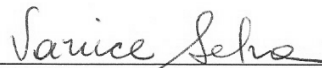
ELIANA MARIA VIEIRALVES LINHARES

**TÍTULO: DINÂMICAS ESPACIAIS E RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS EM
ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A ESPACIALIZAÇÃO NO
ASSENTAMENTO ESTIVAS EM AMARAJI – PE**

BANCA EXAMINADORA

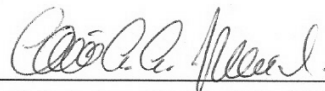
TITULARES

Orientador:



Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva – UFPE

1. Examinador:



Prof. Dr. Caio A. Amorim Maciel – UFPE

2. Examinador:



Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues – UFPB

Aprovada em 23 / 08 / 2006

Ao meu marido Edson, eterno companheiro de muitas lutas, às minhas filhas Isabela e Karina, às minhas netas Camila e Júlia, pelo apoio, paciência e estímulo para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

As contribuições recebidas para a realização desta pesquisa foram inúmeras ao longo dos dois anos em que esta dissertação foi elaborada. Muitas foram as pessoas que me proporcionaram os mais variados tipos de apoio, a quem desejo deixar registrados os meus agradecimentos:

Inicialmente, à minha orientadora, Profa. Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva, pela paciência na orientação deste trabalho e na busca constante em fazer-me repensar posicionamentos.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, pelas contribuições e sugestões durante o processo de aprendizagem.

Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, pela minha liberação para cursar o Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

À Coordenadoria de Educação Ambiental do IBAMA, na pessoa do Prof. José Silva Quintas e equipe, pela sabedoria, dedicação e profissionalismo à formação de educadores ambientais.

Ao colega Renaldo Tenório Moura, chefe do Núcleo de Licenciamento Ambiental da Superintendência do IBAMA em Pernambuco e demais colegas, por apoiarem e acreditarem nesta proposta.

Aos meus colegas de Pós-Graduação que compartilharam este desafio e possibilitaram a troca de idéias.

Às colegas de Pós-Graduação Luciana Viegas, Daniella Pereira e Clarisse Fraga que, além do apoio recebido nas horas mais difíceis, trocamos idéias, dividimos tarefas e elaboramos trabalhos.

Ao Presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Amaraji e representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE, Cícero Antônio da Silva, pelo apoio e atenção dispensados ao longo desta pesquisa.

Ao Presidente da Associação dos Parceiros do Engenho Estivas, Edílson Francisco da Silva pela boa acolhida e acompanhamento durante a realização dos trabalhos de campo.

Aos representantes dos movimentos sociais de Amaraji pelas valiosas informações colhidas nas entrevistas, Carlos H. da Silva - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Cícero A. da Silva-FETAPE, Amaro Fernandes da Silva - Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil - MTRUB, José Vicente Alves - Movimento dos Trabalhadores brasileiros Sem Terra-MTBST e Josenaldo Lopes da Silva - Centro de Cultura Popular Escritor Erasmo Alves - CEAC.

À Prefeitura de Amaraji, representada pelo Secretário de Agricultura Gilberto Benigno de Barros pelos depoimentos importantes prestados na entrevista.

Ao representante do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, de Amaraji, Carlos Alberto Silva Santos pelos dados obtidos na entrevista e material disponibilizado para pesquisa.

Ao Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, nas pessoas de Isnaldo Francisco da Silva e Maria Edna Nunes C. Borba, pela disponibilização de materiais referentes à área estudada.

Ao Instituto Tecnológico de Pernambuco - ITEP, nas pessoas da Presidente Siciônia Costa e da técnica do LABGEO, Ana Mônica Correia, pelo acesso ao material cartográfico do município de Amaraji.

Ao ex-Superintendente do INCRA, João Farias, pelo fornecimento de material sobre o Assentamento Estivas na ocasião da elaboração da proposta do projeto de pesquisa.

Ao Fernando Caldas, pela elaboração do material cartográfico.

À Raquel Bernardo, pelo paciente trabalho de formatação.

À Maria, pela paciência e dedicação durante este ano que passou comigo.

À Rosa e Acioli, funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, pela presteza no atendimento às minhas solicitações.

Ao Carlinhos, pela grande ajuda na impressão inicial deste trabalho.

Aos agricultores e agricultoras do Assentamento Estivas que me receberam em suas casas, prestando informações importantes sobre suas vidas, seu trabalho e sua luta no campo.

À minha querida amiga e Professora Margarita Lara Neves, pelo incentivo e apoio em todos os momentos.

Ao meu marido Edson, pela paciência e compreensão nas minhas ausências.

Às minhas filhas Isabela, Karina e netas Camila e Júlia que compartilharam comigo este sonho.

À keyke, eterna companheira dos trabalhos noturnos.

A evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos. É assim que as épocas se distinguem umas das outras.

Milton Santos

RESUMO

O processo de ocupação do espaço territorial brasileiro se deu no contexto de três eixos principais: as sesmarias, a escravidão e a monocultura canavieira para exportação. Estas frentes propiciaram a formação de grandes latifúndios, exploração da comunidade indígena, escravidão de negros africanos e impactos socioambientais advindos deste sistema. Ao apresentar

altos índices de concentração fundiária, expropriando o pequeno agricultor do seu principal meio de produção, a Zona da Mata de Pernambuco, desde o Período Colonial, caracterizou-se pela apropriação concentrada de terras agrícolas para expansão e exploração da cultura canavieira desencadeando o retraimento das pequenas propriedades. Com a crise da agroindústria canavieira aumentando os níveis de desemprego no campo e as tensões sociais na região, cresceram as ocupações de terra, sobretudo pelo MST, desde o final dos anos 80 do Séc. XX, assim como a aceleração dessas ações durante os anos 90, que vão demonstrar a existência de conflitos fundiários e que há milhões de demandantes de terra para nela fixarem residência e dela tirarem ao menos parte de seu sustento. Com a expansão do número de engenhos, transformadas em assentamentos, ganhou força o debate sobre a importância da produção familiar ou, mais precisamente, a busca da inserção de populações de trabalhadores rurais desprovidos de recursos e assim, expropriados do sistema produtivo.

Neste contexto, procurou-se avaliar se as mudanças verificadas na passagem da categoria de trabalhador rural da cana para agricultor proprietário de sua terra, a partir deste novo espaço, o assentamento rural na Zona da Mata Pernambucana, contribuíram para a inclusão destes novos atores sociais na economia da região. Assim, esta pesquisa discorre sobre as dinâmicas espaciais em assentamentos de reforma agrária, em um espaço familiar específico, o assentamento de reforma agrária, através da análise dos resultados socioambientais decorrentes da espacialização no Assentamento Estivas, no município de Amaraji, Microrregião da Mata Meridional Pernambucana.

Palavras-chave: Assentamentos rurais – Produção familiar – Conflitos fundiários

ABSTRACT

The process of occupation of the Brazilian area occurred in three main branches: The sesmarias, a slavery and the sugar cane monoculture for export. These branches gave rise to great latifunds, exploitation of the Indian community, slavery of Black Africans and social-environmental impacts coming from this system the Sugar Cane System. In presenting high number of concentration, excluding the small agriculture man from his main means of production, the “Zona da Mata” of Pernambuco, since the Colonial Period, characterized by the concentrated appropriation agricultural lands for expansion and exploitation of the sugar cane culture leading to the retraction of the small properties. With the crisis of the sugar cane agroindustry raising the levels of unemployment in the field and the social tensions in the region, the land occupations grew, mainly by the MST (Movimento dos Sem-Terra), since the late 80’s, as well as the acceleration of these actions during the 90’s, which will show the existence of Land Property conflicts and that there are millions of land demanders for in it to stay and from it have part of the his support. With the expansion of the number of farms, turned into settlements, the debate about the importance of the familiar production or, to be more precise, the search for the inclusion of the rural workers’ population with very few resources and, consequently, excluded from the productive system. This report is about the spatial dynamics in settlements of, in a specific familiar space, the settlement of “reforma agraria” throughout the analysis of the social-environmental results coming from the spatialization in the Settlement “Estivas”, such as the use of the sole, maintenance of the physical-natural environment and the social-environmental dimension inserted in this reality as a result of the spatial dynamics of the “Zona da Mata” of Pernambuco.

Keywords: Rural settlements – Familiar production – Fundiary conflicts

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1- Gráfico da Concentração Fundiária – Índice de Gini- INCRA/IBGE(1940 a 1992)	32
Figura 2 - Mapa do Estado de Pernambuco – Zona da Mata: microrregiões geográficas	64
Figura 3- Mapa municipal estatístico de Amaraji	65
Figura 4- Mapa planialtimétrico de Amaraji	66
Figura 5- Gráfico com números de estabelecimentos por setores da economia de Amaraji-1991/1996/2001	69
Figura 6- Casa Grande do Engenho Estivas	82
Figura 7- Localização do Assentamento Estivas no município de Amaraji e planta cadastral do assentamento com as parcelas e áreas de preservação ambiental	88
Figura 8- Planta cadastral do Assentamento Estivas com as áreas de matas e parcelas selecionadas para entrevistas	90
Figura 9- Açude do Assentamento Estivas	91
Figura 10- Córrego que atravessa a parcela 110	91
Figura 11- Extração de madeiras na mata Estivinhas	92
Figura 12- Plantio de cana-de-açúcar na parcela 110	97
Figura 13- Casa localizada em antigo sítio do engenho	97
Figura 14- Casa de farinha no Assentamento Estivas	98
Figura 15- Plantio de inhame na parcela 74	102
Figura 16- Transporte utilizado pelos produtores rurais nos dias de feira	103
Figura 17- Banca de agricultores do Assentamento Estivas	104
Figura 18- Área com plantio de cana sem proteção da encosta	106
Figura 19- Expansão agrícola em uma parcela que faz limite com a mata Estivinhas	107
Figura 20- Desmatamento na mata Estivinhas	108
Figura 21- Desmatamento na mata Estivinhas	108
Figura 22- Pequena queimada em áreas que faz limite com a mata	110

Figura 23- Plantios de abacaxi em áreas que se limitam com a mata	111
Figura 24- Plantio de banana em áreas que se limitam com a mata	112
Figura 25- Cultivo de cana em área que faz limite com a mata	112

QUADROS

Quadro 1 - Número de famílias assentadas por períodos de governo – 1964-2002	36
Quadro 2 - Número de famílias assentadas em Pernambuco – 2000-2005	39
Quadro 3 - BRASIL: Microrregiões com maior número de ocupações - 1988/2004	42
Quadro 4 - Movimentos sociais no campo em Pernambuco – 2004-2006	59
Quadro 5 - Síntese de dados do Censo Demográfico de Amaraji - 2000	67

TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Fundiária do Brasil - 2003	37
Tabela 2 - Ocupações de terras no Brasil – 2000-2004	38
Tabela 3 - Número de acampamentos em Pernambuco-maio/2005	40
Tabela 4 - Municípios da Mesorregião da Mata Meridional de Pernambuco com Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – 2004	41
Tabela 5 - Síntese da População Residente, Situação de Domicílio, Taxa de crescimento e grau de Urbanização de Amaraji – 1970/2003	68
Tabela 6 - Síntese das Atividades Econômicas do município de Amaraji – PEA/2000	69
Tabela 7 - Amaraji - Estrutura Fundiária- 1998	70
Tabela 8 - Síntese da Exploração da Lavoura Temporária	71
Tabela 9 - Síntese da Exploração da Lavoura Permanente	71
Tabela 10 - Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção - Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal em Amaraji	73
Tabela 11 - Rendimentos dos Chefes de Domicílio do Município de Amaraji	74
Tabela 12 - Taxa de analfabetismo – município de Amaraji	75
Tabela 13 - Síntese da População do Assentamento por faixa etária	93
Tabela 14 - Principal fonte de renda das famílias	99
Tabela 15- Principais produtos do assentamento	101
Tabela 16 - Demonstrativo da exploração pecuária	105

LISTA DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACAPE - Associação de Cooperação Agrícola do Estado de Pernambuco
ADENE - Agência de desenvolvimento do Nordeste
APEEA - Associação dos Parceiros do Engenho Estivas
CEAC - Centro de Cultura Popular Escritor Erasmo Alves
CEASA - Centro Estadual de Abastecimento e Sociedade Anônima
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONDEPE/FIDEM - Empresa Estadual de Pesquisa e Planejamento de Pernambuco
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPTECARA - Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentamentos da Reforma Agrária LTDA
COOPTERRA – Cooperativa dos Trabalhadores Sem Terra
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto de Reforma Agrária
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPA - Instituto de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MAD - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEAF - Ministério de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários
MEPF - Ministério Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD - Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTB – Movimento dos trabalhadores Brasileiros

MTBST - Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTL – Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

MTRUB - Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil

OLC – Organização da Luta no Campo

ONG - Organização não Governamental

PAR - Projetos de Assentamento Rápido

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRA - Plano de Recuperação do Assentamento

PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PROMATA - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SORPE - Serviço de Orientação Rural

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

UAPE – União dos Agricultores de Pernambuco

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores da Agricultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO MEIO RURAL	22
1.1 Formas, funções, processos e estruturas no espaço rural brasileiro	22
1.2 Uma retrospectiva da reforma agrária no espaço rural brasileiro.....	27
1.3 A Reforma Agrária em Pernambuco: as experiências da Zona da Mata Meridional Pernambucana.....	39
2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA ZONA DA MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA	44
2.1 O Processo histórico da agroindústria açucareira.....	44
2.2 A questão socioambiental no contexto da Zona da Mata pernambucana.....	52
2.3 A atuação dos movimentos sociais no campo: algumas experiências na Zona da Mata pernambucana.....	55
3. AS DINÂMICAS ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE AMARAJI	61
3.1 Condicionantes históricos e características geográficas do município de Amaraji.....	62
3.2 Aspectos socioeconômicos do município de Amaraji.....	67
3.3 Considerações sobre os assentamentos rurais em Amaraji	76
4. MUDANÇAS E RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO ESTIVAS	79
4.1 Revisitando o antigo engenho	79
4.2 A conquista da terra: a formação do Assentamento Estivas.....	84
4.2.1 O Significado das mudanças na vida dos novos produtores rurais	93
4.3 O sistema de produção.....	99
4.4 A questão ambiental no Assentamento Estivas	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	119

APÊNDICES.....	125
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AMARAJI.....	126
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES NO MUNICÍPIO DE AMARAJI	128
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE AMARAJI.....	129
APÊNDICE D - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PRODUTORES E EX-MORADORES DO ASSENTAMENTO ESTIVAS	131
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PARCELEIROS DO ASSENTAMENTO ESTIVAS	133
APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO PARA SER APLICADO COM O REPRESENTANTE DO INCRA NA ZONA DA MATA MERIDIONAL DE PERNAMBUCO.....	135

INTRODUÇÃO

Com elevado índice de concentração fundiária desde o Período Colonial, o Brasil caracteriza-se pela presença de grandes propriedades rurais. No Nordeste, especificamente na Zona da Mata Pernambucana, o monopólio da terra, por parte da elite açucareira para o cultivo da cana-de-açúcar para exportação, mantém-se até os dias de hoje e representa a permanência de um sistema que segrega e exclui os trabalhadores rurais na região.

Sobre o assunto, Caio Prado Júnior (1981) observa que o acentuado grau de concentração fundiária no Brasil é resultado de uma economia voltada desde o período colonial à produção extensiva para mercados do exterior, baseada em um sistema agrário excludente e de grandes propriedades.

Além desta herança histórica, caracterizada pela alta concentração fundiária, a região amargou ainda os efeitos da modernização da agricultura brasileira que impôs, a partir dos anos 60 do século XX, uma política agrícola que privilegiava as grandes empresas agrícolas, ao mesmo tempo em que eliminava os postos de trabalho de grande parte da mão-de-obra assalariada do campo.

A crise da agroindústria canavieira veio aumentar os níveis de desemprego no campo e as tensões sociais na região. Cresceram as ocupações de terra, sobretudo pelo MST, desde o final dos anos 80, assim como a aceleração dessas ações durante os anos 90, que vão demonstrar a existência de conflitos fundiários e que há milhões de demandantes de terra para nela fixarem residência e dela tirarem ao menos parte de seu sustento.

O município de Amaraji, localizado na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, cuja estrutura agrária é característica da região canavieira do Estado, com a presença de muitos latifúndios, alguns ainda produtivos, vem arcando com as consequências do desaquecimento do setor sucroalcooleiro como o êxodo rural que provoca o inchaço da sede municipal, além de outros problemas de ordem social, econômica e ambiental.

Nesse sentido, esta pesquisa discorre sobre as dinâmicas espaciais e os resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária. Em relação aos procedimentos, tratou-se de um estudo de caso, em um espaço familiar específico, o Assentamento Estivas, situado no município de Amaraji, no período de 1995 a 2005. A escolha do período a ser analisado se deu por conta das intensificações das ocupações de engenhos improdutivos no município, o

crescimento da quantidade de assentamentos instalados e o fortalecimento da agricultura familiar que vem alterar as relações de trabalho dominantes na região.

Utilizou-se como categoria de análise o espaço, onde se materializam as transformações de uma determinada sociedade ao longo do tempo. Assim, as formas, funções, estruturas e processos resultantes da instalação do Assentamento Estivas vão exigir do Estado novas demandas que atendam às necessidades destes novos atores sociais, os assentados. Procurou-se também avaliar a evolução histórica e socioeconômica da área escolhida para melhor compreender as mudanças verificadas nos sistemas de produção e seus impactos no assentamento estudado.

Na visão de Santos, o espaço não pode ser considerado apenas pelos seus aspectos físicos, ele engloba as questões sociais, econômicas e a sociedade que o transforma. Assim, um determinado lugar não é igual ao outro, tendo em vista que os indivíduos são diferentes e imprimem no espaço as suas particularidades. Dessa forma, para Santos (2002, p.62),

A configuração territorial não é espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa descritiva que possibilitou a explicação do conjunto de fatos levantados pela observação, bem como foram passíveis de ser legitimados como a melhor representação da realidade. No que se refere ao método, optou-se pelo método materialismo histórico e dialético que permite o entendimento da relação sociedade / natureza mediada pelo trabalho. Dessa forma, este método possibilita a análise da realidade da área do objeto de estudo, a partir da compreensão das dinâmicas espaciais verificadas no Assentamento Estivas.

Sobre o assunto, Façanha (2004, p. 135) complementa:

Para que os geógrafos tenham a capacidade de tornar a Geografia um instrumento de ação, acredita-se ser fundamental trabalhar o objeto da Geografia – o espaço com o método do materialismo histórico e dialético, como uma das vertentes que orienta uma investigação mais próxima da realidade.

A opção pela análise das transformações na área de estudo proposta tem relação com o fato da Zona da Mata Meridional Pernambucana, onde está situado o município de Amaraji/ Assentamento Estivas, apresentar nas últimas décadas, um crescimento significativo do número de assentamentos e, conseqüentemente, novos arranjos espaciais e mudanças sociais e

nas relações de trabalho na região. Além deste aspecto, o Projeto do Assentamento Estivas, o maior imóvel disponibilizado para a reforma agrária em Amaraji, foi o que contemplou também o maior número de famílias (110) assentadas no município.

Questões relacionadas ao meio ambiente e a ausência de uma política que integre as ações do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no momento da aprovação dos projetos de assentamentos também reforçaram a escolha da área de estudo. A falta de integração interinstitucional foi evidente no caso do assentamento Estivas, principalmente na ocasião do parcelamento dos lotes. O INCRA demarcou as parcelas em áreas de Reserva Legal, constituída por remanescentes de Mata Atlântica, sendo então autuado pelo IBAMA por infringir a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605/98). Este fato obrigou o INCRA a fazer um novo projeto de parcelamento no imóvel, o que fez com que fossem reduzidos os tamanhos de algumas parcelas, comprometendo, assim, o espaço destinado às práticas agrícolas.

Com relação aos procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa optou-se pela observação da realidade local, juntamente com as leituras de diversos trabalhos e pesquisas onde se delineou o referencial teórico e, com o suporte das disciplinas do curso de pós-graduação, possibilitaram a compreensão das relações dinâmicas e contraditórias do espaço rural. Outras fontes secundárias foram utilizadas, como a análise cartográfica e historiográfica, consulta a documentos do INCRA, dados disponíveis nos arquivos virtuais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Pastoral da Terra, consultas aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aquisição de cartas na mapoteca da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Com o objetivo de orientar a pesquisa, a partir da observação da realidade do assentamento, alguns questionamentos foram necessários para averiguar com mais precisão as dinâmicas espaciais e resultados socioambientais no Assentamento Estivas:

A desarticulação da política de reforma agrária com outras políticas, nacionais, estaduais e locais tem contribuindo para o insucesso econômico do assentamento?

Como o assentado, com pouco acesso ao crédito, capacitação e assistência técnica pode produzir o suficiente para o sustento da família?

O assentamento, sem a infra-estrutura adequada para a produção e escoamento de seus produtos agrícolas, vai permitir a sustentabilidade econômica do espaço?

Qual a preocupação dos assentados com as questões de conservação do meio ambiente? Quais os efeitos da degradação ambiental para a qualidade de vida destes produtores rurais?

A coleta de dados constituiu-se de 38 entrevistas semi-estruturadas, contemplando 30 famílias do assentamento e 8 pessoas representando o poder público local, sindicato rural e movimentos sociais de Amaraji com o auxílio de roteiros específicos (Apêndices A, B, C, D e E). As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro/2005 a janeiro/2006 no intuito de coletar informações acerca das mudanças e permanências ocorridas, a partir da instalação do assentamento, para cada grupo de entrevistados.

As entrevistas gravadas foram transcritas e posteriormente analisadas. O grupo de entrevistados foi constituído por representantes da Prefeitura do município, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata – PROMATA, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representantes dos movimentos sociais atuantes no município, antigos moradores do engenho e ex-trabalhadores da cana-de-açúcar que fizeram parte do processo de ocupação do imóvel. Elaborou-se também um questionário para ser aplicado ao representante do INCRA na Mata Sul, que foi encaminhado e não teve o retorno no tempo previsto (Apêndice F).

Todo material coletado se constituiu em ferramenta fundamental para levantar a dimensão das transformações ocorridas no espaço agrário do assentamento e os resultados socioambientais resultantes destas mudanças. No assentamento, foram realizadas 30 entrevistas para colher informações sobre a vida dos agricultores, antes e depois da conquista dos lotes, dados sobre as mudanças socioeconômicas verificadas no município, a partir da instalação do assentamento sobre as condições socioeconômicas dos assentados, formas de acesso a terra, as relações de trabalho, informações sobre o sistema produtivo e aspectos da conservação do meio ambiente.

É necessário frisar que os roteiros utilizados nas entrevistas nem sempre foram seguidos à risca, apenas procuraram norteá-las, pois os interlocutores foram sempre deixados à vontade, com tempo suficiente para tratarem das questões propostas e ainda abordarem outros assuntos que lhes fossem oportunos.

Buscou-se contemplar uma amostra que apontasse para a devida condição do produtor considerando os diferentes tamanhos dos lotes, que variaram de 4 a 8,7 ha. Procurou-se ainda conversar com ex-empregados que residiam nos sítios do engenho (moradores), trabalhadores

rurais que participaram da ocupação do imóvel e, por último, agricultores que tiveram acesso a terra através do repasse de algumas parcelas, em decorrência da desistência de antigos assentados.

Os resultados colhidos no desenvolvimento da pesquisa indicam que a falta de integração das políticas públicas nas variadas esferas (federal, estadual e municipal) têm contribuído para a estagnação econômica do assentamento Estivas, tendo em vista que promovem o assistencialismo e não permitem que o agricultor se emancipe; a falta de crédito, capacitação e assistência técnica são entraves para o desenvolvimento de uma produção agrícola que permita suprir as necessidades da família; o descaso do poder público com as vias de escoamento da produção agrícola do assentamento e a falta de transporte para distribuição dos produtos incentiva a presença dos “atravessadores” que adquirem os produtos a preços abaixo do mercado, e, finalmente, a falta de conhecimento e o desinteresse da maioria dos assentados na adoção de práticas agrícolas que conservem o meio ambiente têm degradado o agrossistema e comprometido a qualidade de vida dos assentados.

A apresentação do trabalho encontra-se estruturada em quatro capítulos e considerações finais. O primeiro capítulo tece algumas considerações acerca da organização espacial no meio rural brasileiro e as transformações verificadas na estrutura agrária da Zona da Mata de Pernambuco identificadas no espaço através das categorias de análise: forma, estrutura, processo e função; em seguida, faz-se uma abordagem acerca da reforma agrária no Brasil traçando um breve histórico sobre a ocupação do território brasileiro e descrevendo algumas experiências de luta pela terra ocorridas na Zona da Mata Meridional Pernambucana.

No segundo capítulo, destacam-se as transformações espaciais verificadas na Zona da Mata Meridional Pernambucana analisando o processo histórico da agroindústria açucareira, aspectos da questão ambiental na região e as experiências dos movimentos sociais em prol da reforma agrária.

No terceiro capítulo, são estudadas as dinâmicas espaciais do município de Amaraji, descrevendo os aspectos históricos, características geográficas, as questões socioeconômicas e as transformações que ocorreram na estrutura fundiária, a partir da instalação dos assentamentos que inseriram novos elementos e agentes, alterando as relações de poder.

O quarto capítulo analisa as mudanças e os resultados socioambientais no assentamento Estivas, faz um breve relato acerca do antigo engenho, avalia o significado das

mudanças na vida dos novos produtores rurais descrevendo alguns aspectos do sistema produtivo e tecendo alguns comentários acerca da questão ambiental no assentamento.

Nas considerações finais, são apontados os resultados e conclusões desta pesquisa tendo como pano de fundo as análises apresentadas nos diversos capítulos deste trabalho, assim como os resultados obtidos através da pesquisa direta, destacando a presença dos assentamentos na Zona da Mata Pernambucana como elementos fundamentais para romper com o monopólio da terra alterando as relações de trabalho e poder, ao mesmo tempo em que permitem a inserção do produtor rural familiar expropriado pelo sistema canavieiro na economia local.

Após as considerações finais, apresentam-se as referências citadas e consultadas no desenvolvimento deste trabalho e nos apêndices os roteiros das entrevistas e questionários utilizados.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO MEIO RURAL

1.1 Formas, Funções, Processos e Estruturas no Espaço Rural Brasileiro

A década de 70 do século XX caracterizou-se pelo surgimento da Geografia Crítica, fundamentada nas concepções do Materialismo histórico e na Dialética. Essa corrente geográfica procurava desmistificar ao mesmo tempo os conceitos da geografia tradicional, que não considerava o espaço como um conceito-chave, e da teórico-quantitativa, que apresentava uma concepção reduzida (positivista) do espaço (CORRÊA, 2003).

A preocupação com o estudo do espaço sempre esteve presente nas mais variadas correntes da Geografia. Sendo seu objeto de estudo, o espaço é analisado pelas diferentes concepções geográficas, de acordo com os processos de construção e desconstrução dos tecidos espaciais (SILVA, 1991). Na concepção de Silva (1991, p. 10), no pensamento geográfico, ao longo dos tempos, sempre “falou-se em espaço físico, natural, humano, econômico e social”. Em sua opinião, há um tipo diverso de se conceber o espaço para cada escola da Geografia.

Na análise marxista, o espaço é entendido como espaço social, “é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção” (LEFÉBVRE, 1976, *apud* CORRÊA, 2003, p.25). Do mesmo modo, as obras de Milton Santos conceituam a formação socioespacial a partir de conceitos socioeconômicos, pois a sociedade se constrói através do espaço que produz. Assim, para Santos (1978, p.122), “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.

Portanto, é preciso considerar a importância do espaço como objeto de análise da Geografia. Conforme aponta Corrêa, (2003, p. 24) “no âmbito dos debates o espaço reaparece como o conceito-chave”. É no espaço que se percebem as mudanças e permanências de uma determinada região. Soja (1993), por sua vez, reforça a importância do espaço como um produto social, que vai além da descrição de padrões espaciais e procura, ainda, estabelecer as relações dialéticas entre formas espaciais e processos históricos que moldam a sociedade. O autor argumenta que “as relações sociais e espaciais são dialeticamente interativas,

interdependentes; que as relações sociais de produção são formadoras do espaço e contingentes ao espaço” (CORRÊA, 2003, p. 103).

Dessa forma, para estudar a organização espacial, faz-se necessário entender o espaço a partir das quatro categorias de análise, assim definidas por Milton Santos (1985): forma, função, processo e estrutura. Embora o espaço deva ser observado na totalidade, em sua análise devem ser consideradas essas categorias. A forma representa o aspecto visível do objeto; a função, a tarefa, atividade ou papel desempenhado por esse objeto; a estrutura, a maneira pela qual os objetos estão inter-relacionados; e o processo, a ação que se realiza continuamente, implicando em tempo e mudança (SANTOS, *apud* CORRÊA, 2003).

Assim, na visão de Santos (1985, p.49),

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a compreensão da produção do espaço.

Hoje se percebe esta interação espaço-sociedade e as mudanças decorrentes de novos processos que ocorrem na Zona da Mata pernambucana quando nos assentamentos, as casas-grandes, antes restritas aos senhores de engenho têm novas funções e são muitas vezes utilizadas como espaços de reuniões, sedes das associações dos assentamentos e até residências de agricultores. As casas-de-farinha, reconstruídas em alguns lotes, produzem semanalmente o produto para alimento da família e o excedente para ser comercializado em feiras nos municípios. As antigas moradias dos trabalhadores dos engenhos, nos arruados e sítios, agora são residências dos assentados e suas famílias.

A partir da afirmação de Santos, que considera o espaço como um produto social, verifica-se que a dinâmica espacial no rural brasileiro pode ser compreendida a partir de como essas categorias se estabelecem, ou seja, de que modo os processos ocorrem em um determinado tempo e como dão origem a novas formas, funções e estruturas. No Brasil, o processo de colonização imprimiu no espaço um alto índice de concentração de terras e monoculturas voltadas à exportação. O Nordeste, especificamente em Pernambuco e na Bahia, desde o período colonial caracterizou-se pelo binômio latifúndio-monocultura que consagrou o trabalho escravo na região. Na visão de Abramovay (2002, p. 26),

A secular especialização produtiva apóia-se numa estrutura social de senhorio: o engenho e a usina de açúcar não são apenas unidades produtivas, mas verdadeiras

instituições, que moldam o conjunto da vida social em torno de uma organização política de natureza oligárquica.

Desse modo, as formas, as funções e estruturas sempre estiveram organizadas para atender a essa atividade mercantilista dominante. Os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, as estradas de ferro, portos fluviais e marítimos representavam as formas do espaço rural da lavoura canavieira de exportação; as atividades agrícolas e não-agrícolas seriam as funções e as estruturas sociais e econômicas estavam projetadas para o desenvolvimento da atividade sucroalcooleira, onde as formas e funções seriam justificadas (criadas) para o atendimento de processos representando o conjunto da atividade agrícola exportadora.

Entretanto, as dinâmicas espaciais na Zona da Mata pernambucana passaram por mudanças de caráter fundiário e socioeconômicos quando o poder dos usineiros e produtores de cana foi ameaçado nos períodos de crises, principalmente a partir dos anos 80 do Século XX, em consequência do corte dos incentivos do Estado para o Nordeste com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. A indústria sucroalcooleira, ao perder a competitividade para outros mercados, a exemplo de São Paulo, e com a suspensão dos subsídios, teve que retrain a produção, o que desencadeou o fechamento de usinas e engenhos a partir do desestímulo do governo ao programa do PROALCOOL.

Em consequência do fechamento de muitas usinas e engenhos, houve acelerada migração dos trabalhadores do campo que estavam desempregados para as periferias das cidades, provocando o inchaço e problemas típicos das regiões metropolitanas, tais como violência, habitação precária, desemprego, falta de acesso à saúde, educação (ABRAMOVAY, 2002). Por outro lado, as usinas que resistiram à crise, investiram em tecnologia para gerar mais lucros e essa modernização no campo também contribuiu para a dispensa de grande parte da mão-de-obra permanente.

Nesse contexto, a partir da década de 80 do século XX, intensificaram-se as ações dos movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que, inspirados pelas conquistas das Ligas Camponesas da década de 50, vêm ocupando engenhos improdutivos para o desenvolvimento da agricultura familiar, no intuito de dirimir as questões trabalhistas decorrentes do desemprego e das tensões no campo. Portanto, novos processos resultantes das conquistas dos movimentos sociais têm construído novas formas materializadas nos assentamentos de reforma agrária e novas funções que são desenvolvidas pelos trabalhadores rurais, agora proprietários da terra. Hoje, na Mesorregião da Mata

Pernambucana, existem aproximadamente 92 assentamentos de Reforma Agrária com mais de 4.000 famílias assentadas (INCRA, 2004).

Apesar da reforma agrária na Zona da Mata pernambucana não se constituir uma prática das políticas públicas do Estado, em função das pressões das oligarquias visando a manutenção dos latifúndios, algumas iniciativas têm surgido promovendo uma nova configuração espacial com a instalação de assentamentos rurais, onde se praticam atividades agrícolas e não agrícolas. Esse fato demonstra que os novos processos, formas, funções e estruturas produzem novas espacialidades que se revelam, ao longo do tempo, em outras práticas no manejo da terra, novas formas nos sistemas agrícolas e produtivos e que interferem nas políticas, na economia, na sociedade e cultura de um determinado lugar (SELVA, 2002).

Nesse sentido, faz-se necessário considerar a variável temporal na análise espacial porque o espaço e o tempo não estão dissociados dos objetos que estão em constante movimento, em mudança, em processo. Para Ferreira (2002, p.23-24) “a indissociabilidade espaço/tempo é uma característica importante na análise geográfica e passa pelo entendimento de como o homem reagiu e vem reagindo às influências da natureza ao longo do tempo”. Seguindo a mesma linha de pensamento, Santos (1997, p. 98) observa que “cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho”.

Assim, as mudanças ocorridas ao longo do tempo no espaço rural da Zona da Mata Pernambucana se verificam nas relações de trabalho, ou seja, do regime escravocrata para o trabalho “livre”; nos processos produtivos, antes instalados nos antigos engenhos bangüês e hoje nas usinas modernas; nas formas de cultivar a terra com o arado à mecanização na agricultura e a transformação de antigos engenhos improdutivos em assentamentos de reforma agrária. Por outro lado, as permanências se materializam também nas relações de trabalho que, apesar de terem a conotação de “livre”, segrega e expropria o trabalhador rural e a figura do latifúndio ainda permanece forte, tendo em vista que a maioria da população que trabalha no campo não tem acesso a terra.

Assim, as velhas formas dos engenhos ainda se fazem presentes nas casas-grandes, nas casas-de-farinha, nos arruados e nas residências dos antigos sítios. São velhas formas, com novas funções conquistadas a partir da luta dos agricultores pela terra e pela desapropriação de antigos engenhos para o estabelecimento de assentamentos rurais.

Dessa forma, as mudanças verificadas na Zona da Mata demonstram que a concepção de Santos (1985, p.49) sobre as transformações no espaço ocorrem “sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização social”. Desse modo, o surgimento dessa nova organização social na região está materializada na presença dos assentamentos rurais de reforma agrária.

Assim, as novas relações sociais estabelecidas no espaço dos assentamentos rurais promovem outras formas de convivência no meio rural. As práticas sociais estabelecidas são resultado do somatório das experiências de vida e de luta para a conquista da terra. O novo espaço é o espaço de trabalho, da convivência e das trocas. Nesse sentido, Moraes e Costa (1984, p.72) enfatizam que:

O espaço, como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em construção. O espaço real como demarcação de práticas sociais precisas, uma realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é imprimida por uma sociedade concreta que representa o somatório dos processos naturais e sociais ocorridos em determinado lugar.

Verifica-se, ainda, que as novas relações sociais estabelecidas nos assentamentos da Zona da Mata pernambucana, fazem daquele espaço, um espaço único, em constante processo de transformação. Na verdade, a partir do momento da passagem da condição de trabalhador rural sazonal para proprietário de sua parcela, se dá certo sentido de pertencer, permanecer no lugar e criar suas raízes. Harvey confirma este sentimento de identidade com o lugar quando comenta que:

A consciência espacial inerente ao sujeito lhe dá condições de reconhecer o papel do espaço e do lugar em sua própria biografia, a relacionar-se aos espaços que ele vê ao seu redor e a reconhecer o relacionamento que existe entre ele e sua vizinhança, seu território ou, para usar a linguagem dos grupos de rua, seu pedaço (HARVEY, apud COSTA, 1983, p. 45).

Portanto, as mudanças verificadas no espaço rural brasileiro a partir do acesso a terra por parte dos trabalhadores rurais excluídos do sistema produtivo, além de permitirem o surgimento de novas atividades agropastoris, estabelecem novas relações sociais, dinamizam a economia e ainda estreitam os laços culturais. Entretanto, apesar dos assentamentos de reforma agrária promoverem mudanças positivas, as permanências como o latifúndio e a exclusão do pequeno produtor ainda são significativas.

1.2 Uma Retrospectiva da Reforma Agrária no Espaço Rural Brasileiro

O processo civilizatório teve seu início quando o homem passou a interagir com a natureza, através de seu trabalho. No momento em que produziu excedente, passou a disputar cada vez mais benefícios, inclusive a posse da terra (RANIERI, 2003). Desse modo, na formação das primeiras sociedades organizadas já foram estabelecidas as primeiras regras que orientaram os procedimentos de acesso a terra.

As atividades agrícolas e pastoris representaram a primeira base econômica da humanidade. A atividade agropecuária foi, ao longo dos tempos, a principal atividade econômica e possuir terras era sinônimo de poder e riqueza. Na opinião de Hoffmann (HOFFMANN *apud* RANIERI, 2003), baseado em várias análises sobre o tema, a concentração de renda e a propriedade da terra estavam sempre associadas ao poder, nas mais diversas sociedades. Nesse contexto, terra e dinheiro seriam as condições *sine qua non* para a ascensão ao poder.

A questão da posse da terra sempre esteve presente na História da Humanidade, entretanto, a grande maioria da população sempre esteve à margem desse processo. A conquista do direito de acesso a terra, na maioria das vezes, foi obtida através de muitas guerras e revoluções, a exemplo do que ocorreu em várias partes do mundo, como a Revolução Russa, Mexicana, Chinesa, Cubana, Portuguesa, entre outras.

O componente ideológico que acompanha a questão agrária quase sempre abre espaços para conflitos pela posse da terra, muitas vezes associada às guerras que provocam rupturas na estrutura da produção e, conseqüentemente, no domínio e uso da terra. Sobre o assunto Gutelman (GUTELMAN *apud* RANIERI, 2003) destaca que o processo de transformação no uso e posse da terra implica sempre em mudanças no âmbito social, econômico e político de uma sociedade, mudanças essas advindas de algum tipo de reação popular.

Nesse sentido, na América Latina podem-se destacar algumas experiências de reforma agrária como a implantada na Bolívia, em 1953, após a revolução popular de Victor Paz, na qual os indígenas receberam terras e foram libertados da condição de servos. Em Cuba, onde havia grande concentração fundiária, por volta de 1958, o governo de Fidel Castro estabeleceu um limite de quantidade de terras por pessoa com a intenção de acabar com os latifúndios na região. As grandes plantações de arroz e grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar

passaram para o Estado que incentivou a criação de cooperativas para pequenos produtores (JUNGES, 2002).

No que se refere às experiências de reforma agrária no Brasil, antes é interessante refletir sobre o conceito de reforma agrária, definido a partir do Estatuto da Terra (Lei 4.504, Art. 1º, §1º, 1964) que considera “a Reforma Agrária como o conjunto de medidas que visam promover uma melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade.” De acordo com Fernandes (2000, p.17), “o primeiro projeto de reforma agrária do Brasil é da década de 60 - o Estatuto da Terra, elaborado no início da ditadura militar e que nunca foi implantado”.

Nesse sentido, a reforma agrária deveria significar uma redefinição da estrutura fundiária, com o objetivo de realizar uma distribuição mais equilibrada da terra e, desta forma, favorecer a melhoria da qualidade de vida no campo, reduzindo os problemas sociais das cidades provocados pelo êxodo rural. Desse modo, essa redefinição na estrutura agrária não se resumiria apenas a uma simples distribuição de terras, ela exigiria do poder público medidas que viabilizassem o acesso a terra com desenvolvimento do setor produtivo para aqueles beneficiados pelo programa.

São poucos os exemplos de reforma agrária que atenderam aos anseios da comunidade rural brasileira inserindo os agricultores na cadeia produtiva, ou seja, com condições de produzir, comercializar e viver sem dificuldades financeiras. O que se vê são produtores rurais com terras insuficientes, exauridas, sem crédito e sem assistência técnica suficiente. A política agrária brasileira não prioriza o pequeno produtor e as experiências denominadas como reforma agrária não passam de meras distribuições de terras, obtidas através de pressões populares.

Para que se compreenda o processo de reforma agrária no País, é necessário compreender o processo de ocupação do território brasileiro, ainda na época do Brasil Colônia. Caracterizado por grandes extensões de terras doadas a fidalgos, o Brasil teve nas Capitanias Hereditárias a representação do monopólio da terra no País. Os donatários, por sua vez, podiam doar terras dessas capitanias, chamadas de sesmarias, para pessoas que tivessem condições de administrá-las e cultivarem produtos para exportação. Em Pernambuco, os sesmeiros deveriam plantar cana-de-açúcar e algodão, fundar engenhos e vilas em um período de até 6 anos (BORGES, 2005).

Essa monocultura de exportação denominada como *plantation*, a partir de 1850, entrou em crise motivada pelas pressões da Inglaterra que queria interromper o tráfico de escravos, mão-de-obra fundamental na cultura canavieira. No mesmo ano, pressionado pela Inglaterra, Portugal promulgou, em 1850, a Lei nº 601 (Lei de Terras) que inaugurou no Brasil a propriedade privada. A terra anteriormente pertencente à Coroa Portuguesa e doada aos donatários das Capitanias Hereditárias passou a ser mercadoria, ou seja, poderia ser comprada ou vendida (STEDILE, 2005).

Um dos objetivos da Lei de Terras foi exatamente impedir que os imigrantes e os trabalhadores brancos pobres, negros libertos e mestiços tivessem acesso a terra. Seu efeito prático foi dificultar a formação de pequenos proprietários e liberar a mão-de-obra para os grandes fazendeiros. Neste contexto, somente os ricos tiveram oportunidade de comprar terra e expandir os latifúndios. No caso específico dos escravos, sem alternativas, migraram para a periferia das cidades ou tornaram-se assalariados dos grandes proprietários. De acordo com Stedile (2005, p. 23), “a Lei nº 601 de 1850 foi então o batistério do latifúndio do Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

Verifica-se que o tema da reforma agrária não fez parte das políticas públicas brasileiras desde a colonização do País. O que ocorreu foi a privatização da terra e, posteriormente, incentivo pela importação de mão-de-obra estrangeira (européia) para as lavouras de café de São Paulo e a vinda de colonos que se instalaram no Sul adquirindo terras principalmente para o cultivo da uva, segundo o mesmo autor.

Somente a partir de um movimento conhecido como “tenentismo”, em 1920 do Século XX, liderado por jovens do exército brasileiro, houve um ensaio de incluir a reforma agrária na Constituinte de 1934 (MEDEIROS, 2003), que não se concretizou. Posteriormente, em 1930, no governo Vargas, o avanço da industrialização determina o fim das oligarquias rurais, inaugurando o que Florestan Fernandes (1975) denominou de industrialização dependente.

Na década de 50 do mesmo século, movimentos em prol da reforma agrária surgiram no Brasil fundamentados nas concepções do Partido Comunista Brasileiro – PCB e das Ligas Camponesas em Pernambuco. Ambos defendiam o fim dos latifúndios e melhores condições de vida para os trabalhadores rurais. Nessa visão, “a reforma agrária era definida como a divisão das grandes propriedades entre os que nelas quisessem trabalhar e a conseqüente extinção dos latifúndios” (MEDEIROS, 2003, p. 16). As Ligas Camponesas, inicialmente

ligadas ao PCB, defendiam a reforma agrária e a inserção do campesinato no campo político nacional. Suas reivindicações se destacaram nacionalmente pelas manifestações coletivas que realizavam em prol da extinção do cambão¹, do barracão² e aumento do foro.³

Por outro lado, a Igreja Católica, temendo a influência do PCB e das Ligas no campo, defendia a idéia de uma reforma agrária mais moderada com indenização para os proprietários de terras. Tornou-se a grande incentivadora da criação dos sindicatos rurais e dos direitos dos trabalhadores do campo (MEDEIROS, 2003, p.16).

Na década de 60 do século XX, alguns acontecimentos políticos marcaram o processo de reforma agrária no país como a criação de um Conselho Nacional no governo João Goulart com o objetivo de sindicalizar os trabalhadores rurais (VEIGA, 2005).

Nesse contexto, foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA e em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que facultava os mesmos direitos da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo. Posteriormente, em 64, foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, cujos dirigentes foram perseguidos pelo governo militar e os sindicatos e as associações nos estados foram fortemente reprimidos (VEIGA, 2005).

Durante o regime militar, a política agrária buscou incentivar a expansão do capitalismo no campo. De acordo com Fernandes (2000, p.2), essa política buscava aumentar a concentração de terras através de incentivos financeiros para grandes empresas agrícolas. O autor argumenta que:

O golpe militar de 1964 teve, entre outros objetivos, a finalidade de modernizar os coronéis latifundistas e impedir totalmente o crescimento das lutas camponesas, que vinham construindo suas formas de organização, principalmente a partir de meados da década de 50.

Entretanto, foi nesse cenário de ditadura militar que surgiu o Estatuto da Terra, gestado antes do golpe militar, no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES e Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD e sancionado em novembro de 1964. Fernandes comenta (2000) que este instrumento não trouxe mudanças significativas para a questão fundiária brasileira tendo em vista que a postura do governo era incentivar a propriedade capitalista. O Estatuto da Terra determinou que se fizesse um sistema de cadastramento das

¹ Dia de trabalho gratuito para o dono da terra (MEDEIROS, 2003, p. 17).

² Armazém onde os trabalhadores se abasteciam e se endividavam (idem, p. 17).

³ Aluguel que os trabalhadores pagavam ao proprietário pelo uso da terra (idem, p.17)

propriedades rurais e sua classificação, a partir do módulo rural.⁴ Os imóveis rurais foram divididos em 5 grupos: propriedade familiar, minifúndio, latifúndio de dimensão, latifúndio de exploração e a empresa rural.

Nesse período, o Brasil passou a dispor de aparato jurídico-institucional com a criação do Instituto de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA. Em 1970, as duas instituições foram extintas, sendo criado em seguida o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (GOMES DA SILVA, 1987).

Na verdade, percebeu-se que na ditadura militar, nos 20 anos de poder, não se resolveu a questão agrária no Brasil, ao contrário, na política de incentivo à colonização da Amazônia Legal cresceu o número de latifúndios a partir dos incentivos criados para os grandes empresários que modernizaram a agricultura e, dessa forma, os que não tinham acesso a terra ficaram de fora do programa. O que se percebe é que até hoje não se conseguiu reverter esse processo de expropriação dos produtores rurais e que os conflitos por terra continuam se alastrando cada vez mais pelo país.

Na opinião de Silva (2001), a partir da década de 60 do Século XX, o aumento da concentração fundiária acompanhou o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Como se observa na Figura 1, no período de 1966/1970, o aumento desses índices vem comprovar o crescimento da concentração fundiária no País. Os índices correspondem aos censos do IBGE e o Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA.

É pertinente verificar, na figura 1, que nos períodos referendados há certa estabilidade nos índices Gini, sempre próximos de 1, o que significa grande concentração de terras no Brasil. Entre os anos de 1960 a 1970, há uma elevação no índice justificada pela sanção da Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra), tendo em vista que a questão referente à reforma agrária foi relegada a um segundo plano pelas políticas de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia Legal⁵.

Nesse período, o Governo se incumbiu de criar órgãos e instrumentos econômicos para viabilização da inserção da Amazônia à economia do Brasil, através da Emenda Constitucional nº18/65, que facultava à região os incentivos fiscais e créditos, antes

⁴ Uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Definir o que seja Propriedade Familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural (Estatuto da Terra, 1964).

⁵ A Amazônia Legal foi criada pela Lei 5173/66 e Lei complementar nº 31/70. Hoje compreende os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e parte de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.

destinados ao Nordeste. Todo esse aparato jurídico visava unicamente à colonização agrícola da Amazônia e a instalação de grandes latifúndios (SANTOS, 1993).

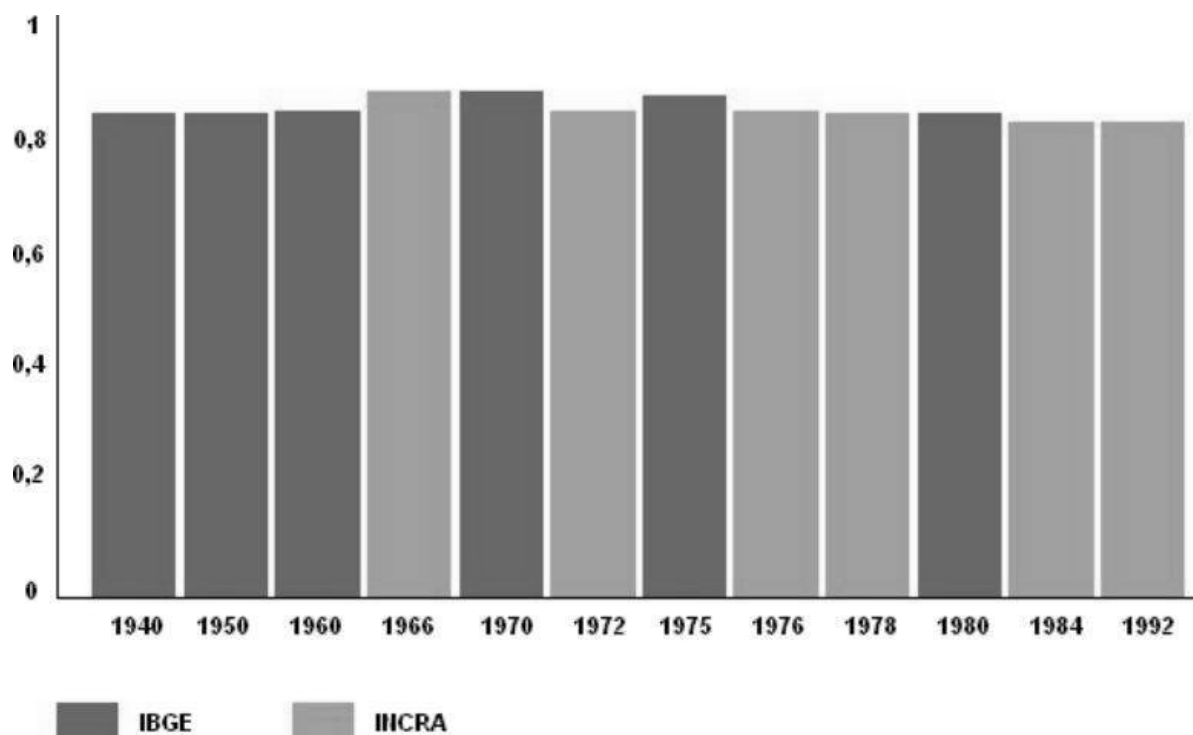


Figura 1 – Gráfico da Concentração Fundiária – Índice de Gini⁶ – INCRA /IBGE. Período: 1940 a 1992
Fonte: INCRA/IBGE

Segundo dados do INCRA, oriundos do recadastramento realizado em 1992, há no Brasil cerca de 3,4 milhões de propriedades rurais, num total de 325 milhões de hectares de terras. Dentre elas, 35,083 são latifúndios considerados improdutivos, com área superior a 1.000 hectares. Como demonstra a figura 1, em 1940 o índice Gini era de 0,83 e, em 1992, o mesmo índice indicava a concentração de 0,80. Desse modo, após 52 anos de lutas protagonizadas pelos movimentos sociais em prol da reforma agrária, o panorama da propriedade da terra no Brasil praticamente não se alterou.

Em 1976, o Conselho de Segurança Nacional estabeleceu os procedimentos para a legalização de terras devolutas⁷ que foram apropriadas por particulares. Esse fato possibilitou a legalização de imensas áreas e o INCRA, no período de 1976/78, fixou normas para a

⁶ Índice Gini: É uma medida do grau de desigualdade na distribuição da terra ou outro recurso que varia de zero a 1; o zero é o valor que indica que há equidade da distribuição do recurso, enquanto os índices quanto mais próximos de 1, indicam um maior grau de concentração de terras.

⁷ Terras devolutas são terras públicas. No Brasil, foram apropriadas por grandes latifundiários.

concessão de terras públicas com superfície superior a 3000 ha, principalmente na Amazônia Legal para grandes empresas particulares.

A política de colonização representava para o governo a solução para minimizar os conflitos no campo, tendo em vista que o debate sobre a reforma agrária não fazia parte da agenda dos governos militares. Em 1979, realizou-se em Brasília, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. O evento reuniu cerca de 1.200 representantes dos 2.275 sindicatos de trabalhadores rurais e mais de 21 federações estaduais. Na ocasião, foram discutidos temas como o sindicalismo, legislação trabalhista, questão agrária, política agrícola, entre outros. A questão da implantação de um programa de reforma agrária efetivo foi um dos assuntos mais abordados pelos participantes (SANTOS, 1993).

No documento elaborado no evento, os trabalhadores rurais repudiaram o tipo de colonização que se fazia no Brasil, que priorizava as grandes empresas privadas. Além disso, exigiam a participação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais junto com os órgãos oficiais, nos processos de colonização. De acordo com Santos (1993, p.60),

[...] Desde aquele momento, o movimento camponês brasileiro se estruturou em torno de três grandes eixos de reivindicações: as lutas sociais dos assalariados rurais, as lutas pela terra e as lutas pelo valor do produto que representam, no conjunto, a trajetória dos trabalhadores do campo em busca de cidadania.

De acordo com Santos (1993) o último ato da política agrária no governo militar foi a criação de um Programa Nacional de Política Fundiária sob a coordenação do Ministério de Estado Extraordinário para Assuntos Fundiários – MEAF que estabelecia a política agrária a ser seguida pelo INCRA, e outros órgãos ligados à questão agrária. O MEAF implementou projetos de assentamento para agricultores, os chamados Projetos de Assentamento Rápido-PAR, no sentido de regulamentar as ocupações já existentes em terras públicas ou particulares (regularização de áreas já ocupadas).

Os movimentos sociais como a CONTAG e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST se organizam, ganham espaço na mídia e pressionam os governos estaduais e federal por melhores condições de vida para os trabalhadores rurais na chamada Nova República, no governo Sarney.

Nesse período, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD e elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, que planejava o assentamento de 1,4 milhão de famílias mediante a desapropriação de terras, nos quatro anos

de governo. Entretanto, os resultados atingidos ao final do governo Sarney não chegaram a 10% do total planejado (SCOLESE, 2005).

O PNRA teve a participação da sociedade civil, tendo em vista que contou com o apoio da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, da CONTAG e entidades que representaram os trabalhadores do campo. Apesar dos avanços contidos na proposta do governo e do apoio expressivo das entidades de classe, o MST considerava que o documento se espelhava em outros similares do regime militar e da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Desse modo, essa ruptura entre as entidades interessadas enfraqueceu o Movimento em prol da reforma agrária e abriu espaço para a União Democrática Ruralista – UDR, formada por latifundiários, expandir-se e congregar forças para combater a desapropriação de terras (MEDEIROS, 2003).

A partir da promulgação da Constituição de 1988, ainda no governo Sarney, a questão da desapropriação de terras foi contemplada no capítulo III que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Na opinião de Andrade (2002), o art. 184, por pressão dos grandes proprietários da UDR, apresentou uma característica conservadora que impediria uma reforma agrária que atendesse os anseios dos agricultores sem terra. Nesse artigo, somente as terras ociosas seriam desapropriadas para reforma agrária e os proprietários indenizados com títulos da dívida agrária.

Dessa forma, apesar de ser a primeira constituição brasileira a tratar e estabelecer que a propriedade deve atender à sua função social, sutilmente herdou os entraves para a desapropriação de terras do Estatuto da Terra. Andrade (2002, p. 124) argumenta que “o espírito da Lei Maior é atingir apenas as propriedades ociosas, geralmente conservadas pelos proprietários como reservas de valor, a fim de se beneficiarem de valorizações futuras”.

Sobre o assunto, Medeiros (2003) argumenta que a Constituição Brasileira não permitiu a desapropriação das pequenas e médias propriedades e a dos imóveis considerados produtivos, tendo em vista que não havia uma legislação específica que classificasse com clareza o que seria um imóvel rural produtivo ou não. A regulamentação só saiu em 1993, através da Lei Agrária (Lei 8.629/93) que, como observa Scolese (2005 p.43),

Nela ficou definido que: áreas que não cumprissem sua função social seriam passíveis de desapropriação; terras públicas seriam destinadas prioritariamente à reforma agrária; áreas abaixo de 15 módulos fiscais⁸ não poderiam ser desapropriadas; e, os processos de desapropriação (tanto a produtividade como o

⁸ O módulo fiscal representa uma medida agrária regionalizada estabelecida para cada município. No Brasil, ele pode variar de 5 a 110 hectares.

valor da indenização) poderiam ser contestados na Justiça-fato que tornou o Poder Judiciário um protagonista no tema.

A partir de 1990, na gestão de Collor, foi extinto o MIRAD e os estados passaram a intervir nos conflitos agrários “mediante desapropriações por utilidade pública (pagamento em dinheiro) e destinação de terras para tais fins” (SCOLESE, 2005, p.43). No governo de Itamar Franco aconteceram alguns avanços sobre a questão da reforma agrária como a promulgação da Lei Complementar nº 76/93(Rito Sumário), que norteava os procedimentos que deveriam ser adotados pelos processos de desapropriação dos imóveis rurais (Idem, 2005).

Scolese também ressalta que fatos como os massacres de Corumbiara (Pará, 1995) e Carajás (Rondônia, 1996), que se caracterizaram pela violência dos policiais contra os trabalhadores rurais sem terra resultando em mortes e cenas de barbárie, aconteceram no governo de Fernando Henrique Cardoso. O descaso por um programa de reforma agrária nesse governo intensificou a luta dos movimentos sociais e, nesse contexto, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF, posteriormente transformado em Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

O INCRA, antes ligado ao Ministério da Agricultura, passou então a ser subordinado ao MDA sendo criados programas de crédito agrícola, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Neste período, cresceram as ocupações de terras organizadas pelo MST e outros movimentos sociais ligados a CONTAG e Pastoral da Terra. Em Brasília, um dos momentos marcantes em prol da reforma agrária foi a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST e que se constituiu na primeira manifestação de repúdio ao governo Fernando Henrique Cardoso sobre a questão agrária (MEDEIROS, 2003).

De acordo com Canuto (2004), no que concerne a reforma agrária, a gestão de FHC caracterizou-se por não ter um plano e uma política voltada para a questão, ou seja, as desapropriações ocorriam a partir das pressões dos movimentos sociais, sendo adotadas políticas compensatórias para enfrentar os conflitos no campo; outra marca do governo foi ter sido uma reforma agrária de *marketing* que, através da comunicação, manipulava os dados referentes ao número dos assentados (aumento dos percentuais) e ao número relativo à violência no campo (diminuição dos percentuais).

Outra característica do seu governo, sob a orientação do Banco Mundial, foi procurar diminuir as desapropriações e instituir a reforma agrária de mercado⁹ mediante a implantação do projeto piloto Cédula da Terra e criação do Banco da Terra. E, posteriormente, para conter as ações dos movimentos sociais o governo baixou Medidas Provisórias para punir e incriminar os responsáveis pelas ocupações, estabelecendo que áreas ocupadas não seriam vistoriadas e que as pessoas que ocupassem os prédios públicos não seriam beneficiadas com a posse da terra (CANUTO, 2004).

No segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as tensões e invasões de terra alcançaram recordes imbatíveis. De acordo com dados da CPT, foram registrados em 1999, 502 casos de invasões. Nesse período, foi criada a Ouvidoria Agrária Nacional, ligada ao MDA, com o intuito de minimizar os conflitos do campo. Por outro lado, as sanções impostas pela Medida Provisória que criminalizava as ocupações de terras fizeram com que os movimentos retraíssem suas atividades.

Apesar de registrar um desempenho superior a de seus antecessores, de acordo com os dados coletados sob a coordenação de Sparovek (2003), foram contabilizadas 328,8 mil famílias assentadas, no período de 1995/2001, em 3.534 projetos de assentamentos. Entretanto, conforme o autor, o governo FHC, para efeito de propaganda, declarou que havia assentado 579.733 mil famílias no mesmo período. De acordo com dados divulgados pelo MST, nesses números de famílias computadas pelo governo como assentadas, estavam incluídas as que já tinham a posse da terra e aguardavam apenas a titulação (MEDEIROS, 2003; SCOLESE, 2005).

Quadro 1 – Número de famílias assentadas por períodos de governo – 1964-2002

Período	Famílias assentadas
1964/1984 (Regime militar)	77.465
1985/1989 (Governo Sarney)	83.687
1990/1992 (Governo Collor)	42.516
1993/1994 (Governo Itamar Franco)	14.365
1995/2002 (Governo FHC-set/2002)	579.733

Fonte: INCRA/MDA, 2003

Os dados apresentados no Quadro 1 representam o número de famílias assentadas no Brasil no período de 1964 a 2002, onde se observa que o número de famílias assentadas na

⁹ O mercado realizaria sua reforma agrária através de mecanismos de oferta e procura de compra e venda de terras.

gestão de Fernando Henrique Cardoso apresenta um crescimento acentuado em comparação aos governos anteriores. Desse modo, embora os dados computados não reflitam a realidade do número de famílias beneficiadas pela reforma agrária no governo FHC, estes resultados demonstram que há claramente uma maior mobilização e pressão dos movimentos sociais sobre a política adotada pelo País.

Ao assumir o governo em 2003, o Presidente Lula havia sinalizado em campanha que seria o único candidato a presidente que faria uma reforma agrária ampla e tranqüila no Brasil. Entretanto, após a posse, foram modestas as cifras apresentadas pelo governo e o País continua apresentando uma concentração elevada de terras, conforme os dados do INCRA, registrados na Tabela 1. Segundo o Cadastro do INCRA, no estrato de área de até 10 ha, encontram-se 31,6% do total de imóveis que correspondem a uma área de apenas 1,8 % do total. As propriedades com área superior a 2.000 ha, que representam apenas 0,8% do total de imóveis, ocupam 31,6% da área total. Desse modo, este último índice revela a permanência da grande propriedade na estrutura fundiária brasileira.

Tabela 1- Estrutura Fundiária do Brasil – 2003

Estrato área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	Área %	Área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
Total	4.238.421	10	420.345.382	100	99,2

Fonte: Cadastro do INCRA – situação em agosto de 2003.

Os primeiros anos do governo Lula foram marcados por grandes manifestações por parte dos movimentos sociais em prol da reforma agrária. Nesse contexto, elevou-se o número de ocupações de terras, nos anos de 2003 e 2004, conforme os dados da tabela 2, em todas as regiões brasileiras.

Tabela 2 - Ocupações de terras no Brasil 2000/2004

Região	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	Total
Norte	12	16	3	6	9	46
Nordeste	94	36	35	87	131	383
C.Oeste	53	45	13	38	47	196
Sudeste	50	44	34	46	91	265
Sul	27	17	18	45	38	145
Total	236	158	103	222	316	1.035

Fonte: Ouvidoria Agrária Nacional/MDA, 2005.

Observa-se ainda na Tabela 2, que a Região Nordeste apresenta o maior índice com 383 ocupações no total no período de 2000 a 2004. Na análise dos dados pode-se perceber pelo resultado total que há uma evolução progressiva nos números de ocupações no Brasil, o que representa maior mobilização dos movimentos sociais apoiando os agricultores sem terra.

Em novembro de 2003, o governo Lula lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária-PNRA que estabelecia metas/ações no intuito de dar condições aos agricultores de produzirem, gerarem renda e terem acesso aos seus direitos fundamentais, como a saúde, educação, energia e saneamento. O PNRA previa o assentamento de 400.000 famílias de sem-terra (prioridade para as acampadas), regularização da posse de 500.000 famílias, crédito fundiário para 127,5 mil famílias e recuperação da capacidade produtiva dos atuais assentamentos, com cadastramento georeferenciado do território nacional para regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais.

Pressionado pelas instituições financeiras internacionais para o pagamento de juros da dívida externa brasileira, o governo Lula não cumpriu o acordo com os movimentos sociais de implementar o PNRA, conforme compromissos assumidos durante a discussão do documento. De acordo com Stédile (2005), após dois anos de espera, a proposta não foi cumprida, tendo em vista que apenas 100.000 famílias foram assentadas e as que estão acampadas, em sua maioria, continuam debaixo das lonas pretas. Os convênios de assistência técnica são precários e o INCRA continua desaparelhado.

1.3 A Reforma Agrária em Pernambuco: as experiências da Zona da Mata Meridional Pernambucana

A concentração da propriedade fundiária em Pernambuco, determinada pela cultura canavieira, teve como resultado o retraimento das pequenas propriedades na região. Dessa forma, a monocultura extensiva da cana teve papel fundamental na configuração espacial da Zona da Mata. Da mesma maneira, a oligarquia açucareira imprimiu na região a figura do latifúndio como modelo dominante de propriedade. Como já foi comentando no tópico anterior, a atividade sucroalcooleira passou por várias crises que provocaram o fechamento de muitas unidades produtivas e, conseqüentemente, a dispensa de muitos trabalhadores rurais.

Em matéria divulgada no Jornal do Commercio, em janeiro de 2006, foi publicado que o INCRA/PE devolveu R\$ 85 milhões ao MDA, por não cumprir a meta de assentar 6.800 famílias. No ano de 2005, Pernambuco (Quadro 2), apesar de apresentar um número significativo de famílias assentadas, ainda está longe do percentual estabelecido nas metas previstas. Observa-se, ainda, que os índices apresentam certa descontinuidade. Há períodos em que as pressões dos movimentos sociais são mais intensas, contribuindo para o crescimento do número de assentamentos de reforma agrária.

Quadro 2 - Número de famílias assentadas em Pernambuco -2000/2005

Ano					
2000	2001	2002	2003	2004	2005
899	1.095	1.644	898	703	3.724

Fonte: Jornal do Commercio, 2000.

Por outro lado, em Pernambuco, até maio de 2005, foram contabilizados 242 acampamentos distribuídos por movimentos sociais, conforme os dados da Tabela 3. Percebe-se que o maior número de acampamentos tem o apoio do MST, seguido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco-FETAPE e a Comissão Pastoral da Terra-CPT.

Diante do quadro de desemprego e êxodo rural, os movimentos sociais passaram a incentivar as ocupações dos trabalhadores sem terra nos engenhos improdutivos na região para forçar o governo a desapropriar esses imóveis e distribuir com os trabalhadores. Na verdade, a maioria dos assentamentos de reforma agrária instalados na Zona da Mata são frutos da mobilização dos trabalhadores rurais apoiados por esses movimentos.

Tabela 3 - Número de acampamentos em Pernambuco - maio/2005

Movimento social	Número de áreas	Movimento social	Número de áreas
MST	80	MTRUB	4
FETAPE	50	MLST	6
CPT	22	MTB	9
MTL	19	MTR	7
OLC	26	UAP	3
MTBST	14	COOPTERRA	2
TOTAL	211	TOTAL	31
TOTAL GERAL	242		

Fonte: Jornal do Commercio, 2005.

De acordo com Picchioni (2001), constatou-se que, dos assentamentos localizados na Mesorregião da Zona da Mata, 89% estão na Microrregião da Mata Meridional, 8% na Setentrional e 3% estão em Vitória de Santo Antão. A autora comenta que o maior percentual de assentamentos se localiza na Mata Meridional, principalmente por apresentar um maior número de engenhos improdutivos.

Atualmente, na microrregião da Zona da Mata Meridional pernambucana, conforme dados da Tabela 4, em 15 municípios, existem 73 projetos de assentamentos com 4.150 famílias assentadas em uma área de 61. 867 ha. O município de Tamandaré, situado no litoral

da microrregião, é o que apresenta o maior número de projetos de assentamentos de reforma agrária.

Tabela 4 – Municípios da Mesorregião da Mata Meridional de Pernambuco com Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – 2004

Municípios	Número de Projetos	Área (ha)	Nº de famílias
Quipapá	02	2.286	176
Rio Formoso	04	2.807	246
São José da Coroa Grande	09	3.869	371
Barreiros	11	6.183	542
Belém de Maria	03	1.167	117
Escada	05	2.247	235

Tamandaré	12	7.984	764
Água Preta	09	7.226	765
Amaraji	07	3.688	354
Gameleira	04	3.858	370
Ribeirão	01	192	12
São Benedito do Sul	02	737	54
Joaquim Nabuco	01	847	84
Palmares	02	776	60
Catende	01	214	20
TOTAL	73	61.867	4.150

Fonte: INCRA (2004).

Em relação ao número de ocupações, a Mata Meridional pernambucana, na classificação por microrregiões brasileiras, está em 2º lugar do Brasil, com 29.485 famílias acampadas em 204 acampamentos (Quadro 3). Essas famílias aguardam a vistoria do INCRA para a desapropriação dos imóveis. Na maioria das vezes, esperam por longos anos devido à morosidade da Justiça. Quando não conseguem a posse da terra são despejados do imóvel e essas ações normalmente são violentas provocando, inclusive, mortes.

Quadro 3 – BRASIL: Microrregiões com maior número de ocupações

Microrregião	UF	Nº de Ocupações	Nº de Famílias
1º Presidente Prudente	SP	417	80.597
2º Mata Meridional Pernambucana	PE	204	29.485
3º Iguatemi	MS	104	27.606
4º Paranavaí	PR	98	11.436
5º Vale do Ipojuca	PE	92	11.393
6º Mata Alagoana	AL	88	17.766
7º Dourados	MS	79	12.310
7º Mata Setent. Pernambucana	PE	79	8.123
8º Campo Grande	MS	69	7.127
9º Marabá	PA	64	8.604
9º Petrolina	PE	64	14.023
10º Brejo Pernambucano	PE	59	6.355
11º Ilhéus-Itabuna	BA	53	5.125
12º Porto Seguro	BA	49	15.478

13° Sudoeste de Goiás	GO	48	4.974
13° Xanxerê	SC	48	7.150
14° Vitória de Santo Antão	PE	47	3.881
15° Bodoquema	MS	45	5.782
16° Cascavel	PR	44	5.451
16° Guarapuava	PR	44	9.815
17° Rio Vermelho	GO	43	3.825
17° Unaí	MG	43	4.053

Fonte: CPT e DATALUTA, 1988/2004.

Há consenso, entre os movimentos sociais, sobre a questão da morosidade na Justiça no que se refere à análise dos processos de imóveis disponíveis para a reforma agrária. Em Pernambuco, o número de conflitos no campo tem crescido muito nos últimos anos, principalmente na Zona da Mata pernambucana.

Em 2005, no município de Ribeirão, a Usina Estreliana foi palco de conflitos com os trabalhadores rurais acampados no local. Por decisão judicial, a imissão de posse foi revogada pelo INCRA pelo fato do imóvel ter sido ocupado pelos sem-terra ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Diante do exposto, é importante destacar que a reforma agrária no Brasil nunca foi prioridade nas políticas agrícolas brasileiras. As mais variadas tendências e ideologias no âmbito dos governos do Brasil, da monarquia às teorias neoliberais, não resolveram o problema agrário do País. É importante registrar que a legislação agrária (MEDEIROS, 2003). sempre esteve presente em todas as fases da vida política brasileira, sempre privilegiando o capital e a grande propriedade.

Assim sendo, é pertinente ressaltar que não há de fato reforma agrária no Brasil. O que se vê são pseudo-reformas agrárias, conquistadas através de lutas e até violência no campo que não dão sustentabilidade econômica ao pequeno produtor. De acordo com o pensamento de Andrade (1995 p.89),

Deveria haver uma política agrícola voltada para o estímulo à produção de alimentos, sabendo-se que o país é um dos maiores produtores de grãos do mundo, mas que nele vive mais de 30% de sua população atingida pela fome aguda. É aconselhável que se realize uma política de distribuição de terras, de forma cooperativista e coletivista, fazendo voltar para as áreas assim beneficiadas a extensão rural, o crédito agrícola subsidiado e a organização da comercialização.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA ZONA DA MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA

2.1 O Processo Histórico da Agroindústria Açucareira

Para compreender as questões do desenvolvimento da cultura canavieira no mundo, inicialmente é necessário buscar suas origens no passado, para melhor acompanhar a trajetória do cultivo e como essa cultura, ao longo do tempo, se propagou e transformou a economia mundial. O açúcar, um raro artigo de luxo, uso extravagante da aristocracia, passou a ser, na Era Moderna, um dos principais elementos da dieta do novo proletariado industrial na Inglaterra (SCHWARTZ, 1988).

Deve-se ressaltar que sempre houve uma forte relação entre a produção do açúcar e as economias americanas. Originária de Bengala ou Sudeste Asiático, a cana-de-açúcar foi introduzida na Pérsia e levada posteriormente pelos árabes para a Costa Oriental do Mediterrâneo. Em Chipre, no século XIV, as propriedades açucareiras eram exploradas pelos frades hospitaleiros ou famílias catalãs e venezianas. Dessa forma, já no ano de 1499, um novo tipo de moenda foi introduzido na Sicília, fato esse que revolucionou a história da produção do açúcar no mundo. A princípio, o açúcar era considerado exótico e restrito às elites. Posteriormente, com a introdução do açúcar na dieta londrina para adoçar o chá dos operários das fábricas, entre outras utilidades, o produto seguiu sua trajetória buscando novos espaços para atender a demanda de outros mercados europeus (Idem, 1988).

Nesse contexto, Schwartz (1988) observa que novas tecnologias foram introduzidas na produção visando, principalmente, uma maior rentabilidade. Vale ressaltar, que foram os italianos genoveses que disseminaram seu cultivo e o gosto pela especiaria na Europa. Essa expansão, no entanto, trouxe consigo o ressurgimento de uma instituição que não era comum nos países ibéricos, a escravidão de negros africanos.

A própria expansão do comércio português em busca de especiarias e ouro, na década de 1440, fomentou o surgimento do tráfico negreiro. O comércio de escravos africanos cresceu muito e por volta de 1448 foi criada, pela Coroa, em Lisboa, a Casa dos Escravos, para operar a comercialização. A princípio, a escravidão era urbana – doméstica tornando-se

rural com o crescimento das plantações de cana-de-açúcar, as *plantations* que caracterizaram a agricultura e a economia europeia em expansão (SCHWARTZ, 1988).

A partir do século XV, os portugueses já cultivavam a cana na maioria das ilhas atlânticas e já exportavam açúcar para a Europa, sendo a Ilha da Madeira, a maior produtora do Ocidente. Entretanto, em meados de 1530, a produção se reduziu drasticamente devido à exaustão dos solos, colheitas deficientes, problemas com a mão-de-obra e a entrada de concorrentes como São Tomé e o Brasil. A ilha de São Tomé veio representar a grande lavoura da cana-de-açúcar na região, favorecida por sua localização e fácil acesso ao tráfico negreiro. Schwartz relata que o grande número de escravos em São Tomé e as características daquelas plantações em muito se assemelharam a *plantation* nordestina do Brasil (SCHWARTZ, 1988).

Da mesma forma que os portugueses, os espanhóis também se interessaram pelo cultivo da cana-de-açúcar. Ao firmarem um tratado com Portugal, em 1479, passaram a controlar as ilhas Canárias e, já no século XVI, exportavam açúcar para a Europa. A expansão da cultura canavieira não se deteve e chegou até as Ilhas de Cabo Verde que, pelas suas condições climáticas, não representou um grande mercado (SCHWARTZ, 1988).

Na verdade, a cana só começou a prosperar em São Domingos, quando um médico espanhol importou técnicos especializados na produção do açúcar para montarem um engenho. Porto Rico, entretanto, já em 1520 possuía engenhos em operação, diferentemente de Cuba que não apresentou resultados positivos, e, só no século XIX, apareceria como uma grande produtora de açúcar (Idem, 1988).

Ao analisarem a organização social da produção agrícola de Porto Rico, na Jamaica e no México, a partir de um estudo comparativo entre as fazendas e plantações de cana e café, Mintz e Wolf¹⁰ (2003) se propuseram a averiguar, através de trabalhos de campo e observações nas cidades de Cañamelar e San José, as características principais das fazendas e plantações. Como ponto de partida, os autores procuraram conceituar os dois tipos analisados, ou seja, caracterizaram o que seria uma fazenda e uma plantação.

A fazenda significará uma propriedade agrícola, operada por um proprietário dominante e por uma força de trabalho dependente, organizada para suprir um mercado em pequena escala, com escasso capital, onde os fatores de produção são empregados não apenas para acumulação do capital, mas também para sustentar as aspirações de status do proprietário, e [...] a plantação significará uma propriedade agrícola operada por proprietários dominantes (geralmente organizados em empresas) e uma força de trabalho dependente, organizada para suprir um mercado

¹⁰ Para aprofundar o assunto ver MINTZ, Sidney W. **O Poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Universitária/UFPE, 2003.

de larga escala, com uso de capital abundante, onde os fatores de produção são empregados primeiramente para promover acumulação do capital, sem relação com as necessidades de status dos proprietários (MINTZ e WOLF, p. 146, 2003).

No estudo entre as categorias fazendas e plantações, os autores partiram da análise de algumas variáveis como o capital, o mercado, a terra, a mão-de-obra, a tecnologia empregada e a manutenção da ordem nas propriedades através das sanções aplicadas aos empregados. Assim, avaliaram como cada categoria se distinguia da outra a partir de maior ou menor inversão de capital, que tipo de mercado buscar, cultivo em pequena propriedade ou latifúndio, o tipo de mão-de-obra, uso ou não de tecnologia avançada.

Concluindo a pesquisa, Mintz e Wolf (2003) consideram que as fazendas e plantações, enquanto modelos operacionais são limitadas apenas à América Latina e, mesmo assim, os modelos podem ser redefinidos na própria região. Entretanto, esses modelos latino-americanos devem ser modificados caso sejam aplicados em outras partes do mundo; outro fator que consideraram no estudo era que cada uma das categorias seria fruto de uma construção mental decorrente de certo número de sistemas sociais e que apresentavam semelhanças ou diferenças em função de fatores econômicos, sociais e políticos produzindo resultados diversos nas duas regiões pesquisadas. Vale salientar que Mintz e Wolf (2003) em sua análise concluíram que tanto nas fazendas como nas plantações sempre estiveram presentes as forças externas representadas pela “sociedade maior” que ditava as regras para o sistema da *plantation*.

Essa análise se enquadra perfeitamente na realidade da *plantation* pernambucana da Zona da Mata, representada pelos engenhos bangüês e usinas, com vultosas inversões de capital para atender aos interesses estrangeiros, grande número de mão-de-obra escrava e suas relações de trabalho, a presença dos latifúndios, as sanções e o uso de tecnologia avançada, tanto no passado como no presente, constituem a verdadeira empresa capitalista. Sobre o assunto, Dabat (2003, p. 339) defende que:

Numa economia-mundo capitalista o engenho pernambucano não poderia mais ser considerado como uma construção amalgamando traços feudais e escravistas antigos a serviço do capitalismo mercantil; nem como um elemento secundário de um capitalismo mercantil - e somente mercantil - perdurando durante séculos; nem tampouco de um novo modo de produção, escravista colonial, distinto do capitalismo produtor, industrial, triunfante etc. Promovendo transformações gigantescas em todas as dimensões - até ecológicas - a indústria açucareira era o carro-chefe de inúmeras transformações em escala pluricontinental.

As primeiras referências sobre a cana-de-açúcar no Brasil datam de 1516, quando a Casa da Índia (administração colonial) determinou a vinda de um técnico especialista na produção do açúcar. Todavia, foi somente nos anos de 1530 e 1540 que a produção açucareira se consolidou em terras brasileiras. Sabe-se que se plantou cana em todas as capitanias, de São Vicente até Pernambuco e que alguns donatários se empenharam na produção e comercialização do açúcar (SCHWARTZ, 1988).

A agroindústria canavieira caracterizou-se por um subsistema de exploração no litoral e outro na periferia. Este último para dar suporte à atividade agrícola no litoral que evoluiu de modo extensivo e vegetativo na produção de culturas de subsistência para a manutenção da Zona da Mata, ambos com as bases fincadas no latifúndio agropastoril. Sobre a questão da monocultura da cana, Furtado (1989) argumenta que as estruturas sociais e econômicas na região da Mata Pernambucana foram representadas pela implantação da empresa comercial açucareira, a plantation, com base escravista, latifundiária e controlada pela Metrópole.

Por outro lado, Andrade (1998) observa também que a ocupação da Zona da Mata de Pernambuco caracterizou-se pelo desenvolvimento da monocultura da cana-de-açúcar voltada para a exportação. O cultivo e a industrialização da cana-de-açúcar deram origem ao surgimento de uma sociedade agrária, caracterizada por alta concentração fundiária. Na ótica do citado autor, sempre foi evidente o desinteresse em privilegiar uma política de favorecimento à pequena propriedade. As sesmarias, enormes áreas de terras, eram doadas a fidalgos que instalavam seus engenhos de cana. Tal atividade inicialmente usava a mão-de-obra indígena, que logo se mostrou ineficaz. Posteriormente, utilizando o trabalho dos escravos oriundos da África, a agroindústria canavieira cresceu em ritmo acelerado, tendo em vista a facilidade de obtenção de créditos provenientes do Reino (ANDRADE, 1998).

Pernambuco representou a mais importante capitania na produção do açúcar. O seu donatário Duarte Coelho, instalou-se com a família e, de perto, gerenciou o desenvolvimento da produção. O primeiro engenho em funcionamento em Pernambuco foi o engenho Nossa Senhora da Ajuda, de propriedade de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho. No ano de 1580, Pernambuco contava com 66 engenhos e era o maior produtor de açúcar do Brasil.

Os primeiros engenhos brasileiros eram pequenos, do tipo trapiche, movidos por cavalos ou bois. Os mais sofisticados eram de propriedade dos donatários que possuíam maior acesso ao capital para investimento em tecnologia. Os donatários, por sua vez, possuidores de

grandes extensões de terras distribuíram aos colonos glebas (sesmarias) para que cultivassem roças, cana, criação de gado ou produtos para exportação, como o gengibre e o algodão (SCHWARTZ, 1988).

O autor também destaca que as sesmarias eram títulos de posse, títulos medievais de propriedade de terras que eram distribuídos em locais recém-conquistados ou recuperados. Os que recebiam terras para instalação dos engenhos eram colonos que tinham recursos para a construção de engenhos e maior acesso a créditos europeus. Segundo relato de Duarte Coelho, havia outras formas de parcerias como os sistemas de arrendamento entre os colonos. Os lavradores que trabalhavam no campo representavam uma outra categoria social, cuja finalidade seria de plantar a cana e repassar aos donos de engenho para a produção do açúcar. Entretanto, havia também outra classe de trabalhadores no fabrico do açúcar representada pelos artífices, vindos da Europa, que trabalhavam no interior da fábrica. Estes operários, chamados de especialistas, eram os pedreiros, calafetes, ferreiros, serradores, carpinteiros, carreteiros, entre outros; outro grupo de operários trabalhava diretamente na produção do açúcar e era representado pelos construtores de moendas, os mestres de açúcar, os que coziam, secavam e armazenavam o produto e os feitores e capatazes (SCHWARTZ, 1988).

No Período Colonial, a mão-de-obra no campo era constituída, quase que exclusivamente, por escravos africanos. A partir do século XVII, com a concorrência das Antilhas, a produção brasileira de açúcar se desestabilizou com a queda dos preços no mercado internacional e entrou em crise. Furtado (2003) relata que a estratégia dos empresários brasileiros nos períodos de crise era diminuir os custos com a produção (compra de equipamentos e escravos) embora continuassem a produzir o açúcar em larga escala.

O processo de transição do engenho colonial para o bangüê, engenho central e usina, foi lento em Pernambuco. Por três séculos os engenhos foram movidos à água e animais. A localização próxima dos rios, de certo modo, contribuiu para isso. Só a partir do século XIX, os engenhos do tipo bangüê, que é um tipo que usava forno com várias bocas, foram introduzidos em Pernambuco para atender a demanda mundial do produto. Entretanto, esse tipo de engenho era ainda muito dependente do escravo africano, em todas as fases do fabrico do açúcar. Com a abolição do tráfico de escravos (1850) e a Lei do Ventre Livre (1871) os produtores se viram prejudicados, pois a abolição da escravidão significava um prejuízo de mais de 30% do patrimônio do proprietário, tendo este fato adiado a transição do engenho bangüê para o movido a vapor (CAMPOS, 2001).

Somente a partir de 1829, com a instalação da fundição Harrington L Star, em Recife, é que foram instalados os primeiros engenhos a vapor. A produtividade manteve-se baixa por falta de investimentos dos proprietários na modernização dos engenhos e de capital financiado pelas instituições de crédito (CAMPOS, 2001).

Ainda no século XIX, grandes transformações aconteceram no Brasil e no Nordeste nas esferas econômicas, políticas e sociais. Grandes inovações aconteceram no campo, a exemplo da utilização do arado e com a introdução de outras variedades de canas mais produtivas. Para Andrade (1998), o surgimento dos engenhos centrais foi o grande “divisor de águas” que separou a atividade agrícola da industrial. De acordo com Gomes (2001), o engenho central concentrava todo o processo produtivo do açúcar não sendo permitido o cultivo da cana-de-açúcar e a utilização de mão-de-obra escrava. Os senhores de engenho passaram a ser meros fornecedores de cana. Os primeiros engenhos centrais se instalaram em Pernambuco, a partir de 1874, em Jaboatão dos Guararapes, Cabo, Ipojuca, Sirinhaém, Escada, Barreiros, Água Preta, Igarassu, Goiana e Vitória de Santo Antão.

Apesar do empenho do governo em tentar incrementar a produção de açúcar, através dos engenhos centrais, alguns conflitos se fizeram presentes entre os fornecedores de cana e o próprio governo. A aristocracia açucareira não queria admitir seu afastamento da atividade fabril e participar do processo como mero fornecedor de cana. Desse modo, os engenhos centrais, modelo importado dos franceses e ingleses fracassou no Nordeste (CAMPOS, 2001).

Posteriormente, em 1890, pressionados pelos senhores de engenho, o governo de Pernambuco admitiu financiar a modernização de seus equipamentos que, com a junção dos engenhos centrais e bangüês, deram origem ao sistema usineiro. As usinas beneficiavam-se de empréstimos governamentais para ampliação e modernização dos equipamentos e aos poucos, foram “engolindo” os engenhos bangüês, que passaram a produzir aguardente e rapadura (CAMPOS, 2001).

Conforme Lopes (1976), os operários das usinas se classificavam em operários principais e secundários; dentre os operários principais havia os profissionais (cozinheiro, soldador, motorista) e os artistas ou oficiais (carpinteiro, caldeireiro, torneiro); na categoria dos operários secundários, estão os serventes e ajudantes que auxiliam os operários principais nas tarefas da produção do açúcar. Ainda no quadro de pessoal interno das usinas hoje existem profissionais de nível superior como o engenheiro agrônomo, o engenheiro mecânico, elétrico e químico. No campo, os operários fixos com as mais variadas funções são: o cabo, o

administrador, capitão de campo; o corte da cana e outros serviços são realizados pelos trabalhadores rurais, a maioria sazonal.

Atualmente nas usinas, apesar da modernização, muitos cargos são mantidos por pressões dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Antes, os operários, em sua maioria, permaneciam o ano todo em suas unidades produtivas. Hoje, grande parte da mão-de-obra é sazonal. Os que permanecem nas usinas na entressafra são encarregados de fazer o chamado apontamento, que é a manutenção e reparo dos equipamentos utilizados na moagem (LOPES, 1976).

É pertinente registrar que no fabrico do açúcar e outros produtos derivados da cana, tanto na época dos engenhos bangüês como nas usinas modernas, o sucesso de um empreendimento açucareiro depende sobremaneira dessa rede de recursos humanos presentes na atividade produtiva.

Com a implantação das usinas, o Estado passou a interferir sistematicamente na produção sucroalcooleira, culminando com a criação, em 1926, do Instituto de Defesa do Açúcar e a promulgação do Decreto-Lei n.º 20.401 de 1931, que obrigava os usineiros a depositarem nos armazéns do governo 10% da produção das usinas para o mercado consumidor, na esperança de resolverem o problema da superprodução. A instabilidade de preços, o desequilíbrio da produção e a nova política trabalhista no governo de Getúlio Vargas fomentaram a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, no ano de 1933, através do Decreto 22.789/1933 (BRANDÃO, 1985).

Outros mecanismos foram criados dentro do governo na direção de resolver os problemas da agroindústria do açúcar, entre eles, o Decreto-Lei 3.899 de 1941, com o objetivo de regular a situação dos fornecedores e usineiros estabelecendo uma cota determinada pelo IAA para o fornecimento das canas para as usinas. Apesar dessas medidas, a situação não se normalizou e alguns usineiros receando a perda de status, não quiseram aderir à nova ordem econômica e social (BRANDÃO, 1985).

Por outro lado, à medida que as gerações se sucederam, a usina adquiriu apenas a feição de uma sociedade anônima e poucas foram as que se firmaram como uma empresa moderna. Os que conseguiram resistir ao processo de dissolução das fábricas tiveram que se adequar à nova realidade econômica e buscar mecanismos de sobrevivência para essas usinas.

Sobre o assunto, opina Andrade (1988) que a região açucareira nordestina não resistiu à competição de outras zonas produtoras como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Centro-

Oeste. Muitos usineiros ao se beneficiarem dos programas governamentais, a exemplo de extinto PROÁLCOOL, adquiriram terras e instalaram usinas no Sul e Centro-Oeste contribuindo para a queda da produção na região e fechamento de vários engenhos e destilarias.

Hoje, Pernambuco, que foi o maior produtor nacional, ocupa apenas o terceiro lugar, atrás, inclusive, do Estado de Alagoas. A crise no setor sucroalcooleiro nordestino, entre 1990 e 1997, e que ainda persiste nos dias atuais, tem sido uma preocupação constante para a economia da região. Muitas propostas e projetos têm sido apresentados na direção de minimizarem a crise social e econômica que se instalou na Zona da Mata, gerando desemprego provocado principalmente pelo desaquecimento da economia canavieira (ANDRADE, 1988).

Algumas propostas têm sido ventiladas para a solução da crise, principalmente na esfera social, como uma reforma agrária consistente que distribua as terras improdutivas aos agricultores, dando-lhes condições de desenvolverem uma agricultura, nos moldes familiares, para abastecer os mercados locais. Por outro lado, a produção agrícola deverá estar voltada para a preservação da produção para o mercado externo, no intuito de gerar divisas e mecanismos competitivos. Como salienta Andrade (1988), apesar de a região Nordeste ser considerada a mais pobre e com sérios problemas socioambientais, ainda é passível de recuperação, desde que a política econômica e social do País tenha realmente interesse em atender aos interesses da população e não aos interesses dos grupos dominantes.

Assim, a trajetória da cultura canavieira de Pernambuco viveu momentos de apogeu e declínio. O crescimento da economia do País com as exportações em alguns períodos, não trouxe benefícios para a maioria da população brasileira e, principalmente, para a região Nordeste, grande exportadora de açúcar. Dessa forma, ao analisar o processo de ocupação da Zona da Mata pernambucana, com a introdução da *plantation* canavieira, verificou-se que essa atividade trouxe também crises difíceis de contornar como as apresentadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH da região, considerado um dos mais baixos do Estado de Pernambuco.

Constatou-se também que, apesar de ocupar o primeiro lugar na produção do açúcar, no apogeu das casas-grandes e sombras nas senzalas, a Zona da Mata não viabilizou uma justa distribuição de renda que afastasse o fantasma da fome e da miséria da maioria da população.

2.2 A Questão Socioambiental no Contexto da Zona da Mata Pernambucana

Como resultado da expansão do cultivo da cana-de-açúcar ao longo da ocupação do espaço brasileiro, a degradação ambiental no Nordeste açucareiro se constituiu como uma das mais avassaladoras intervenções do homem no meio ambiente. A região, originalmente coberta pela Floresta Atlântica, foi duramente dizimada com a degradação dos recursos naturais como a vegetação, os solos, os recursos hídricos, a fauna, entre outros.

Pelos cálculos de Dean (2004), a Mata Atlântica cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados que, juntamente com a Floresta Amazônica, formavam uma zona biogeográfica das mais ricas em espécies que outras florestas tropicais da África e Ásia.

Enquanto isso, do outro lado do oceano, entre campos gramados e florestas da África, surgiram nossos ancestrais hominídeos, manipulando o fogo e as armas de pedra em busca de caça e com isso espalhando-se pela Ásia e Europa. Muito mais tarde esses humanos em forma e inteligência lançam-se rumo ao estreito de Bering e, mais além, onde se encontrava aquele último império oculto e maduro para a conquista; as terras do que viria a ser a América, milhares de anos depois (DEAN, 2004).

O autor destaca que a primeira leva de invasores humanos na Mata Atlântica se deu em torno de 13 mil anos, mas as evidências arqueológicas nos oferecem poucas pistas sobre os padrões de assentamento, adaptações culturais ou adequação da exploração do ambiente por estes primeiros invasores.

Ainda de acordo com o autor, a invasão dos europeus, a partir de 22 de abril de 1500, denominada por ele de: "*A Segunda Leva de Invasores Humanos*", modificaria profundamente a paisagem da Mata Atlântica. O primeiro ato dos portugueses nesse dia foi derrubar uma árvore e confeccionar uma cruz, o que para eles era o símbolo da salvação daqueles selvagens, verdadeiros donos da terra. Aquele ato é simbolizado por Dean, como o começo da devastação mais rápida que a Mata sofreria.

A principal cultura importada nos primeiros anos de colonização, foi a cana de açúcar, pois na terra virgem da Mata era desnecessário qualquer tipo de adubo e que poderia ser cortada, ano após ano. Este aspecto foi fundamental para os interesses dos colonizadores, pois

em outros lugares como a ilha da Madeira e em São Tomé, o adubo já era empregado com certa frequência nos canaviais. Foi com o açúcar que o Brasil conheceu o modelo português de *plantation* escravista que iria perdurar por mais de 300 anos (DEAN, 2004).

A degradação da exuberante mata começou no Brasil Colônia, com a ação dos colonizadores que, motivados pela cobiça, iniciaram o processo do desmatamento com a retirada do pau-brasil e, posteriormente, retirada da cobertura vegetal original para a implantação da agroindústria da cana-de-açúcar. Castro (2001, p.99) comenta que:

Já afirmou alguém, com razão, que a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o húmus do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida.

O processo destrutivo na região canavieira da Zona da Mata pernambucana iniciou-se com a devastação da floresta por queimadas para abrir clareiras e retirada de madeiras para o cultivo da cana. A partir de 1870, com o surgimento dos engenhos centrais, a expansão da cultura cresceu junto com a miséria alimentar na região. Os antigos sítios onde se cultivava a lavoura de subsistência passaram a produzir cana para abastecer os engenhos (CASTRO, 2001).

A *plantation* também propiciou a degradação dos solos pela falta do húmus formado pela decomposição da matéria orgânica da floresta, assoreamento dos rios, erosão, perda de solos aráveis, extinção de grande parte da população indígena, introdução do regime de escravidão, expropriação da terra, desemprego e fome (CASTRO, 2001).

Ainda que os primeiros habitantes do Brasil tenham diversificado sua alimentação com culturas de subsistência, coleta de frutas e caça, a monocultura da cana se impôs perversamente sobre as outras formas de cultivo, como as roças de macaxeira, o plantio de inhame, batata doce, feijão, entre outros, tendo em vista a utilização dos sítios para a expansão da atividade.

Com a expansão dos cultivos, cresceu a mão-de-obra, a princípio indígena, obrigada a trabalhar na cultura da cana e, posteriormente, escrava, importada da África. Com o aumento da população escrava, houve necessidade da produção de mais alimentos para atender a demanda da classe trabalhadora. Embora a dieta tenha sido enriquecida com os costumes alimentares da mão-de-obra indígena e escrava, ela ainda era insuficiente e pobre. Tal insuficiência calórica e energética, na opinião de Castro (2001) reduzia a capacidade de trabalho da população. Até as proteínas, obtidas pela captura de peixes e crustáceos, se

tornaram insuficientes e desapareceram devido à contaminação dos rios pelos resíduos de fabricação do açúcar.

Além desses problemas anteriormente citados, verifica-se que o processo de ocupação dos espaços físicos e políticos, a concentração de propriedades que deu origem à estrutura fundiária vigente, como também a estratificação social oligárquica dominante da Zona da Mata pernambucana produziram as contradições existentes nas classes sociais da região. De um lado, os grandes usineiros e proprietários de terras e do outro a grande massa de trabalhadores rurais, explorados e expropriados dos seus meios de subsistência.

Para minimizar o problema da exclusão dos trabalhadores do campo, os assentamentos rurais vêm sendo instalados na Zona da Mata pernambucana através da pressão dos movimentos sociais, contribuindo, embora modestamente, para a promoção do acesso a terra e a inclusão social do homem do campo. As ocupações dos trabalhadores rurais nas terras improdutivas incentivadas pelos movimentos sociais são decorrentes da inoperância das políticas públicas de reforma agrária no Brasil que não incentivam a formação da pequena propriedade e, conseqüentemente, a agricultura familiar. Assim, os assentamentos instalados sem uma política agrícola consistente e planejada para áreas de reforma agrária se transformam em receptadores do assistencialismo, dependentes economicamente das migalhas oferecidas pelo governo e sem a mínima condição de inserção no processo produtivo.

O agravamento da crise da agroindústria canavieira, a partir de 1997, com 15 das 48 usinas de Pernambuco fechando as portas, resultou no desemprego de muitos trabalhadores que migraram para a periferia das cidades. Hoje, na Zona da Mata, o índice de habitantes por metro quadrado é um dos maiores do Estado e os problemas socioambientais decorrentes desse inchaço populacional são inúmeros.

Em linhas gerais, procurou-se mostrar que a política expansionista de colonização para o capitalismo, exigida pelo desenvolvimento dos países consumidores europeus, ao mesmo tempo em que expropriou os meios de produção das comunidades nativas, estabeleceu um antagonismo entre as classes sociais em formação. Desse modo, a forma de ocupação da Zona da Mata pernambucana caracterizada pelo latifúndio, causou grandes impactos socioambientais na região, decorrentes da implantação da *plantation* canavieira desde o Período Colonial.

Por outro lado, com a crise instalada na agroindústria canavieira veio o desemprego no campo, a fome, a miséria e a exclusão social. Os assentamentos de reforma agrária instalados

com o apoio dos movimentos sociais na região ganham expressão na luta pela conquista da terra. Entretanto, a falta de apoio do Estado no âmbito federal e estadual conduz os assentamentos a um estado de inércia, em virtude da inexistência de uma política agrícola, de crédito e assistência técnica sistemática que promova a melhoria das condições de vida e minimize os problemas socioambientais vividos pelos produtores rurais.

2.3 A Atuação dos Movimentos Sociais no Campo: algumas experiências na Zona da Mata Pernambucana

A crise instalada na agroindústria canavieira na Zona da Mata pernambucana, agravada a partir dos anos 90 do Século XX, desencadeou uma série de conflitos no campo provocados pelo desemprego. Os movimentos sociais atuantes na região passaram a apoiar os trabalhadores rurais nas ocupações dos engenhos improdutivos como forma de pressionar o Governo a realizar a reforma agrária.

Os movimentos sociais, na concepção de Liberato (2004, p.99), nascem no momento em que há uma insatisfação na sociedade que “se manifesta com a existência de um agir ativo e organizado contra as formas de opressão visando incidir na sociedade a ser modificada”.

Do século XVI ao século XIX, os movimentos sociais de luta contra os mais variados tipos de tirania atuam no Brasil. Primeiro os índios, lutando contra a apropriação de seu território; em seguida, os negros e os imigrantes a procura de terras para plantar e, hoje, os camponeses, expulsos pelos latifúndios (FERNANDES, 2000).

Os movimentos sociais do campo no Brasil intensificaram suas atividades a partir da década de 40 do século passado, quando se organizaram com o nome de Ligas Camponesas em vários estados brasileiros. Essa luta se dava contra a expropriação, a expulsão da terra e o assalariamento dos trabalhadores do campo. Na ocasião, o Partido Comunista do Brasil foi o elemento dinamizador da formação e fortalecimento dos sindicatos rurais que poderiam propor mudanças na legislação agrária do País, com o objetivo da melhoria das condições de vida dos camponeses (FERNANDES, 2000; SCOLESE, 2005).

Apesar da formação dos sindicatos no Brasil demorar a se concretizar, já na década de 40, havia alguns sindicatos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. O Partido Comunista Brasileiro – PCB, também organizou em vários pontos do Brasil as Ligas

Camponesas que, aliadas ao partido, desapareceram quando o mesmo passou para a clandestinidade, em 1947 (SCOLESE, 2005).

Em Pernambuco, o movimento mais expressivo que atuou a partir de 1954 foi o das Ligas Camponesas que ressurgiu também em outros estados do Nordeste e em outras regiões do Brasil. Esse movimento, lançado pelo PCB, organizava os camponeses em cooperativas para comercialização de tubérculos, legumes e frutas. A partir de 1950, a industrialização do campo expandiu-se e, conseqüentemente, as áreas de cultivo da cana-de-açúcar. A expansão do cultivo da cana fez desaparecer muitos sítios nos engenhos onde os meeiros e arrendatários (agricultores familiares) plantavam culturas de subsistência. No intuito de resolverem estes conflitos provocados pela perda do direito de plantar nas áreas arrendadas e o recebimento em dinheiro das benfeitorias realizadas, as Ligas Camponesas passaram a apoiar os agricultores familiares envolvidos na questão (ANDRADE, 2002).

No mesmo período, os conflitos no campo eram resolvidos com a violência dos proprietários que destruíam lavouras e expulsavam os arrendatários sem a mínima indenização. As Ligas Camponesas organizadas denunciavam esses abusos e resolviam as questões na Justiça. Em 1959, as Ligas conseguiram uma vitória inédita que foi a desapropriação do engenho Galiléia (LIBERATO, 2004).

O Movimento, apesar de ter-se enfraquecido posteriormente, teve um peso de pressão muito grande na sociedade que, na concepção de Dabat (2003, p. 102), “na época da ascensão das Ligas Camponesas e do movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, um sentimento de pânico apoderou-se das elites açucareiras, desafiadas diretamente nos seus próprios engenhos”.

A autora ressalta que a força desses movimentos sociais pela exigência do cumprimento dos acordos firmados com os agricultores, meeiros ou arrendatários, previa o pagamento dos seus direitos, o que abalou o poder dos senhores de engenhos. Com a desocupação dos sítios para a expansão da cana estes trabalhadores de alguma forma perderam a complementação do salário.

Francisco Julião, representante das Ligas Camponesas, no intuito de expandir as idéias do movimento, promoveu reuniões e encontros pelo Brasil afora com o objetivo de congregar camponeses de outros estados para a formação de outras associações. Teve oportunidade de viajar para o exterior para conhecer as experiências da União Soviética, China e Bulgária voltando com novas idéias para a transformação da estrutura fundiária brasileira. As questões

políticas internas do grupo provocaram rachas no movimento que, enfraquecido, foi desativado (SCOLESE, 2005).

Ainda na década de 50 do século XX, o PCB fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB, para a formação de uma “aliança camponesa operária” (FERNANDES 2000, p.23). A proposta era a promoção de encontros em todo o Brasil para conscientizar os camponeses sobre a importância da reforma agrária. Por outro lado, a Igreja Católica entrou na disputa e mobilizou o campo em favor de uma reforma agrária justa. Em Pernambuco, criou o Serviço de Orientação Rural – SORPE, com a ideologia da igreja conservadora que promovia a sindicalização, principalmente na Zona da Mata pernambucana. Dessa forma, a Igreja procurava organizar os agricultores em sindicatos com o objetivo de saírem fortalecidos e conseguirem lutar pelos seus direitos. Em 1962, foi fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – FETAP (DABAT, 2003).

Em 1964, o Golpe Militar foi responsável pelo desmantelamento de muitas organizações sociais. Os sindicatos não foram extintos, mas seus representantes foram perseguidos e presos. No novo governo não foram implantados projetos que atendessem as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais, ao contrário, os projetos existentes apenas beneficiavam os latifundiários, empresários e banqueiros (FERNANDES, 2000).

Desse modo, apesar de enfraquecidos pela repressão militar, os movimentos camponeses se articularam e fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que reunia os sindicatos rurais do Brasil. Estes grupos foram apoiados pela Igreja Católica, através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e a Comissão Pastoral da Terra – CPT (ANDRADE, 2002).

A Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975, atuou como incentivadora das mobilizações no campo, com diversas ações contra a expulsão de posseiros, pela desapropriação de propriedades em vários estados brasileiros, sempre apoiando o sindicalismo rural. Foi no âmbito da CPT que se formaram as oposições sindicais que renovaram as lideranças do sindicalismo oficial, mesmo ainda no regime da ditadura. Dentro dos seus quadros estavam lideranças que atuam hoje no MST e muitas organizações não governamentais – Ongs, que atuam no mundo rural brasileiro (FERNANDES, 1996).

Nesse contexto, a CPT inspirou algumas lideranças, que faziam parte do movimento, a fundarem, em janeiro de 1984, o MST. Este período foi caracterizado pela intensificação dos conflitos pela terra em diversas regiões do Brasil e a crescente mobilização da sociedade na

luta contra a ditadura e pela democratização do País. Nesse cenário, amplia-se o espaço de debate sobre a questão da reforma agrária e o número de ocupações cresce assustadoramente no Brasil. Em decorrência das pressões dos movimentos sociais, muitas propriedades são desapropriadas para a reforma agrária.

Entretanto, o MST, embora não formalizado, já havia promovido manifestações, em 1979, quando 110 famílias ocuparam a fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Posteriormente, o Movimento cresceu e se expandiu para outros estados brasileiros como São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Na concepção de Liberato (2004), o MST representa um dos mais significativos movimentos sociais do campo na realidade atual. Na visão da autora, “não é apenas uma entidade em si, mas um movimento social como um todo” (2004, p.115). Para ela, o MST tem uma ideologia que o orienta, é organizado e tem os seus objetivos bem traçados. Atualmente, o MST está representado em coordenadorias estaduais em quase todos os estados brasileiros. Hoje, segundo a Comissão Pastoral da Terra (Banco de Dados da Luta pela Terra, 2004) existem no Brasil, aproximadamente, 57 movimentos socioterritoriais. A expansão do número de movimentos pela reforma agrária pode ser um fator desagregador, pois, normalmente, o surgimento de outros movimentos é um indicativo de que a sociedade civil está pulverizada e este processo poderá enfraquecer a luta pela terra.

Em Pernambuco, o MST foi fundado em 1989, a partir da articulação de militantes de Sergipe, Paraíba e Espírito Santo que instalaram uma secretaria no município de Palmares, Zona da Mata Meridional pernambucana. As ações de mobilização, inicialmente, se restringiram a Palmares, Joaquim Nabuco, Ribeirão, Escada e Cabo. A primeira ocupação ocorreu em julho do mesmo ano, no engenho do Complexo de SUAPE, no município do Cabo, contando com a participação de 400 famílias. Conforme dados do histórico do movimento, seus dirigentes acreditavam que o governo de Miguel Arraes seria favorável ao retorno da reforma agrária no Estado. Entretanto, essas famílias foram ostensivamente despejadas por ordem judicial e, posteriormente, assentadas em outros municípios de Pernambuco (MST/PE, 2006).

A Zona da Mata Meridional pernambucana ocupa o 2º lugar do Brasil em número de ocupações, atrás apenas da região do Pontal de Paranapanema, em São Paulo. Este dado poderá justificar a existência de aproximadamente 17 movimentos em defesa da reforma agrária, a maioria dissidências do MST (Quadro 4).

Na verdade, a atuação significativa desses movimentos sociais em prol da reforma agrária no Brasil representou o “acordar” dos camponeses excluídos e expropriados pelo modelo econômico perverso adotado desde o período colonial. Nas décadas de 60 e 70 do século passado, o país investiu na expansão e modernização agrícola para exportação, com o objetivo de obter um saldo positivo na balança comercial, tendo em vista os investimentos realizados na indústria. Essa modernização no campo foi chamada “modernização dolorosa” por Silva (1981), pois estimulou o desenvolvimento desigual do capitalismo no campo beneficiando as grandes propriedades com culturas para exportação e consolidando a figura do latifúndio.

Quadro 4 - Movimentos sociais no campo em Pernambuco

NOME	SIGLA
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	MST
Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MLTRST
Movimento dos Trabalhadores	MT
Movimento dos trabalhadores Rurais no Brasil	MTB
Movimento de Libertação dos Sem Terra	MLST
Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	MTBST
Movimento de Luta pela Terra	MTL
União dos Agricultores de Pernambuco	UAPE
Federação dos trabalhadores na Agricultura de Pernambuco	FETAPE
Comissão Pastoral da Terra	CPT
Organização da Luta no Campo	OLC
Movimento dos Pequenos Agricultores	MPA
Movimento dos Agricultores Sem Terra	MAST
Movimento dos Trabalhadores Rurais	MTR
Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil	MTRUB
Cooperativa dos Sem Terra	COOPTERRA

Fonte: DATALUTA, 2004; CPT/PE, 2006.

Dessa forma, apesar dos movimentos sociais em prol da reforma agrária no Brasil terem surgido a partir da década de 50 do século passado que, na opinião de Martins (2001), representou uma “demora cultural”, o autor salienta que este atraso se justifica pelo fato de que as maiores vítimas não protestam; os que falam, formam os grupos que não sofrem os problemas sociais diretamente, mas lutam para mobilizar os camponeses a reivindicarem seus direitos. Esta submissão tem raízes no contexto histórico brasileiro e nas relações sociais

estabelecidas ao longo do tempo: os senhores de engenho e escravos e, posteriormente, os usineiros e trabalhadores rurais.

Em síntese, apesar da concentração fundiária ainda permanecer expressiva na Zona da Mata pernambucana, algumas experiências bem sucedidas de acesso as terras, apoiadas pelos movimentos sociais, têm sido expressivas na região, tendo em vista o número de assentamentos instalados a partir de 1989, ano da fundação do MST em Pernambuco. Entretanto, a morosidade do INCRA em realizar vistorias para a desapropriação dos imóveis improdutivos tem permitido que muitas famílias acampadas fiquem anos em precárias condições aguardando a possibilidade de receberem um lote para plantar. Todavia, mesmo que o processo de concessão de terras ainda seja muito lento, no espaço da Zona da Mata já se observa, na maior parte dos assentamentos, práticas agrícolas que adotam a diversificação das culturas quebrando um pouco a monotonia da monocultura canavieira.

3. AS DINÂMICAS ESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE AMARAJI

A área da pesquisa está localizada no município de Amaraji, situado na Microrregião da Mata Meridional pernambucana, Mesorregião da Mata. A região da Mata pernambucana está subdividida em 3 microrregiões: a Microrregião da Mata Meridional, a Microrregião da Mata Setentrional e a Microrregião de Vitória de Santo Antão. Na Figura 2 (p.63) no mapa de Pernambuco, observa-se as Microrregiões da Mata pernambucana com destaque para o município de Amaraji, área onde está situado o assentamento Estivas, objeto deste estudo.

Com uma população de 1.207.274 habitantes, distribuída por 43 municípios, a Zona da Mata ocupa uma área de 8.432,40 Km², com densidade demográfica de 143,1 hab./Km², de acordo com dados do censo do IBGE (2000). A população está concentrada nas áreas urbanas com um percentual de 69% vivendo nos distritos-sedes.

O processo de ocupação da Zona da Mata pernambucana teve sua origem no Brasil Colônia com a implantação e expansão da lavoura canavieira facilitada pelas condições naturais e interesses econômicos da Metrópole. Na verdade, a cultura da cana-de-açúcar foi a cultura que mais se expandiu no período de 1975/1985 do século passado, com a implementação do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL avançando por áreas antes destinadas às culturas de alimentos.

Atualmente, as limitações de ordem natural, como a degradação dos solos e a expansão do cultivo em áreas com relevo acidentado que dificultam a mecanização, assim como a falta de desenvolvimento de tecnologias que elevem a produtividade da cana, vêm contribuindo para o decréscimo da produção.

Com o fechamento de engenhos e usinas na Zona da Mata e com a eliminação dos sítios nas áreas rurais, os trabalhadores da cana migraram para as cidades. Esses fatos fizeram com que as cidades crescessem na periferia, surgindo então verdadeiras favelas nos municípios da Zona da Mata. O êxodo rural agravou as condições de vida dos moradores tendo em vista que a população do campo desempregada, sem outras qualificações e sem assistência médica, alimentar e educacional passou a realizar trabalhos ocasionais sem registro e na clandestinidade. Segundo Andrade (2001), estes fatos vêm gerando miséria e o ressurgimento de doenças já erradicadas na região.

Na concepção do autor (2001), a crise da agroindústria poderia ser a oportunidade do governo implementar a reforma agrária na região e concentrar a cultura da cana nas áreas mais favoráveis. Assim, nas terras desapropriadas para a reforma agrária poderia ser desenvolvida a agricultura familiar com a produção de verduras e frutas para abastecer os mercados locais e regionais.

Dessa forma, a crise instalada na Zona da Mata pernambucana poderá ser positiva se estes trabalhadores rurais tiverem oportunidade de retornarem ao campo e produzirem para o sustento de suas famílias. Assim sendo, novos arranjos espaciais surgirão na região a partir da introdução de outras culturas que possam quebrar a monotonia da paisagem canavieira.

3.1 Condicionantes Históricas e Características Geográficas do Município de Amaraji

O município de Amaraji, situado na Mesorregião da Mata, na Microrregião da Mata Meridional pernambucana foi fundado em 1868, quando os habitantes do Distrito de Escada solicitaram ao presidente da Câmara a criação de uma feira no Engenho Garra, no local onde hoje é a sede do município. O pedido foi acatado e aos domingos funcionava uma feira para a comercialização de madeiras da região, tendo em vista que a proximidade do Rio Amaraji facilitava o transporte do material pelo rio. Com a construção de casas comerciais e residências, o pequeno povoado, inicialmente chamado de Cambão Torto, logo passou a freguesia em 1884 e a Vila, em 1889, com o nome de São José da Boa Esperança. No mesmo ano, desmembrou-se de Escada e foi elevado a categoria de cidade, pela Lei Estadual nº 991, de 1 de julho de 1909, com o nome de Amaraji, em homenagem ao rio que corta a cidade e que na língua Tupi significa rio formado pelas chuvas ou rio das nuvens (PROMATA, 2003).

Amaraji (Figura 3, p. 64) possui uma área de 237,8 Km², está localizado nas coordenadas geográficas 8°22'59'' de latitude Sul e 35°27'09'' de Longitude WGR, estando distante da capital 101,6 km, cujo acesso é feito pelas rodovias BR-101 e PE-63, ambas pavimentadas. Limita-se ao Norte com Chã Grande, ao Sul com Ribeirão, a Leste com Primavera e a Oeste com Cortês e Gravatá. O município é formado pelo distrito-sede e o povoado de Demarcação que fica a 13 km da sede. O município, na maior parte do seu território, está inserido na Bacia do Rio Sirinhaém, sendo banhado pelo Rio Amaraji, seu afluente. O Norte do município é drenado pela Bacia do Ipojuca.

O município, inserido na grande Unidade da Paisagem “E”, denominada Encosta Setentrional, (Zoneamento Agroecológico do Nordeste, 1993) que apresenta um relevo fortemente ondulado como se observa na Figura 4 (p.65) com cotas de aproximadamente 300 metros acima do nível do mar formado por colinas, com vales estreitos e fundos, característicos das áreas que antecedem o Planalto da Borborema o que torna as temperaturas mais amenas durante grande parte do ano (FIDEM, 2005).

Com clima tropical quente e úmido (As'), de acordo com a classificação de Köppen, apresenta temperaturas que oscilam de 17° a 28° e chuvas de outono-inverno. O relevo ondulado é representado por colinas que favorecem os processos de deslizamento e lixiviação dos solos provocados pela intensidade das chuvas, tendo em vista os altos índices pluviométricos da região.

Com relação às características pedológicas, Amaraji apresenta solos constituídos principalmente por Latossolos e Podzólicos Vermelhos, com formações vegetais subperenifólias pertencentes ao ecossistema de Mata Atlântica, representadas por árvores de grande porte e com perda discreta de folhas, atualmente bastante degradada em virtude da exploração histórica da monocultura da cana-de-açúcar (FIDEM, 2005).

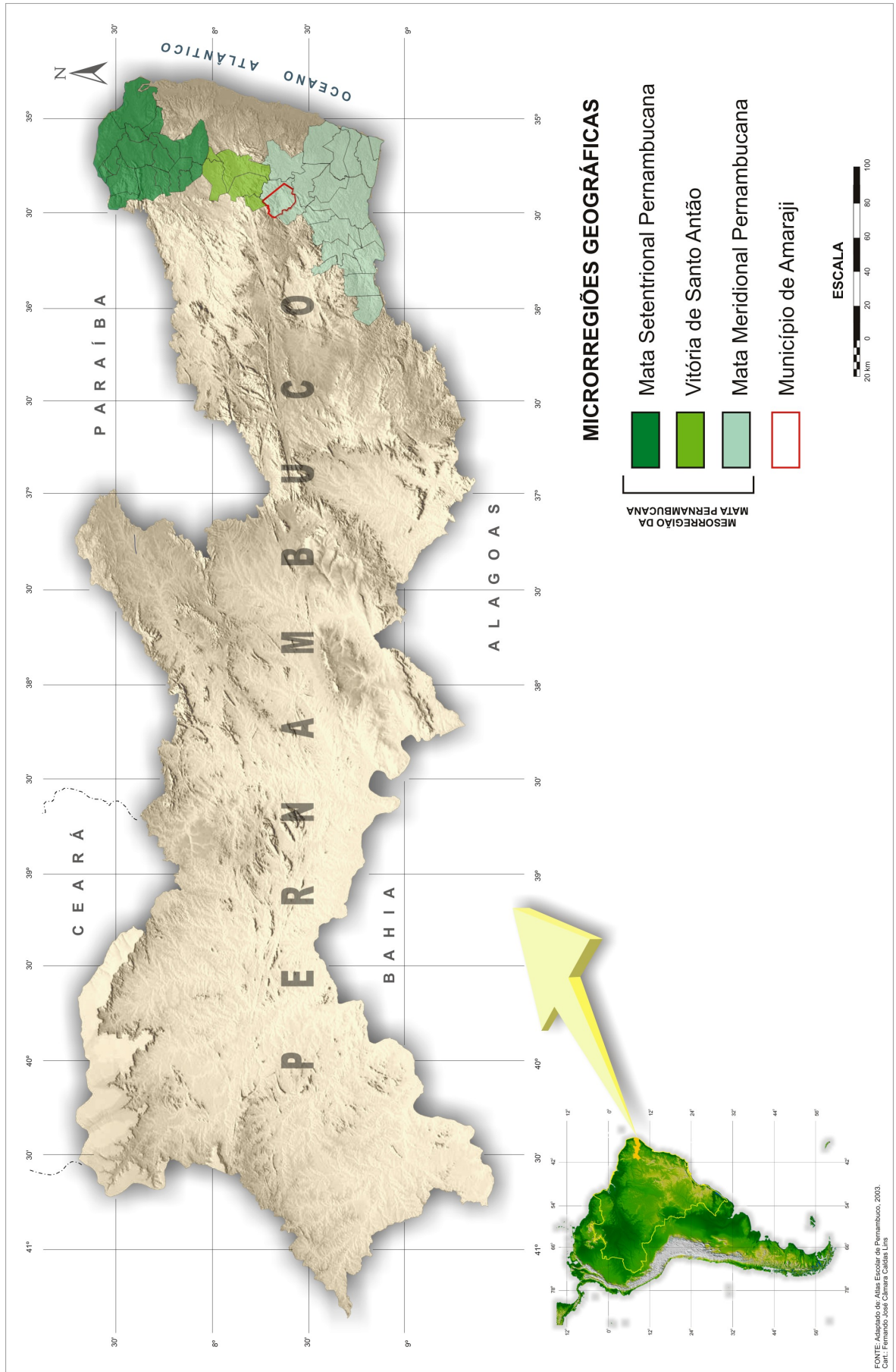


Figura 2 – Mapa do Estado de Pernambuco - Zona da Mata pernambucana-Microrregiões Geográficas.
 Fonte: Atlas de Pernambuco, 2002.

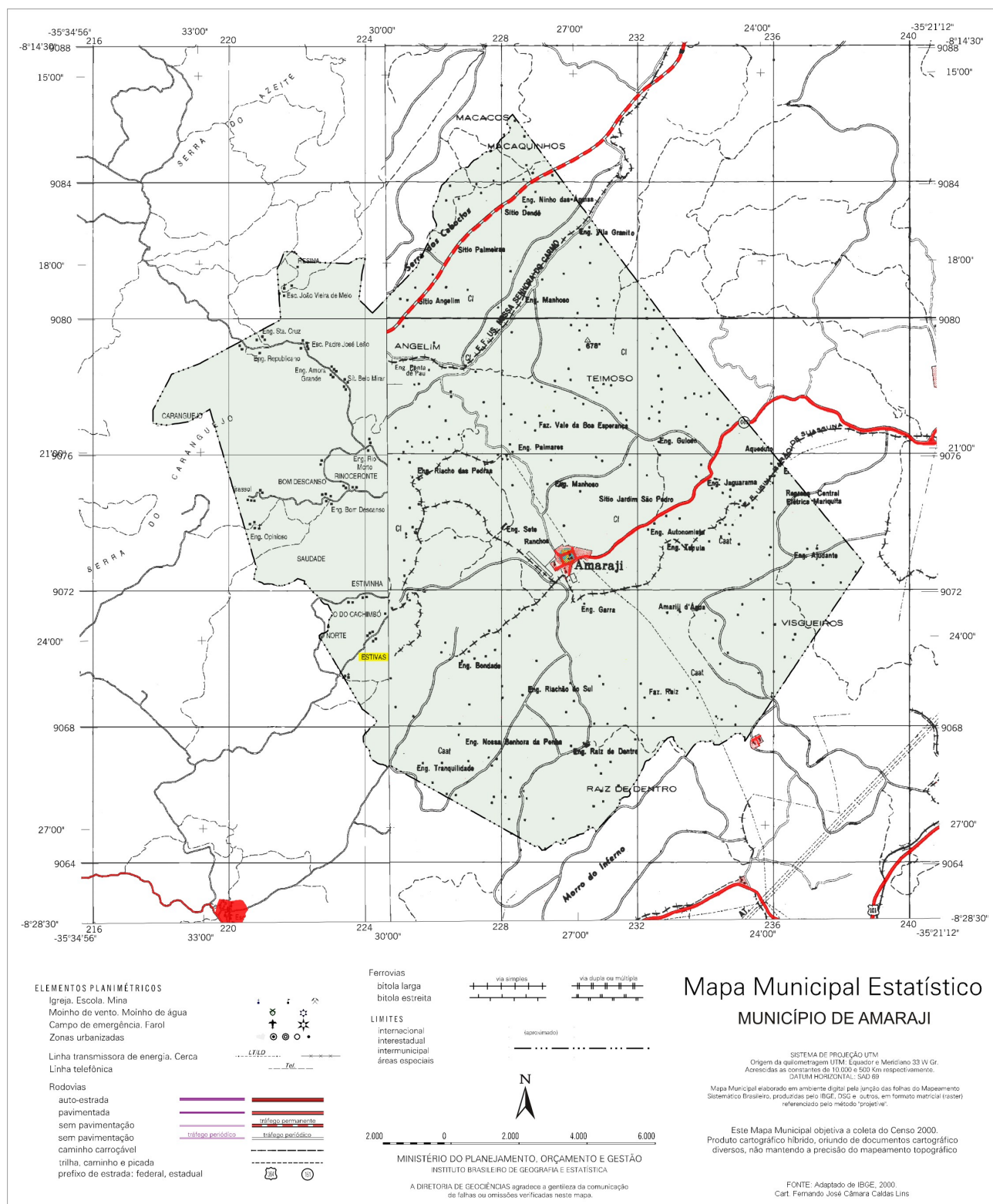


Figura 3 - Mapa Municipal Estatístico do Município de Amaraji
Fonte: IBGE, 2000

3.2 Aspectos Socioeconômicos do Município de Amaraji

Amaraji, de acordo com o Censo do IBGE (2000), possui uma população de 21.319 habitantes com densidade demográfica de 89,67 hab/Km². A população feminina está em torno de 10.428 pessoas e a masculina 10.891 indivíduos, dos quais somente 32,5% estão na zona rural. Tal fato indica a grande mobilidade populacional do meio rural para a zona urbana. A população residente com 10 ou mais de 10 anos totaliza 16.463 pessoas, sendo 10.797 alfabetizadas. O município apresenta um percentual relativamente baixo no que se refere às condições de saúde, longevidade, educação e renda, tendo em vista que o Índice Municipal de Desenvolvimento Humano é de 0,617, estando entre os 10 menores índices dos municípios da microrregião (Quadro 5).

Quadro 5 – Síntese de dados do Censo Demográfico de Amaraji

DESCRIÇÃO	Nº DE HABITANTES
População Total	21.319
Mulheres	10.428
Homens	10.891
População Urbana	14.388
População Rural	6.931
População residente de 10 ou mais de 10 anos de idade	16.463
Alfabetizada	10.797
Taxa de Alfabetização	65%
Densidade Demográfica	89,67 (hab/Km ²)
IDH-2000	0,617

Fonte: IBGE/Censo 2000.

Conforme análise comparativa entre censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e contagem do ano de 2003 (Tabela 5) observa-se um declínio na população que vive no campo e, conseqüentemente, o aumento da população urbana no município de Amaraji. Este dado, também verificado nos demais municípios da região, vem demonstrar que o fechamento de muitos engenhos expulsou os antigos moradores do campo para a periferia das cidades. Na amostragem de 2003, a taxa de urbanização de Amaraji chega a perfazer 74,8% da população, a maioria desenvolvendo atividades na safra canavieira e vivendo em precárias condições de habitação, saúde, saneamento e educação. Há, no entorno do município, áreas de antigos engenhos, e hoje são ocupadas por trabalhadores expulsos do campo. Pode ainda ser verificado, na tabela 5, que o índice de crescimento na zona rural tem decrescido ao longo dos anos e chegou a apresentar um percentual anual de - 4,8 % no ano de 2003.

Tabela 5 – Síntese da População Residente, Situação de Domicílio, Taxa de crescimento e grau de Urbanização de Amaraji –1970/2003

Anos	Total	População		Taxa de Crescimento %/ a.a			Grau de Urbanização (%)
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
1970	16.001	4.531	11.470	-	-	-	28,3
1980	19.397	7.007	12.390	1,94	4,46	0,77	36,1
1991	19.997	9.913	10.084	0,28	3,20	-1,85	46,6
1996	20.342	12.287	8.055	0,34	4,39	-4,39	60,4
2000	21.319	14.381	6.928	1,17	4,01	-4,01	67,5
2003	21.765	16.280	5.485	0,71	4,22	-4,08	74,8

Fonte: Censos IBGE.

Em relação à População Economicamente Ativa – PEA, como demonstram os dados do IBGE, as principais atividades econômicas estão concentradas no setor agropecuário, com um índice de 49,6%, ou seja, é o que apresenta o maior número de pessoas empregadas, seguidos pelas atividades ligadas ao comércio e afins, com 10,2% e as correspondentes a administração pública, defesa e seguridade social, são representadas por 8,4% do total. Em relação a Pernambuco, a População Economicamente Ativa do município, no ano 2000, correspondeu apenas a 0,9% do PEA do Estado (Tabela 6).

**Tabela 6 - Síntese das Atividades Econômicas do município de Amaraji-
PEA/2000**

Principais Atividades Econômicas	Total	%	% em relação ao Estado de Pernambuco
Agropecuária	3.146	49,6	0,5
Comércio, reparação de veículos e objetos.	647	10,2	0,1
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	532	8,4	0,3
Total da PEA ocupada	6.338	100,0	09

Fonte: IBGE - Censo 2000

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/2001, os empregos formais estão concentrados no setor de serviços onde se incluem os trabalhadores da administração pública, setor da agropecuária, indústrias de transformação (empregados da Destilaria Montevideu) e comércio. Assim, 67,35% dos trabalhadores estão na administração pública, 14,60% na agropecuária, 10,29% nas indústrias de transformação e 7,45% no comércio (Figura 5).

No que se refere aos empregos informais, percebe-se que é grande o número de pessoas que trabalham informalmente e sazonalmente no corte e moagem da cana de açúcar. Grande parte dos municípios da Zona da Mata recebe trabalhadores de outras regiões do estado e que são contratados por empreitada neste período.

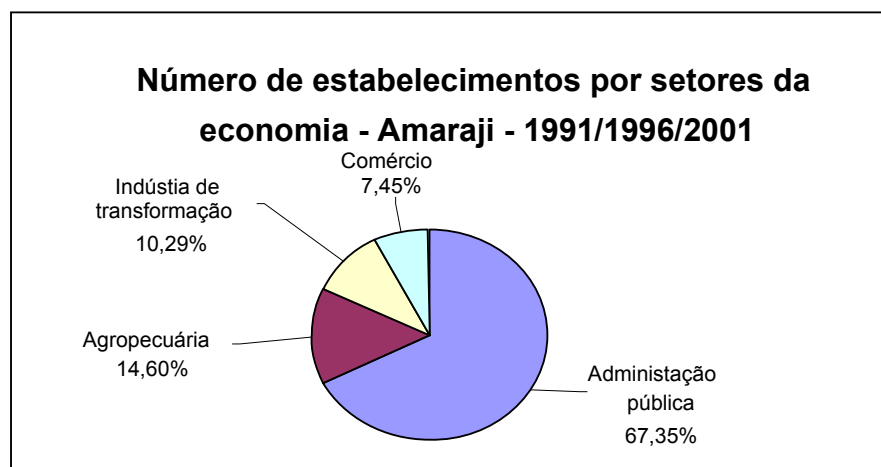


Figura 5 – Gráfico com número de estabelecimentos por setores da economia e empregos formais em Amaraji.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS 1991, 1996 e 2001.

No que se refere à questão fundiária, as informações obtidas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária local (INCRA) revelam aspectos importantes na exploração e distribuição das terras no município. Constatou-se que a concentração fundiária é relevante na área rural e que a maior parte das terras está nas mãos dos grandes latifundiários (Tabela 7).

Tabela 7- Amaraji – Estrutura Fundiária

Imóveis (hectares)	Quantidade		Área (ha)	
	Absoluta	%	Absoluta	%
0 a 10	95	31,7	696,9	4
10 a 100	183	61,0	5.091,0	29,5
100 a 1000	19	6,3	7.258,50	42,0
Acima de 1000	3	1,0	4.236,90	24,5
Total	300	100,0	17.283,30	100,0

Fonte: INCRA, 1998.

Observa-se, ainda, a partir destes dados, a predominância dos grandes estabelecimentos rurais e, conseqüentemente, a reduzida presença de pequenas unidades, em torno de 4% da área agricultável, o que inviabiliza a diversificação das culturas por parte da agricultura familiar. Percebe-se, pela análise dessa tabela, que ¼ das terras de Amaraji estão concentradas em apenas 3 propriedades e que as terras destinadas à agricultura familiar ocupam somente 4% do município, ou seja, 31,7%, conforme dados do Diagnóstico Participativo elaborado pelo programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA, 2003).

Em relação à produção agrícola, destaca-se a predominância da lavoura permanente sobre a temporária, a partir dos dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003). No município, cultivava-se a cana-de-açúcar, a batata doce, a mandioca e uma pequena produção de frutas como o abacaxi, a banana, a laranja e o coco (Tabelas 8 e 9).

A cana-de-açúcar representa 2/3 da área plantada do município. Em 2001, 94% do total das lavouras temporárias foi responsável por 71% dos recursos gerados, apesar de sofrer uma queda acentuada a partir da década de 90, devido à concorrência do Sudeste e Centro-Oeste e a queda dos preços no mercado internacional (PROMATA, 2003). A Usina União e

Indústria (situada no município de Primavera) e a Destilaria Montevideu são as principais beneficiadoras da cana-de-açúcar na região. Na tabela 8, verifica-se que a quantidade produzida de cana é muito superior aos demais produtos cultivados no município, o que comprova a superioridade da atividade monocultora, apesar de apresentar retraimento na produção nos últimos anos.

Tabela 8 - Síntese da Exploração da Lavoura Temporária

Discriminação	Qtde. produzida	Valor produção	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio p/ha
Batata Doce	234 t	68.000.	26	26	9.000 Kg
Mandioca	5.200 t	1.341	400	400	13.000 Kg
Abacaxi (fruto)	300.000	86.000	10	10	30.000 f
Cana-de-Açúcar	425.000 t	12.538	8.500	8.500	13.000 Kg

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2003.

Tabela 9 - Síntese da Exploração da Lavoura Permanente

Discriminação	Qtde. produzida	Valor da produção	Área plantada	Área colhida	Rendimento médio
Banana	14.700	2.947	1960	1960	7.500 Kg
Coco	934.000	241.000	29	29	52.206 u
Laranja	85	54.000	5	5	17.000 Kg
Limão	182	49.000	26	26	7.000 Kg
Maracujá	112	69.000	15	15	7.466 u

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2003.

O cultivo da banana aparece em segundo lugar no município e em 2003 perfazia um total de 23,2% da produção local. Segundo os dados do PROMATA (2003), foram registrados que em algumas pequenas propriedades do município há o cultivo de olerícolas, como o chuchu e a cenoura e frutíferas como a graviola, coco, maracujá e limão. Ainda, segundo esses dados, a falta de acesso ao crédito e à assistência técnica são entraves significativos no desenvolvimento dessas culturas. Observa-se que na feira semanal do município, a maioria dos produtos comercializados vem de outros municípios ou são adquiridos no CEASA.

Seguindo a tendência do modelo dominante da agricultura brasileira, que é o da agricultura patronal, em Amaraji, ela é responsável por parte da mão-de-obra contratada que trabalha na Destilaria Montevideu, embora a maioria seja sazonal, ou seja, contratada no período da moagem da cana-de-açúcar. Por outro lado, na agricultura familiar já há uma parcela expressiva de produtores rurais, como indica a Tabela 10, com os dados do Censo Agropecuário 1995/1996.

Em Amaraji, os estabelecimentos familiares estão divididos nas seguintes categorias: os de maiores rendas, os de rendas médias, os de rendas baixas e os de rendas quase inexistentes, que representam cerca de 85,8% do total de estabelecimentos contabilizados. A agricultura patronal, com o total de 104 propriedades, caracteriza-se por apresentar o valor bruto da produção bem acima da agricultura familiar, em torno de 70,8% (Tabela 10). Estes dados comprovam que a renda maior do município está concentrada nas grandes propriedades, o que atesta que o alto índice de concentração fundiária não se alterou, apesar do crescimento do número de assentamentos. Os números indicam que os lucros obtidos pela agricultura familiar, basicamente restrita às áreas de assentamentos, estão muito aquém dos alcançados pela agricultura patronal.

Dessa forma, verifica-se que a discrepância nos valores dos lucros de um ou de outro tipo de sistema (agricultura familiar ou patronal) estão centrados no tamanho das propriedades e nas oportunidades de crédito concedidas para o desenvolvimento das atividades agrícolas. A agricultura patronal, além de dispor de crédito junto aos bancos, monopoliza a maioria das terras na região com a monocultura da cana que lhe garante retorno financeiro mais imediato. Por outro lado, apesar da Reforma Agrária ter permitido um maior parcelamento do espaço para a agricultura familiar no município, ela ainda está muito aquém dos ganhos obtidos pela agricultura patronal tendo em vista suas limitações financeiras e de assistência técnica.

Ainda na Tabela 10, pode-se verificar que apesar dos estabelecimentos familiares corresponderem a 85,8% do total de unidades agrícolas, a área disponível em hectares para o desenvolvimento da pequena produção fica em torno de 36,6%, um pouco mais que a metade disponível para a agricultura patronal.

Tabela 10 - Número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção e Categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal em Amaraji

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	731	100,0	18.940	100,0	8.759	100,0
Total Familiar	627	85,8	6.927	36,6	2.560	29,2
Maiores rendas	125	17,1	2.727	14,4	1.638	18,7
Renda média	169	23,1	1.444	7,6	638	7,3
Renda baixa	109	14,9	575	3,0	175	2,0
Quase sem renda	224	30,6	2.179	11,5	109	1,2
Patronal	104	14,2	12.013	63,4	6.199	70,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996-IBGE.

Hoje, dos 37 engenhos existentes no município de Amaraji, 7 estão situados em assentamentos de reforma agrária, como o Estivas, Riachão do Norte, Tapuia, Rinoceronte, Cícero Gomes, Raiz de Dentro e Manhoso, responsáveis por grande parte da atividade agrícola familiar no município. Outros engenhos desativados, ocupados por agricultores ligados aos movimentos sociais pela reforma agrária, aguardam decisão judicial para imissão de posse, como o engenho Não Pensei, e em fase de acampamento, aguardando a vistoria do INCRA estão os engenhos Retalho, Camarão, Autonomista e Fazenda Mercês. Esta estrutura agrária do município pode ser observada com detalhes no mapa estatístico do município (Pág.65).

Dessa forma, com a instalação de mais 5 assentamentos em antigos engenhos, Amaraji terá em torno de 33% do total de áreas desapropriadas para a reforma agrária. Assim, embora estas conquistas se concretizem a duras penas, hoje o município já apresenta uma nova configuração espacial, tendo em vista a diversificação produtiva desenvolvida com a instalação dos assentamentos de reforma agrária.

No que se refere ao setor de comércio, há um número de estabelecimentos que atende às necessidades básicas da população, com pequenas casas comerciais vendendo artigos de vestuário, alimentos, farmacêuticos, entre outros produtos. Em relação aos rendimentos da

força de trabalho em Amaraji, os mesmos são considerados baixos por se enquadrarem no patamar de até dois salários mínimos. A tabela 11 demonstra que cerca de 3.855, de um total de 4.397 chefes de família, perfazendo 87,67%, não recebem salários suficientes para o sustento de suas famílias.

Tabela 11 – Rendimentos dos Chefes de Domicílio do Município de Amaraji

Salários Mínimos	Valor Absoluto	Percentual
Até ½ sm	427	9,71
Mais de ½	2.441	55,52
Mais de 1 a 2 sm	987	22,45
Mais de 2 a 5 sm	391	8,89
Mais de 5 a 10 sm	100	2,27
Mais de 10 a 20 sm	35	0,80
Mais de 20	16	0,36

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Em relação à questão educacional, o município é composto pela Secretaria de Educação, Cultura e do Desporto, responsável por toda a gestão das ações educacionais no mesmo. O setor apresenta problemas, comuns a maioria das cidades brasileiras, como sucateamento das unidades escolares, alta taxa de evasão escolar, analfabetismo, entre outros. Das 47 escolas do município, 35 estão na zona rural com classes multisseriadas que funcionam precariamente e com os problemas de infra-estrutura encontrados nos estabelecimentos da sede.

A taxa de analfabetismo, considerando a população na faixa etária de 15 a 24 anos, alcança o percentual de 37,35% , representada por um total de 5.129 pessoas analfabetas como se verifica na tabela 12. O índice elevado de analfabetismo, na faixa acima de 15 anos de idade, vem reforçar a idéia do abandono da escola por parte da população jovem para compor a mão-de-obra sazonal no período da safra da cana. Estes jovens, uma vez ausentes dos bancos escolares, raramente voltam a estudar.

Tabela 12 - Taxa de analfabetismo – município de Amaraji

FAIXA ETÁRIA	TAXA DE ANALFABETISMO %
11 a 14	17,28
15 a 19	16,22
15 anos e mais	37,35
20 a 24 anos	25,15

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

No quesito saúde e saneamento, Amaraji apresenta graves problemas levantados no Diagnóstico Participativo elaborado pelo PROMATA, em 2003. No que tange às questões de saúde, o diagnóstico revela a existência de precárias condições de higiene pública, desnutrição e alcoolismo na adolescência. Além destes problemas, há falta de unidades de saúde, equipamentos médicos e medicamentos, principalmente nas áreas rurais.

Em relação ao saneamento básico, o município é deficiente em abastecimento e tratamento de água. A utilização de água imprópria para o consumo acarreta o surgimento de doenças provocadas pela contaminação dos recursos hídricos devido ao lançamento de efluentes tóxicos pela destilaria do município e agrotóxicos, provenientes do cultivo da cana.

Em Amaraji existe uma coleta domiciliar de lixo privado e público. Entretanto, todo o material coletado pela prefeitura, inclusive o hospitalar, é levado para as margens da rodovia que liga o município a Chã-Grande sem nenhum tipo de tratamento. Diariamente há a presença de catadores nesta área, sem os cuidados necessários para evitar as doenças provocadas pelo manuseio dos dejetos.

Além destes problemas ambientais detectados no município, como a falta de saneamento básico que repercute na saúde da população, identifica-se outros problemas nas áreas rurais como a disposição inadequada de efluentes domésticos provenientes das casas de farinha que carregam a manipueira para os riachos, assim como o desmatamento e queimadas nas áreas rurais (PROMATA, 2003).

Desse modo, verifica-se que a interdependência entre os aspectos físicos, sociais, econômicos e ambientais, como os que foram observados neste capítulo, e que ocorrem no

município de Amaraji, vão produzir novos arranjos espaciais e, assim, circunscrever outras dinâmicas que se processam de acordo com as demandas da sociedade.

3.3 Considerações Sobre os Assentamentos Rurais em Amaraji

A implantação dos assentamentos rurais acarreta a adoção de novos elementos e agentes que interferem nas relações de poder. Dessa forma, o assentamento é decorrente de um conflito fundiário, que envolve, ao mesmo tempo, resistência e ações que viabilizam a ocupação de terras. Uma vez desapropriado o imóvel para fins de reforma agrária o Estado legitima o conflito ao desapropriar a terra e a implantação dos assentamentos vem provocar rearranjos nas esferas locais e federais, ou seja, vem exigir novas posturas de órgãos responsáveis pela reforma agrária como o INCRA (PALMEIRA *et al*, 2004).

A primeira experiência de reforma agrária em Amaraji aconteceu nos anos 60, do século passado, com a implantação do processo de colonização, o PIC-Caxangá (Usina Caxangá) imposto pelo Governo Federal, através do INCRA, que desapropriou alguns engenhos nos municípios de Amaraji, Cortez, Primavera e Ribeirão. Este projeto foi implantado pelo governo com o objetivo de minimizar os conflitos do campo incentivados pelas Ligas Camponesas que clamavam justiça social (PASSOS *et al*, 2001).

O município de Amaraji, com elevada concentração fundiária, foi palco de muitos conflitos pela posse da terra. Apresentando uma estrutura agrária marcada pelo grande número de engenhos, amargou os dissabores da decadência da atividade sucroalcooleira com o fechamento de grande parte das unidades produtivas tornando-se refém da massa de trabalhadores rurais, desempregados e sem terra.

A partir da década de 70 do século XX, com o advento da modernização da agricultura, Amaraji viveu um dos piores momentos no que se refere à questão do desemprego. Os proprietários de engenhos iniciaram uma campanha para a derrubada das lavouras nos sítios, expulsando do campo para a periferia da cidade grande parte dos trabalhadores rurais que residiam nas propriedades (moradores dos engenhos).

Diante deste quadro, o MST, em 1989, que já havia se instalado na Região da Zona da Mata pernambucana, ao promover algumas manifestações em prol da reforma agrária, apoiou um grupo de trabalhadores rurais sem emprego que havia iniciado um plantio de subsistência

nas terras do Engenho Tapuia. O engenho estava desativado e havia encerrado suas atividades. Segundo relato de alguns trabalhadores rurais que acamparam no local, foram 6 anos de acampamento, saindo a imissão de posse apenas para 23 famílias, tendo em vista que o tamanho do imóvel não comportava um número maior de famílias.

Edilson, Presidente da Associação dos Parceleiros do Engenho Estivas (Janeiro, 2005), nos diz:

Eu tomei conhecimento que o pessoal tava trabalhando no engenho Tapuia. É só chegar lá, demarcar um pedaço para vocês e começar a trabalhar. E daí começou e eu fui apresentado ao movimento social e comecei a participar e me engajei na luta. No Tapuia, nós passamos uns 6 anos em acampamento. Depois com a imissão de posse do Tapuia, na época, resolvemos acampar no engenho Estivas e aí ficaram 23 no Tapuia e como não cabia todos no assentamento, nós resolvemos acampar no Estivas.

O Sr. Agemiro também relata com emoção o início da luta pela terra no engenho Tapuia (Janeiro, 2005),

A luta foi grande, saí de casa, fui enfrentar a briga, pois quem não luta não tem nada, tem que lutar. Foi no Tapuia. Antes de 1990, fui pro Tapuia plantar banana pro dono e lavoura branca pra ele, era meeiro e quando o pessoal chegou me juntei a eles.

Posteriormente, em 1994, trabalhadores rurais apoiados pelo Movimento de Comissão de Luta – MCL e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraji ocuparam o engenho Riachão do Norte. O grupo foi despejado várias vezes e somente em 1995, desta vez com a ajuda do INCRA, conquistaram o direito de permanecer na terra.

As famílias remanescentes do engenho Tapuia que não conseguiram lotes resolveram acampar no engenho Amaraji d'Água, sendo despejadas posteriormente porque o engenho, por questões políticas, foi considerado produtivo na ocasião. Assim, após o despejo, decidiram acampar no engenho Estivas na esperança de conseguirem seus lotes, tendo em vista que o engenho já havia encerrado suas atividades agrícolas e encontrava-se completamente abandonado. Em 1996, saiu à imissão de posse e foram assentadas 110 famílias.

Nesse contexto, várias ocupações aconteceram nos engenhos improdutivos do município, sendo desapropriados outros imóveis para a reforma agrária como os engenhos Bom Conselho (hoje assentamento Cícero Gomes), Rinoceronte, Manhoso e Raiz de Dentro ocupando 14,16 % da área do município. Na opinião do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraji, Cícero Antônio da Silva, o número de famílias beneficiadas

com a posse da terra em Amaraji chega a 300, um número ainda insuficiente para resolver os conflitos do campo na região. Na opinião de Amaro Fernandes da Silva (Janeiro, 2005), Coordenador do MTRUB, movimento social fundado em Amaraji, o acesso a terra provocou mudanças no município:

Acho que Amaraji ganhou com isso, todo mundo, a sociedade está ganhando, o governo, o sindicato, todos os órgãos estaduais e federais; é honra para o município ver essas famílias na área rural que estavam e poderiam estar desempregadas ou mendigando. E então, hoje, a gente vê que o visual mudou, até o conhecimento, a saúde, a educação, melhores esclarecimentos, mais conhecimento. A reforma agrária, acredito, é uma das melhores alternativas para o trabalhador.

Assim, mesmo com os números ainda modestos, o acesso a terra vem se tornando uma realidade no município de Amaraji, mérito de lutas, jornadas e resistências nos acampamentos das famílias que vivem debaixo das lonas pretas nas beiras de estradas da região. Estas famílias ainda têm esperança, embora a política agrária no Brasil não estimule tal sentimento. Apesar de tudo, entretanto, elas permanecem confiantes porque acreditam que o acesso a terra vai lhes proporcionar inclusão social e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida. A terra, para o produtor rural, não significa apenas sobrevivência, é a liberdade de viver com sua família e não apenas vender a sua força de trabalho.

4. MUDANÇAS E RESULTADOS SOCIOAMBIENTAIS NO ASSENTAMENTO ESTIVAS

4.1 Revisitando o Antigo Engenho

O espaço na Zona da Mata de Pernambuco, desde o século XVI, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma agricultura voltada à exportação. A agroindústria da cana-de-açúcar desencadeou o surgimento de uma sociedade agrária representada pela alta concentração fundiária, cujas terras pertenciam à oligarquia açucareira. Esse modelo econômico permitiu o surgimento de unidades produtivas voltadas à produção do açúcar, os chamados engenhos, que agregavam em torno de si toda uma estrutura necessária ao desenvolvimento da atividade, como a casa grande, a senzala, a moita, a capela, a casa de farinha, os sítios e, principalmente, a grande lavoura canavieira.

Neste capítulo, são analisados os resultados socioambientais da espacialização do assentamento Estivas, no período de 1990 a 2005, estudo de caso proposto na metodologia adotada nesta pesquisa, visando o entendimento das dinâmicas espaciais ocorridas antes e depois da instalação do assentamento, que desencadearam mudanças nos processos, funções, formas e estruturas naquele espaço rural (SANTOS, 1985). Os dados primários que permitiram a análise dos resultados socioambientais do assentamento Estivas foram obtidos através de pesquisa direta, no período de novembro de 2005 a janeiro de 2006.

A base de dados da pesquisa de campo constituiu-se de entrevistas não estruturadas que, como enfatiza Martins (1994, p. 45), são as que propiciam as melhores condições para o entrevistador obter resultados mais objetivos. As entrevistas foram realizadas com pessoas residentes no município de Amaraji, representantes do Poder Público Municipal, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata – PROMATA, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, movimentos sociais comprometidos com a questão da reforma agrária no município, ex-gerente do engenho Estivas e agricultores do Assentamento Estivas.

As entrevistas tinham como objetivo coletar informações sobre o andamento da Reforma Agrária na Mata Meridional pernambucana, a atuação dos movimentos ligados à questão da terra em Amaraji, as mudanças verificadas no município a partir da instalação dos

assentamentos de reforma agrária, o apoio das instituições aos produtores rurais e um balanço da questão ambiental municipal.

Com as famílias dos antigos moradores do engenho (hoje assentados) e produtores rurais assentados no Estivas, foram realizadas 30 entrevistas para verificar a dimensão das transformações ocorridas no espaço agrário e os resultados socioambientais resultantes destas mudanças. Foram colhidas informações dos agricultores, antes e depois da conquista dos lotes, nas questões que abordaram as mudanças socioeconômicas no município a partir da instalação dos assentamentos, as condições de vida dos assentados, atividades agrícolas e não agrícolas, as formas de acesso a terra, as relações de trabalho, o sistema produtivo e questões sobre o ambiente natural do assentamento.

Para dimensionar as mudanças sucedidas no assentamento, buscou-se resgatar um pouco da história do antigo engenho no sentido de compreender como se deu a espacialização do assentamento Estivas que, segundo Selva (2002, p.98), “resulta das relações estabelecidas entre os pequenos produtores rurais e os recursos disponíveis no espaço através do tempo. Os resultados dessas relações se materializam no espaço, dando-lhe forma, função e significado social.”.

As novas formas no espaço compreendem as parcelas que se comunicam por meio das estradas que cortam o assentamento, constituídas de casas, a casa grande, casas de farinha, açude, roças, lavouras de cana-de-açúcar, arruados (residências em forma de vila), escola, igreja e barracão onde se realizam as reuniões da associação.

A função é representada pelos trabalhos dos assentados realizados com a lavoura, com a criação de animais, nas casas de farinha, com a criação de abelhas e atividades como a piscicultura que variam de acordo com cada produtor rural e com a realidade de cada parcela.

De acordo com Selva (2002, p. 99) “as formas e funções têm um significado social, reflexo da natureza das relações sociais estabelecidas no desenvolvimento do trabalho, da ação dos atores sociais e instituições, regidos pela economia e pela política”. Nesse sentido, o processo social estabelecido no assentamento é reflexo das atividades desenvolvidas pelos assentados em suas parcelas, com suas peculiaridades e tratos culturais herdados e/ou aprendidos e que são responsáveis por sua fixação no campo como local de trabalho e moradia com sua família.

Dessa forma, para a compreensão das dinâmicas espaciais ocorridas no assentamento Estivas faz-se necessário verificar quais as mudanças introduzidas no espaço, a partir da

instalação do assentamento. Nesse propósito, é fundamental “revisitar” o antigo engenho para melhor entender essas transformações.

Com uma área de aproximadamente 1.157 ha, o engenho Estivas, situado no município de Amaraji, pertenceu à Usina União e Indústria, posteriormente chamada de Bonfim e hoje rebatizada de União e Indústria S/A, situada no município de Primavera. A empresa foi fundada pelo Major Antônio dos Santos Dias, em 1895, vendida depois ao grupo Leão Dubeaux e Cia. e atualmente pertence a Luiz Dias Lins, neto do fundador.

O engenho Estivas fornecia cana-de-açúcar para a usina e estava localizado a 9 km da sede do município. Apresentando um relevo ondulado a fortemente ondulado, característico dos municípios próximos da escarpa da Borborema, é banhado pelo rio Estivas e outros menores que deságuam no rio Amaraji. No que se refere à questão dos solos, há uma variedade de tipos, registrando-se a presença de Latossolos e os Podzólicos, ambos Amarelos e Vermelhos-Amarelos que ocorrem de acordo com as variações do relevo no assentamento (Plano de Recuperação do Assentamento – PRA, 2004). O antigo engenho fazia parte da estrutura agrária do município composta por vários engenhos fornecedores de cana, bangüês (fabricantes de açúcar e cachaça) e uma destilaria.

De acordo com os relatos dos antigos moradores, ex-empregados do engenho, verificou-se que o engenho Estivas não divergia muito do padrão dos engenhos instalados na região. Sobre o assunto, Brandão comenta (1985, p. 85) que o engenho, fruto da civilização açucareira desde o Período Colonial, foi a única forma de organização social existente na época. Em torno dele estavam a senzala, a monocultura da cana, os animais de trabalho, a igreja, a moita, os escravos e os trabalhadores rurais. Desse modo, o engenho Estivas era constituído pela casa-grande, casa de farinha, cocheira, barracão¹¹, dois arruados¹², sítios com casas de moradores, áreas cultivadas com cana-de-açúcar, na maior parte da propriedade, alguns equipamentos agrícolas, animais para trabalho e transporte, linha de trem para transportar a cana até a usina e, inclusive, sistema de comunicação, via telefone, com a antiga Usina Bonfim. A usina, fundada em 1895, possuía uma malha ferroviária com 120 Km de extensão e 10 locomotivas para o transporte da cana-de-açúcar. Em 1995 o engenho foi vendido para o Sr. Aarão Lins de Andrade, proprietário de outros engenhos na região.

A casa grande (figura 6) está situada na parte mais baixa da propriedade, ao contrário da maioria dos engenhos na região que constroem na parte mais elevada do imóvel. Com

¹¹ Tipo de mercearia com gêneros básicos para atender aos empregados.

¹² Vilas de casas para empregados do engenho.

estrutura elevada para se proteger das enchentes, está próxima de um pequeno açude (olho d'água) onde as pessoas costumam lavar roupas. As outras edificações que aparecem na foto são residências que compõem um dos antigos arruados do engenho e que são atualmente moradias dos assentados. Atualmente, nesse ponto, está situada a área comunitária do assentamento, com 32 ha, local onde está situada a escola de 1ª a 8ª série do ensino fundamental e o galpão para as reuniões da Associação dos Parceleiros do Engenho Estivas. A estrada, visualizada na foto, corta grande parte do assentamento e faz ligação com a estrada que vai para o município de Cortez. No período das chuvas, devido ao tipo de solo (argiloso) fica praticamente intransitável.



Figura 6 – Casa grande do engenho Estivas, hoje moradia de um assentado.
 Autora: Eliana Linhares, 2005

No engenho, no período de 1967 a 1996, trabalhavam em torno de 88 empregados, com carteira assinada, recebendo o salário mínimo do campo. Nos sítios, dentro do engenho, moravam 15 famílias também contratadas pelo proprietário. No período da safra, havia a convocação de mão-de-obra temporária requisitada através de empreitada. Os empregados fixos trabalhavam por produção e/ou diária. Alguns que exerciam a função de administração ou trato de animais recebiam um salário mensal. Observou-se que os salários recebidos desde a época do engenho não atendiam às necessidades das famílias e que era necessário complementar a renda com pequenos serviços, os chamados “biscates”.

Pelos relatos dos ex-empregados (moradores), percebeu-se que poucos tinham a regalia de plantarem lavouras de subsistência. Uma agricultora, nascida e criada no engenho, relatou que o patrão proibia qualquer tipo de criação e lavouras permanentes nos sítios.

Alguns empregados, mesmo à revelia, quando dispunham de tempo, plantavam milho, feijão, macaxeira para alimentarem as famílias.

Na ocasião das entrevistas foram coletadas informações sobre o antigo engenho a partir de relatos dos ex-empregados que moravam no imóvel, ex-gerente que supervisionava as atividades no campo e ex-administrador que distribuía as tarefas a serem executadas pelos trabalhadores fixos e sazonais. As informações dos atuais moradores do assentamento foram preciosas e suprimam perfeitamente as informações que não foram dadas pelo ex-proprietário que se negou a conceder entrevista. Segundo uma agricultora, que nasceu e se criou no engenho,

O engenho tinha casa-grande, casa de farinha e na época de pequena era da Usina União; tinha também cocheira, barracão, não tinha igreja, tinha arruado e 8 casas nos sítios, tinha cana, gado, arado, moia e plantava cana; tinha também linha de trem para transportar a cana para a usina e linha de telefone antiga para se comunicar com a usina (janeiro,2006).

Outro agricultor falando sobre as mudanças na sua vida morando no assentamento relata que,

Pra mim mudou um bocado de coisa porque muita gente aqui nesse engenho vivia passando fome porque tinha tempo que o homem se apertava e a gente trabalhava toda a semana e ele só dava 3 dias de serviço e outra era que a gente aqui era obrigado, era uma obrigação medonha com o patrão (janeiro,2006).

Por outro lado, o ex-gerente do engenho, que também tem uma parcela no assentamento, fala sobre o funcionamento do engenho na época: funcionava muito bem, teve uma quebra e então o INCRA desapropriou. Ele foi comprado na década de 60 pelo Sr. Aarão.

Na verdade, as entrevistas realizadas foram bastante elucidativas para se compreender o processo de constituição do engenho Estivas. Percebeu-se que o antigo engenho era um imóvel agrícola que fazia parte de um grupo maior, que na concepção de Mintz (2003), estaria na categoria de “plantação” tendo em vista que a empresa sucroalcooleira possuía uma força de trabalho dependente, com capital suficiente para suprir um grande mercado e promover a acumulação de capital.

4.2 A Conquista da Terra: a formação do Assentamento Estivas

A crise do setor sucroalcooleiro na Zona da Mata de Pernambuco, a partir de 1993, provocada pela supremacia da atividade no Centro-Sul, a falta de investimentos em tecnologia por parte dos usineiros, os cortes nos subsídios com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, em 1990, a queda na demanda do mercado internacional e, ainda, as secas de 1993/94 e 1998/99 trouxeram consequências negativas para os trabalhadores rurais na região. Com o fechamento de algumas usinas e engenhos, os trabalhadores desempregados deixaram o campo e se estabeleceram na periferia das cidades. Sem qualificação para exercerem outra atividade, engrossaram as fileiras dos desempregados vivendo em estado de completa miséria (ANDRADE, 2001).

Este fato desencadeou a revolta da classe trabalhadora rural na Zona da Mata e o surgimento de movimentos sociais em prol da reforma agrária, a exemplo do MST. Com a redemocratização do País, os trabalhadores, organizados e apoiados por estes movimentos passaram a ocupar os engenhos improdutivos no sentido de pressionarem o governo a desapropriar estes imóveis e disponibilizá-los para a reforma agrária.

Como já foi comentado no início deste capítulo, para obtenção dos dados sobre a formação do assentamento, optou-se por entrevistar 30 agricultores, cada um representando uma família, sendo 10 ex-moradores do engenho que viviam no local e 20 ex- trabalhadores da cana ligados ao MST que ocuparam o imóvel em 1995. A amostra foi composta por pessoas que possuíam parcelas localizadas nas proximidades da Reserva Legal e assentados que residiam em antigos sítios e arruados. Observou-se que a maioria dos entrevistados era do município de Amaraji e que um percentual muito pequeno veio de outros municípios da Zona da Mata Sul e Agreste pernambucano.

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas, o interesse pela luta e conquista da terra em Amaraji surgiu por causa do desemprego que assolava a região. Os trabalhadores rurais da cana passaram a fazer parte de movimentos sociais que pressionavam o INCRA para desapropriação de terras improdutivas para reforma agrária.

Desse modo, faz-se necessário registrar algumas falas que revelaram o anseio destes trabalhadores rurais por um pedaço de terra para plantar. Na época, o engenho Amaraji d'Água foi vendido e muitos trabalhadores rurais ficaram desempregados. Por esse motivo, este agricultor revelou que resolveu acampar no engenho Tapuia, também situado em Amaraji, ocupado em 1989 por outros trabalhadores desempregados na esperança de lutar pela conquista de um lote.

A conquista começou por conta do desemprego. O dono do engenho vendeu o engenho em 1993, dispensou todo mundo e como tava desempregado fui optar por terra. A luta começou no Tapuia, cuja luta dos companheiros começou em 1989 e em 1993 me juntei a eles (ex-trabalhador rural do engenho Amaraji d'Água, janeiro/2006).

Um produtor rural relatou que ao tomar conhecimento de que outras pessoas estavam trabalhando no engenho Tapuia e que era só demarcar um pedaço de terra e começar a plantar, tomou a iniciativa de se juntar ao grupo e ao MST.

Eu tomei conhecimento que o pessoal tava trabalhando no engenho Tapuia e era só chegar, escolher um pedaço de terra e começar a trabalhar. Eu fui apresentado ao movimento social e me engajei na luta. Nós passamos uns 6 anos no acampamento (Produtor rural e Presidente da Associação do Assentamento Estivas, janeiro/2006).

Em outro relato, um entrevistado conta que era meeiro ¹³ no engenho, foi convencido pelo MST a fazer parte do movimento e aderiu ao grupo como forma de ter um pedaço de terra para plantar. Em seu depoimento, observa-se que plantava de “meia” com o ex-dono do engenho Tapuia e que, posteriormente, optou por fazer parte do grupo que ocupou a propriedade.

A luta foi grande, saí de casa, fui enfrentar a briga, pois quem não luta não tem nada, tem que lutar. Foi no Tapuia, antes de 1990. Fui pro Tapuia plantar banana pro dono e lavoura branca pra ele, era meeiro e quando o pessoal chegou lá me juntei a eles (Trabalhador Rural, janeiro/2006).

As primeiras iniciativas pela posse da terra por parte dos trabalhadores rurais desempregados em Amaraji, aconteceram com a ocupação dos engenhos Tapuia e Amaraji d'Água, entre os anos de 1989 e 1990. No Tapuia, muitas famílias começaram a plantar roça (mandioca) e outras culturas antes de organizarem o acampamento. Posteriormente, o imóvel foi desapropriado e foram assentadas apenas 23 famílias, pois a área de 250 ha não comportava um grupo maior.

Os trabalhadores que não foram contemplados com lotes no Tapuia, em torno de 150 famílias resolveram acampar em outro engenho improdutivo, o Amaraji d'Água. Posteriormente, foram despejados pela Justiça que por questões “políticas”, classificou o imóvel como produtivo. Os políticos na região têm influência nas questões fundiárias e assim interferem nos processos de desapropriação de imóveis.

Na opinião de Silva (1991), há

¹³ Lavrador que planta em sociedade com o dono do terreno pelo sistema de meia.

[...] uma relação das classes dominantes urbanas com as oligarquias rurais que deram origem às primeiras classes e essa relação tem sido articulada na história para manutenção do poder econômico, que forja o poder político. Ambos têm o domínio do Estado que rearticula as classes subalternas que são reproduzidas na desigualdade dos espaços excedentes. É o Estado sempre a serviço da classe dominante.

Dessa forma, as famílias que não receberam lotes no engenho Tapuia e Amaraji d'Água resolveram, então, ocupar o engenho Estivas no dia 15 de novembro de 1996. Esta ocupação também teve o apoio do MST que já acompanhava a luta desses agricultores desde os acampamentos anteriores.

O engenho Estivas estava completamente improdutivo e já havia sido vistoriado pelo INCRA para fins de desapropriação. Segundo informações colhidas nas entrevistas, o proprietário estava interessado na negociação como forma de quitar dívidas trabalhistas. O imóvel, inicialmente, foi dividido em 117 parcelas para serem distribuídas com os 40 ex-empregados (moradores) que viviam no engenho e com o restante dos trabalhadores rurais apoiados pelo MST. Cada parcela tinha em média 8 ha e na divisão inicial dos lotes ocorreram alguns conflitos pelo fato da população residente (moradores) ter prioridade na escolha, como determina o INCRA. Alguns ex-trabalhadores de outros engenhos pertencentes ao Sr. Aarão Lins de Andrade, haviam sido cadastrados no INCRA pelo proprietário para receberem lotes no engenho Estivas, como forma de livrá-lo de dívidas trabalhistas. Após acordo entre o INCRA e o MST, essa pendência foi resolvida e o imóvel desapropriado com a distribuição de lotes apenas para os ex-moradores e militantes do MST.

Entretanto, a regularização do imóvel foi adiada mais uma vez tendo em vista que o INCRA recebeu um Mandado de Segurança do IBAMA, suspendendo a desapropriação e exigindo um novo projeto de parcelamento. A questão que provocou o impasse foi motivada pela localização de algumas parcelas, na divisão inicial, em áreas da Reserva Legal, a qual se encontrava em plena recuperação (capoeira¹⁴), onde os agricultores cultivavam macaxeira e feijão. O fato fez com que o INCRA elaborasse um novo projeto de parcelamento e, por este motivo, algumas parcelas situadas próximas à mata foram reduzidas até para 4 ha, prejudicando os assentados que receberam estes lotes. Alguns lotes situados nas áreas de “capoeira”, que anteriormente eram utilizados para o plantio de macaxeira ou feijão, foram incorporados à reserva legal do assentamento, sob Jurisdição da União. Este problema está bem evidenciado nos relatos dos agricultores que consideram o tamanho das parcelas insuficiente para o sustento de uma família composta, em média, por 8 pessoas.

¹⁴ Área de regeneração da mata.

A imissão de posse saiu após a resolução da pendência com o IBAMA, em novembro de 1996, para 110 famílias e o novo projeto de parcelamento foi aprovado em 1997, dividindo o assentamento em 110 parcelas com tamanhos que variavam de 4 a 8,7 ha. Sobre o assunto, o Sr. Amaro Fernandes da Silva, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil – MTRUB, dissidência do MST fundado em Amaraji, ressaltou que, apesar do tamanho dos lotes prejudicar o manejo agrícola no assentamento, em áreas com relevo acentuado, a redução dos lotes também inviabiliza o uso do pousio para recuperação dos solos desgastados pelo uso intensivo (descanso da terra por um período de no mínimo 2 anos).

Sr. Amaro relata que o movimento foi fundado em 1999 e tem o objetivo de mobilizar a zona rural e urbana pela reforma agrária e moradia para os sem-teto do município. Observa ainda que se sentia tolhido nas iniciativas em prol da conquista da terra. Relata também que “não tinha espaço no MST e que o próprio superintendente do INCRA sugeriu que ele fundasse um movimento em Amaraji, tendo em vista que era um grande líder local”. Assim foi fundado o MTRUB e hoje já conta com 800 membros.

Entretanto, mesmo com essas restrições, os trabalhadores rurais da Zona da Mata, expropriados da terra, aceitam um parcelamento menor que o recomendado pela legislação cujo módulo fiscal¹⁵ é de 14 ha para a região (Instrução Especial/nº 20, de 28/05/80, aprovada pela Portaria MA 146/80, estabelece o Módulo Fiscal para cada município brasileiro).

A figura 7, na parte superior, representa uma composição da localização do assentamento Estivas em relação ao município de Amaraji, onde pode ser verificado que o assentamento está situado na parte Oeste do município, ocupando 4,8% da área deste. Na parte inferior, visualiza-se a Planta Cadastral do assentamento, com a divisão das parcelas destacadas pela cor branca e áreas com fragmentos florestais que representam a Reserva Legal do imóvel salientadas na cor verde. Nesta figura, percebe-se que as parcelas menores estão situadas próximas à Reserva Legal comprovando a redução determinada pelo IBAMA para o novo projeto de parcelamento.

¹⁵ O módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município de acordo com o tipo de exploração predominante, a renda proveniente dessa atividade, outras explorações significativas do local e conceito de propriedade familiar (INCRA, 2006).

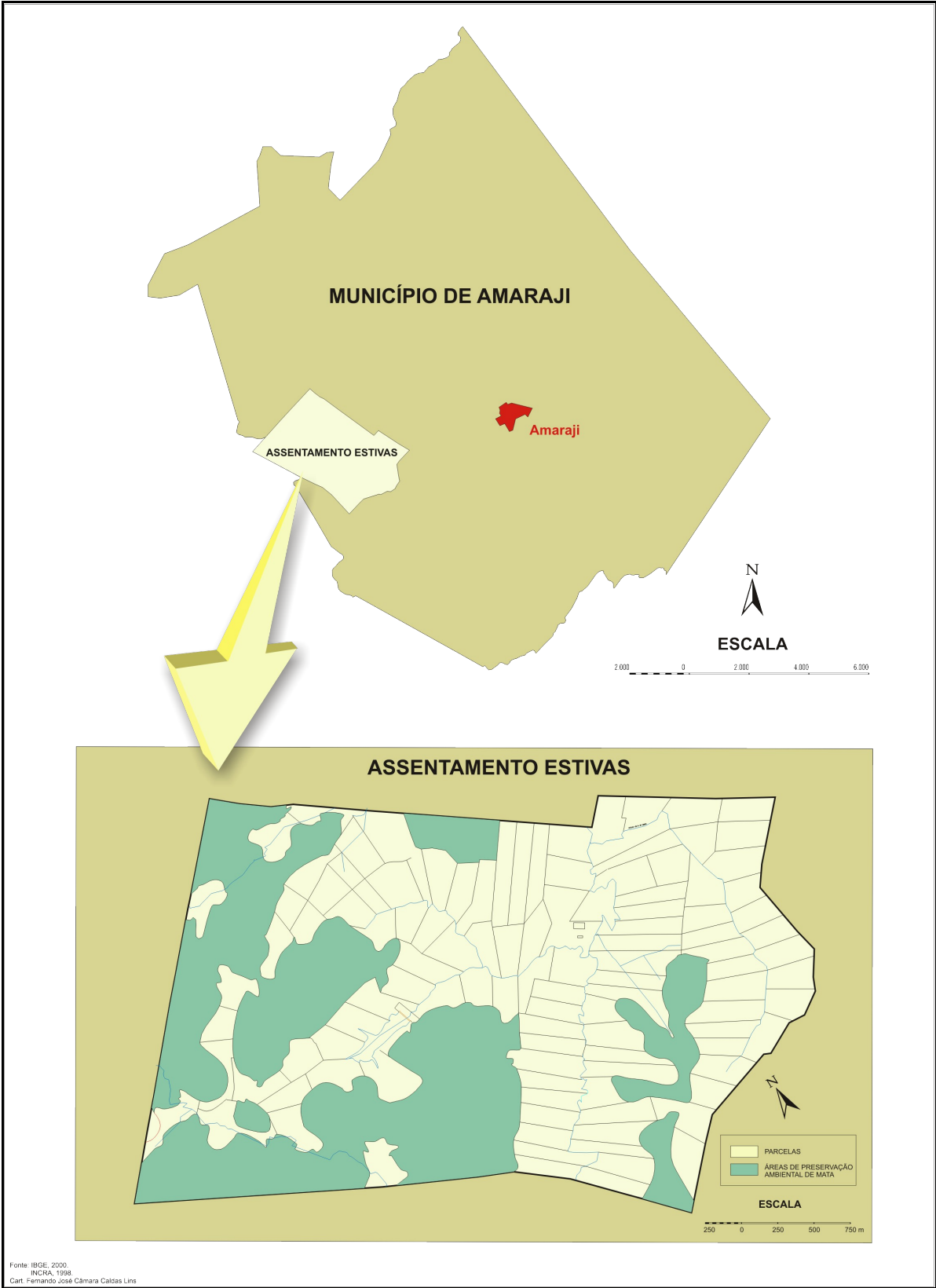


Figura 7 - Localização do Assentamento Estivas no município de Amaraji – planta cadastral do assentamento com as parcelas e áreas de preservação ambiental

Fonte: IBGE, 2000/INCRA, 1998

De acordo com os dados da planta cadastral (figura 8, p.90) e Plano de Recuperação do Assentamento – PRA (INCRA/ACAPE/COOPTECARA, 2004), o Assentamento Estivas limita-se ao Norte, com os engenhos Não Pensei, Sete Ranchos e Sítio Papagaio; ao Sul, com os engenhos Riachão do Norte e Saudade; ao Leste, com os engenhos Sete Ranchos e Bondade e ao Oeste com os engenhos Riacho de Pedra e engenho Bom Descanso que compõem parte da estrutura agrária do município de Amaraji. O assentamento localiza-se a Oeste da sede do município, cuja estrutura agrária é composta por uma destilaria, engenhos particulares, engenhos que pertencem a Usina União e Indústria Ltda e engenhos que foram desapropriados para Reforma Agrária. Nos assentamentos, embora a cultura da cana permaneça em alguns lotes, há a introdução da policultura com cultivo de lavouras permanentes e temporárias.

Observa-se, ainda, que algumas parcelas não têm acesso às estradas vicinais (destaque na cor rosa) o que dificulta a mobilidade das pessoas e o escoamento da produção. As vias de acesso também não são bem conservadas e no inverno tornam-se intransitáveis para veículos sem tração nas quatro rodas. Esse fato prejudica a comercialização dos produtos agrícolas e faz com que os agricultores vendam seus produtos para atravessadores que têm transporte adequado para transitar nessas vias. Esse problema faz com que os preços sejam mais baixos e a renda seja insuficiente para a manutenção da atividade agrícola e o sustento das famílias.

O açude (figura 9, p.91), também destacado na planta cadastral (Figura 8), foi construído após a instalação do assentamento e possui uma área de 4,53 ha. Está localizado, aproximadamente, entre as coordenadas UTM 223.000 mE ao Oeste, 223.600mE ao Leste, 9.071.600 mN ao Sul e 9.072.000 mN ao Norte. Em seu entorno, estão 6 parcelas que utilizam a água para consumo doméstico. Dessa forma, por estar localizado em uma parte elevada do assentamento, o açude também beneficia cerca de 38 lotes com irrigação por gravidade.

No que diz respeito aos demais recursos hídricos do assentamento, além do rio Estivas, pequenos córregos (destaque na cor azul na figura 8) e nascentes são encontrados em algumas parcelas. Os riachos e córregos são perenes, diminuindo um pouco a sua capacidade no período de verão (figura 10, p.91). Nas parcelas onde não há ocorrência de água, os

produtores rurais construíram cacimbas e permitem que seus vizinhos, que não dispõem desse recurso, colem para o consumo doméstico.

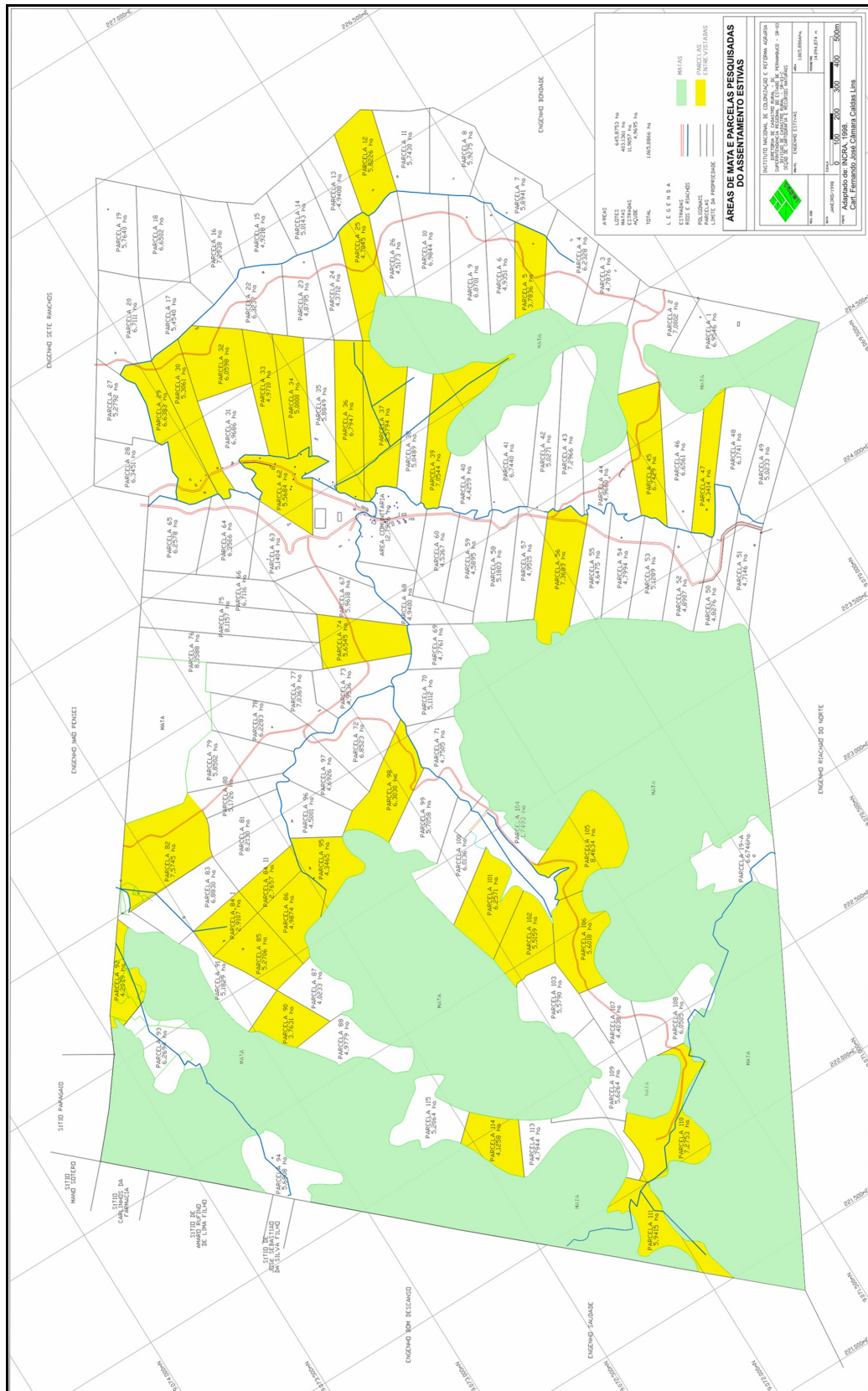


Figura 8 – Planta cadastral do Assentamento Estivas com áreas de mata e parcelas selecionadas
Fonte: Adaptado do INCRA, 1998.



Figura 9 – Açude do Assentamento Estivas
Autora: Eliana Linhares, 2005



Figura 10 – Córrego que atravessa a parcela 110.
Autora: Eliana Linhares, 2005

No Plano de Recuperação do Assentamento-PRA (INCRA/ACAPE/COOPTECARA, 2004), quanto aos recursos florestais, há fragmentos em grande parte da propriedade, destacados na planta cadastral na coloração verde. O tipo de formação vegetal é a Floresta Subperenifólia, com duas áreas de 450 ha de Reserva Legal, a Mata de Estivinhas com 267 ha e a Mata da Volta das Cobras com 183 ha, ambas localizadas nos topos e encostas da propriedade. A vegetação vem sendo devastada pela ação dos machadeiros que retiram a madeira para a comercialização nos municípios do entorno (Figura 11).



Figura 11- Extração de madeira na Mata Estivinhas
Autora: Eliana Linhares, 2005

O desmatamento vem se agravando pela ausência de uma fiscalização mais rigorosa na área da Reserva Legal por parte dos órgãos ambientais responsáveis. Desse modo, os agricultores são obrigados a conviver, quase que diariamente, com o corte das árvores e se sentem impotentes para combater essas ações pelas constantes ameaças dos machadeiros que andam fortemente armados como foi constatado nas entrevistas.

Por outro lado, os órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização, como o IBAMA e a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente – CIPOMA procuram justificar a inconstância nas ações de fiscalização, alegando falta de pessoal e recursos financeiros suficientes para intervirem sistematicamente na área e, assim, impedirem o desmatamento.

No assentamento vivem cerca de 551 pessoas na faixa de 0 a mais de 60 anos. A faixa etária compreendida entre 19 e 35 anos é a que apresenta o maior número de pessoas, sendo precedida pela faixa de 36 a 60 anos (Tabela 13).

Tabela 13 - Síntese da População do Assentamento por faixa etária

Idade	Masculino	Feminino
0 a 7	44	36
8 a 14	42	37
15 a 18	39	45
19 a 35	67	85
36 a 60	57	63
> 60	12	24
Total	261	290
Geral	551	

Fonte: COOPTECARA, 2004 .

Em relação à questão da educação, há um elevado número de pessoas analfabetas e/ou com ensino fundamental incompleto, o que comprova a dificuldade no acesso à educação por parte dos agricultores. Muito cedo, ainda na infância, os assentados iniciam o trabalho no campo cortando cana nos engenhos para ajudar no sustento da família e não dispõem de tempo para freqüentar a escola. Um agricultor relatou que a escola que ele conheceu foi sempre “um cabo de uma enxada”. Este relato demonstra que o trabalho, pela necessidade de sobrevivência, está acima da educação escolar. Atualmente, o assentamento possui uma escola de ensino fundamental que atende aos filhos dos agricultores e à noite funciona com uma turma de alfabetização de jovens e adultos.

4.2.1 O Significado das Mudanças na Vida dos Novos Produtores Rurais

As transformações advindas do acesso a terra por parte dos produtores rurais do assentamento Estivas se materializaram no espaço e são apresentados nos depoimentos prestados nas entrevistas realizadas por ocasião da pesquisa direta, executada nos meses de novembro/2005 e janeiro/2006. As entrevistas tiveram o objetivo de interpretar as mudanças ocorridas na vida das famílias assentadas, partindo da observação das novas práticas adotadas pelos agricultores no novo espaço agrário recém - adquirido. Desse modo, esse espaço como produto social, foi compreendido a partir das categorias de análise, forma, função, processo e

estrutura que, como afirma Santos (1985, p.52) “interagem para criar e moldar o espaço através do tempo”. Os roteiros elaborados nem sempre foram seguidos à risca, apenas tiveram a função de nortear as entrevistas. Os interlocutores foram sempre deixados à vontade e com tempo suficiente para tratarem das questões propostas e com liberdade para abordarem outros assuntos que lhes fossem oportunos.

Do total de 30 entrevistas realizadas, 10 foram feitas com ex-empregados que moravam no antigo engenho e 20 com assentados ligados ao MST e que participaram da ocupação do engenho Tapuia. Todo material coletado se constituiu na ferramenta fundamental para levantar a dimensão das transformações ocorridas no espaço agrário e os resultados socioambientais resultantes destas mudanças. Foram colhidas informações sobre a vida dos agricultores, antes e depois da conquista dos lotes, nas questões que abordaram as mudanças socioeconômicas no município a partir da instalação dos assentamentos, as condições socioeconômicas dos assentados, formas de acesso a terra, as relações de trabalho, o sistema produtivo e o ambiente natural do assentamento.

As entrevistas foram realizadas em parcelas que variavam de 2,5 a 8,7 hectares. A seleção foi aleatória, entretanto, procurou-se contemplar algumas parcelas situadas próximas à mata e que sofreram redução na ocasião do parcelamento. Foram selecionados também agricultores que tiveram acesso a terra através do repasse de algumas parcelas, em decorrência da desistência de antigos parceiros.

De acordo com as entrevistas realizadas, cumpre ressaltar a importância que teve o acesso a terra para os agricultores, o significado de ter seu próprio espaço e como a liberdade transformou o cotidiano dessas pessoas:

Pra mim, foi bom demais. Cada um tem seu lugar, planta o que quer e quando amanhece o dia sabe o que fazer. Antes, tinha que ir no administrador pra saber. Tive mais chance, mais liberdade, mais alegria. (Agricultora, ex-empregada do engenho, janeiro, 2006)

Ao longo das conversas percebeu-se que o fato de terem a própria terra significou a realização de um sonho de liberdade e autonomia. Esta autonomia simbolizou o controle do processo do trabalho na terra e o quanto foi importante serem donos do próprio espaço e tempo:

[...] Ficou mais fácil no critério de conseguir algo para manter a família porque aí você tem a certeza de não ser mais mexido a partir dali. Você tá fazendo um plantio de uma lavoura para o futuro e aquele futuro é certo. Pode não dar por conta de pragas, seca ou água demais, mas no assentamento você tem a certeza. Antes, no

acampamento, você não tinha a certeza que ia comer. A mudança daí: a certeza que você vai ter a colheita (Agricultor, janeiro, 2006).

Nesse sentido, esta liberdade fez com que determinassem quais as culturas que pretendiam trabalhar, que técnicas iriam utilizar, quanto queriam produzir e que ritmo de trabalho pensavam em adotar: [...] “Achei melhor porque planto o que eu quero como banana, cana e (ainda) crio. Com o patrão eu plantava banana, café e ele mandava arrancar. Hoje eu sou o patrão” (Agricultor, ex-empregado do engenho, janeiro, 2006).

Na fala a seguir, vê-se como a questão do tempo disponibilizado para o trabalho mudou a partir da posse do lote. Agora, é ele que determina as horas e os dias de trabalho: [...] “Eu saía de madrugada pra trabalhar pros outros e agora descansei porque posso acordar às 5 horas e trabalhar o dia que eu quero” (Agricultor, janeiro, 2006).

Observou-se também que o tempo utilizado para o trabalho é sempre determinado pela necessidade que as culturas impõem. Como a maioria das parcelas não tem irrigação, normalmente o plantio ocorre a partir do início das primeiras chuvas ainda no verão, no mês de fevereiro; nas chuvas de outono/inverno que se intensificam nos meses de maio a agosto, as atividades no campo são mais longas, pois os agricultores já começam a preparar a terra fazendo a capina e a adubação química. Percebeu-se que utilizam, sem nenhuma proteção, além do adubo químico, herbicidas para eliminarem as ervas daninhas.

Sobre as mudanças observadas na vida das famílias e no espaço físico do antigo engenho, após a instalação do assentamento, vários depoimentos foram colhidos no decorrer da pesquisa direta. Grande parte dos entrevistados relatou que a diversificação de culturas foi um dos fatores que mais marcaram a transformação do engenho para assentamento: [...] “O que mudou aqui é que era só cana, agora a gente vê muito parceleiro, muita família, muita lavoura branca, muita roça, batata, milho e feijão” (Agricultor, janeiro, 2006).

Em outra entrevista, uma agricultora (janeiro, 2006) observou o quanto foi importante para ela o rompimento das cercas, a destruição da porteira que simbolizava o domínio do latifúndio. Como ex-diretora da escola do assentamento, ela descreve com detalhes o processo de “reconstrução do espaço agrário”:

[...] Vejo de mudança, muita coisa. Os antigos moradores não tinham liberdade de ter seu pedaço de terra, tinha uma porteira na entrada, hoje não tem. A primeira coisa que a gente fez foi tirar esta porteira, quebrar as cercas mesmo! Hoje tem escola, tem casas de farinha, posto de saúde, associação com sede onde eles se reúnem e açude. Hoje tem uma vista totalmente diferente pra o que era antes. Reformaram as casas, construíram outras, muitas têm banheiro.

Hoje, de acordo com o Plano de Recuperação do Assentamento – PRA (INCRA/ACAPE/COOPTECARA, 2004), dos 110 assentados, 88 moram no assentamento.

Os ex-empregados, que já viviam nos sítios e arruados, permaneceram nos imóveis como foi acordado entre o INCRA e MST. Os que residem na sede do município, embora trabalhem nas parcelas, justificaram a moradia na “rua” (cidade) pela facilidade de acesso aos serviços básicos, como educação para os filhos e saúde. Outros, já aposentados, não vivem somente da renda agrícola e têm ainda pequenas mercearias com produtos de primeira necessidade.

Faz-se necessário reforçar que o tamanho das parcelas, em torno de 6 ha, não atende às necessidades econômicas dos produtores rurais do assentamento. Para eles, o ideal seria acima de 10 ha, porque teriam condições de ter um maior retorno financeiro com a adoção de práticas que permitissem a rotação de culturas e criação de bovinos, caprinos e suínos. Convém destacar o depoimento de um agricultor que teve seu lote reduzido em função do novo parcelamento. A sua parcela anteriormente tinha 8 ha e com a redução passou a ter menos de 6 ha. Este fato comprometeu a rentabilidade agrícola do lote: “moro na parcela, abandonei a rua. É pequena porque eu não tenho onde plantar nada. Pra cima é mata. Tenho que arrancar a lavoura para plantar outra e cada vez mais a terra vai “fracando” (Agricultor, janeiro, 2006).

Observou-se que algumas parcelas estão situadas em áreas com acentuada declividade e que, por este motivo, são difíceis de serem trabalhadas mecanicamente. Normalmente, estas áreas são disponibilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar (figura 12). A cana está presente em quase todas as parcelas para garantir, segundo os relatos, o retorno financeiro que garanta o sustento das famílias. Observa-se também na figura 12, que já houve a queimada e colheita da cana e, ao fundo, expressivo resquício de Mata Atlântica.

No assentamento, poucos lotes têm áreas completamente planas. Alguns têm o relevo ondulado com cotas, batizado por eles de “meia banda” que dificulta o uso de tratores, outros são completamente ondulados e são chamados de “rebentão” que, no relato de um agricultor, “nem cavalo anda e nem lagartixa sobe”. Algumas parcelas têm áreas planas, próximas aos córregos, chamadas por eles de “vagem”, que são as áreas de várzeas.

Conforme os dados do PRA, foram construídas 87 casas nos lotes individuais e 22, que estavam situadas em área comunitária e sítios do assentamento, foram reformadas (Figura 13). A maioria não possui banheiros e nem fossa séptica.



Figura 12 - Plantio de cana – de - açúcar na parcela 110, ao fundo resquícios de mata
Autora: Eliana Linhares, 2005



Casa
em área de
do engenho.

Eliana
2005

Figura 13 –
localizada
antigo sítio

Autora:
Linhares,

No assentamento existem 4 casas de farinha, duas reformadas com o apoio do INCRA e as outras duas construídas após a instalação do assentamento. Normalmente, a farinha é produzida nas quintas-feiras com a participação das famílias e comercializada aos sábados, na feira do município, como se visualiza na Figura 14.

Com relação à renda familiar, constatou-se que todos têm uma renda, em torno de um salário mínimo, a partir da comercialização de seus produtos agrícolas. Entretanto, existem os que já estão aposentados ou têm um pequeno comércio na sede do município para complemento do sustento da família. Na tabela 14, verifica-se que, dos 30 entrevistados, 12 vivem somente da comercialização da produção agrícola; 7 têm outra fonte de renda quando trabalham nos lotes de outros agricultores do assentamento; 6 dos entrevistados recebem aposentadoria como trabalhadores rurais; 2 pessoas têm como outra fonte de renda um pequeno comércio; 2 produtores, além da renda que vem da agricultura, recebem aposentadoria e tem um pequeno estabelecimento comercial e 1 entrevistado recebe salário como vereador do município e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



Figura 14 – Casa de farinha no Assentamento Estivas. Trabalho de descascar a mandioca é realizado por mulheres e meninas.
Autora: Eliana Linhares, 2005

Tabela 14 - Principal fonte de renda das famílias

Principal Fonte de Renda	Número	%
Comercialização da Produção Agrícola	12	40
Comercialização e Trabalho Remunerado no Campo	07	23
Comercialização da Produção e Aposentadoria	06	20
Comercialização da Produção e Comércio	02	7
Comercialização da Produção e Outras Atividades	01	3
Comercialização da Produção, Aposentadoria e Comércio	02	7
Total	30	100

Fonte: Pesquisa direta, dezembro, 2005.

De acordo com o PRA do assentamento, todos os assentados têm como ocupação principal o desenvolvimento de atividades agrícolas. Entretanto, como ficou comprovado na amostra, alguns recebem aposentadoria, trabalham em outras parcelas e têm pequenos estabelecimentos comerciais. O diagnóstico social do PRA apontou que, no assentamento, existem 2 técnicos agrícolas, 3 comerciantes, 4 professoras e uma artesã. Apontou também que 21 pessoas recebem aposentadoria, 5 recebem a Bolsa Escola e 27 recebem um auxílio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Todos estes programas são destinados às famílias carentes com recursos do Governo Federal.

No tocante à participação comunitária, os produtores rurais estão organizados em uma associação, fundada em março de 1996, com o objetivo de desenvolver e coordenar a produção agropecuária, através da firmação de convênios com instituições governamentais e não-governamentais e para viabilizar a melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Atualmente, a associação conta com a participação das 110 famílias do assentamento que se reúnem uma vez ao mês na sede da associação para discutirem os problemas e outros assuntos de interesse da comunidade. Alguns produtores também fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cuja sede se localiza em Amaraji. A participação do MST no assentamento não é sistemática, percebendo-se, inclusive, que alguns parceiros militantes, na ocasião da ocupação, se afastaram do movimento.

A participação comunitária, na opinião deles, é importante para ampará-los nas necessidades e garantir seus direitos. Observou-se nas reuniões que ainda prevalece a cultura do individualismo, pois alguns projetos que poderiam ser desenvolvidos na área comunitária do assentamento, como apicultura ou viveiros florestais, não tiveram a aprovação da maioria dos assentados. A preferência recai sempre naqueles projetos que podem ser desenvolvidos nos lotes individuais. Percebe-se que não existe de fato um espírito cooperativista no

assentamento e esse problema vem dificultar o desenvolvimento de outras atividades que poderiam gerar renda e melhoria da qualidade de vida dos assentados.

4.3 O Sistema de Produção

O sistema de produção diz respeito ao modo pelo qual se organiza a produção agrícola no assentamento, ou seja, o que produzem, como produzem, onde produzem, as técnicas utilizadas e como comercializam os produtos. O sistema produtivo no assentamento se caracteriza por combinações com lavoura temporária, permanente e pecuária. A mão-de-obra é basicamente familiar, composta em média por 8 pessoas por família. Há contratação de trabalhadores do próprio assentamento no período do corte da cana que vai de setembro a março.

Apesar de a cultura canavieira estar presente em quase todas as parcelas, há no assentamento uma grande diversidade de culturas, conforme se observa na tabela 15, elaborada a partir dos dados coletados nas entrevistas realizadas.

Na amostra, verificou-se que há o predomínio da cana-de-açúcar no assentamento, pois dos 30 entrevistados, 29 cultivam o produto; a banana vem em seguida, com as espécies prata, pacovã e comprida com 21 produtores plantando; a mandioca ocupa o terceiro lugar com 20 pessoas cultivando o produto; a quarta preferência recai sobre o feijão-verde que é cultivado por 12 pessoas; a macaxeira vem em quinto lugar com 10 pessoas; a batata-doce e o milho ocupam a sexta posição nas parcelas de 7 agricultores; o inhame, na sétima preferência com 5 produtores; o capim, para alimentação dos animais, vem em seguida, juntamente com a laranja cultivada por 4 produtores; o cará, o coco e a graviola, na nona posição, têm a preferência de 3 produtores na amostra; o limão, o maracujá e a acerola ocupam o décimo lugar com 2 produtores e o mamão, a manga e o caju estão na última posição na parcela de apenas 1 agricultor por cada cultivo.

Tabela 15 – Principais produtos do assentamento

Atividade	Nº de produtores	Atividade	Nº de produtores
-----------	------------------	-----------	------------------

Cana-de-açúcar	29	Laranja	4
Banana	21	Cará	3
Mandioca	20	Coco	3
Feijão verde	12	Graviola	3
Macaxeira	10	Limão	2
Batata doce	7	Maracujá	2
Milho	7	Acerola	2
Inhame	5	Manga	1
Capim	4	Caju	1

Fonte: Pesquisa direta, janeiro, 2006.

Os dados coletados na pesquisa direta e informações do Plano de Recuperação do Assentamento - PRA comprovam que a cana-de-açúcar é a cultura predominante nas parcelas. Dessa forma, prevalece ainda a “influência cultural” deste cultivo que têm aumentado nos períodos de crise. Os produtores rurais preferem optar pela manutenção do cultivo da cana em vez de outras culturas menos rentáveis. O tamanho dos lotes e o relevo ondulado também são fatores limitantes a expansão de outros cultivos e atividades pecuárias.

No período de setembro a março, a colheita da cana é uma atividade permanente na maioria dos lotes, tendo em vista que a safra começa a ser colhida a partir de setembro. Alguns assentados revelaram que a cana era a garantia do sustento da família como se observa nesta fala: [...] “A cana é que é a moeda de fazer meus pagamentos. No supermercado, o cheque é a cana” (Agricultor).

A partir dos meses de fevereiro e março, com as primeiras chuvas, os produtores rurais intensificam as atividades no campo. Iniciam com o preparo do solo com a capina e utilização de herbicidas, no intuito de remover as ervas daninhas. Em seguida, vem a adubação da terra que, no assentamento, é realizada com produtos químicos. O plantio é a etapa seguinte que normalmente ocorre, dependendo da cultura nos meses de abril e maio.

A colheita da cana é realizada a partir de setembro até março, com a queima da cana, o corte e a retirada no lombo dos burros (cambitos) nas áreas mais acidentadas e caminhões que recolhem para a pesagem e transportam para a Destilaria Montevideu ou Usina União. As outras culturas, como a mandioca, inhame, batata doce, entre outras, geralmente ocorrem a partir de junho. O período de trabalho no campo, segundo relato dos produtores, é permanente. Todos os dias, a partir das 5 horas, os produtores já se deslocam para o campo. Às 11 horas, retornam a casa para almoçar e voltam ao campo, em torno das 15 horas, onde permanecem até às 17 horas.

O cultivo intensivo da cana-de-açúcar provocou o desgaste dos solos no assentamento. Utilizam agrotóxicos e herbicidas sem os devidos cuidados, desde o período do antigo engenho, como foi verificado nos depoimentos obtidos. Há consenso sobre a necessidade de utilizarem cada vez mais adubos químicos, no intuito de melhorarem a fertilidade da terra. A maioria dos entrevistados não utiliza adubo orgânico e não faz nenhuma prática para a conservação dos solos.

Constatou-se que das 110 parcelas do assentamento, apenas a de número 74, que pertence ao Sr. José Severino da Silva, ex-administrador do engenho, não tem plantio de cana-de-açúcar (figura 15). O produtor optou por utilizar toda a parcela com culturas diversificadas como o inhame, banana, mandioca e batata doce tendo em vista que sua parcela tem irrigação e é plana, o que facilita os tratos culturais.

Plantio de
parcela 74.

Eliana
2006

A



Figura 15 -
inhame na

Autora:
Linhares,

pesar do

assentamento possuir um considerável potencial hídrico, em apenas 15 parcelas há o sistema de irrigação. A irrigação é feita por gravidade, pois a energia da área não permite o uso de bombas possantes por ser do tipo monofásica. Há, portanto, restrições para o plantio de culturas fora do período das chuvas de outono-inverno. Em relação a essa questão, um agricultor (janeiro, 2006) relata:

[...] A da cacimba (água) não dá para a agricultura porque a energia é monofásica e não dá pra colocar motor. A energia da área rural não foi planejada para assentamento. Aqui só dá irrigação por gravidade porque não usa bomba. Se tivesse água e irrigação, no verão a gente tinha mais mercadorias e preço melhor porque muita gente que não tem água não ia ter.

A cana-de-açúcar é cortada nas parcelas e transportada no lombo dos cavalos para um determinado ponto da estrada. Posteriormente ela é pesada, vendida e recolhida por caminhões pertencentes à Destilaria Montevidéu ou Usina União e Indústria.

As outras culturas, na maioria das vezes, são comercializadas no próprio assentamento para atravessadores que levam para as feiras de Amaraji, Primavera ou Escada ou para o CEASA de Caruaru. Outros produtores transportam suas mercadorias em cavalos ou fretam pequenas camionetes e comercializam no município (figura 16).



Foto 16 - Transporte utilizado pelos produtores rurais do assentamento nos dias de feira.

Autora: Eliana Linhares, 2006

A feira de Amaraji, que acontece aos sábados, tem em torno de quase 100 bancas que comercializam tanto as culturas produzidas no município, como de outros municípios vizinhos. Em Amaraji, há 7 assentamentos e 5 acampamentos de reforma agrária, entretanto, existem apenas 6 bancas que pertencem aos assentados (figura 17). A falta de transporte adequado, má conservação das estradas e a presença dos atravessadores dificultam a presença dos assentados na feira de Amaraji.

Isso mostra que a ausência do produtor rural comercializando seus produtos na feira é provocada pelas limitações impostas pela dificuldade de acesso ao crédito que permita a expansão das culturas, a dificuldade no escoamento da produção, devido às péssimas

condições da estrada que liga o assentamento à cidade e assistência técnica sistemática. De acordo com as entrevistas realizadas, existe um técnico que dá orientação no assentamento, mas os agricultores não têm condições financeiras de executá-las na íntegra.

Supõe-se que resolvendo essas questões, os preços dos produtos seriam mais reduzidos, tendo em vista que o produtor rural passaria a comercializar seus produtos diretamente para o consumidor. De acordo com o Secretário de Agricultura do município, Sr. Gilberto B. de Barros, existe em Amaraji, desde a década de 30, uma cooperativa, a Cooperativa Agropecuária de Amaraji. Esta Cooperativa está desativada e sem cumprir seu papel porque apenas um dos sócios se beneficia da associação. O caso está na Justiça e na concepção do secretário, a idéia é reativar a cooperativa, cadastrar todos os produtores rurais e criar a feira do agricultor. Nesse sentido, é preciso investimentos em infra-estrutura, capacitação e créditos que dinamizem a operacionalização da cooperativa.



Figura 17 - Banca de agricultores do assentamento Estivas com uma variedade de produtos – Autora: Eliana Linhares, 2006

No tocante à exploração da pecuária, constata-se que a atividade é ainda muito limitada no assentamento devido à restrição de espaço nos lotes para criação de animais. Este fato é comprovado pela quantidade de aves, suínos, bovinos, muares, caprinos e criação de peixes registrados na tabela 16 e obtidos no documento referente ao Plano de Recuperação do Assentamento.

Os animais e os peixes criados nas parcelas destinam-se, em sua maioria, ao consumo das famílias. Os muares são utilizados no transporte das famílias e das mercadorias para a feira.

TABELA 16 - Demonstrativo da exploração pecuária

Explorações	Nº de Animais	Nº Agricultores	Quant. Média p/ Família-%
Aves	952	15	63,46
Bovinos	70	18	3,8
Muares	03	03	1,0
Caprinos	27	06	4,5
Peixes	25.250	05	5.050
Suínos	02	02	1,0

Fonte: Levantamento de Campo da COOPTECARA, 2004.

4.4 A Questão Ambiental no Assentamento Estivas

O processo de ocupação da Zona da Mata Sul pernambucana girou em torno da atividade sucroalcooleira. Sua origem remonta à época colonial, com grandes extensões de terras, escravidão e a monocultura da cana voltada para atender inicialmente o capital mercantil e, posteriormente, o capital industrial. Nesse contexto, a figura do latifúndio com grandes extensões de terra faz-se presente na região, primeiro nas várzeas que margeavam os rios e depois nas áreas com relevo ondulado, a partir do Programa Nacional do Alcool – Proálcool. Implantado no fim da década de 1970 pelo governo brasileiro para fazer frente à crise internacional do petróleo, veio reafirmar o modelo de exploração do tipo plantation, prejudicial ao solo e com os impactos ambientais negativos decorrentes desta atividade.

No assentamento Estivas, tendo como referência o trabalho de campo nas parcelas selecionadas, destacadas em amarelo na planta cadastral (Figura 8, p. 77), verificou-se que a presença da monocultura canavieira desde a época do engenho foi responsável por grande parte dos problemas ambientais do assentamento. Dessa forma, a retirada da mata original para o cultivo da cana, as práticas não conservacionistas do solo, o uso demasiado de agrotóxicos, intensificados a partir do declínio da produtividade da terra, a contaminação dos

mananciais e a exploração do trabalhador rural deixaram marcas que hoje se refletem na qualidade do meio ambiente do assentamento.

Nesse sentido, a cultura da exploração irracional do meio ambiente persistiu e se observa que ainda não há uma preocupação constante, por parte dos agricultores, com a conservação e proteção do solo ao retirarem totalmente a cobertura vegetal de áreas com declive para o plantio da cana-de-açúcar (figura 18). Há possibilidade de cultivo em encostas, desde que a declividade não seja muito alta e que se tomem medidas de conservação.

Este procedimento faz com que as encostas fiquem desprotegidas favorecendo os movimentos de massa e erosão. Nos invernos mais rigorosos, a queda de barreiras inviabiliza o acesso ao assentamento pela estrada vicinal, o que dificulta o escoamento da produção.



Figura 18 – Área com plantio de cana sem proteção da encosta na margem do açude. Ao fundo, fragmentos da Mata Estivinhas.
Autora: Eliana Linhares, 2006

Em algumas parcelas que fazem limite com a mata, observa-se que a expansão clandestina da área agrícola vem se tornando uma prática constante, o que compromete o processo de regeneração da vegetação do entorno da mata. Algumas árvores foram derrubadas como se percebe na figura 19.

Esta prática, associada à retirada ilegal de madeiras, vem contribuir para a fragmentação dos remanescentes florestais das áreas de reserva legal do assentamento, desencadeando o fenômeno efeito de borda que, na concepção de Ricklefs (1996), são as

mudanças que acontecem nas condições e composição das espécies de um habitat supostamente homogêneo à medida que se aproxima de outro habitat diverso. Dessa forma, a borda seria o local de encontro destas comunidades e a introdução de espécies exóticas, poluição por pesticidas, queimadas e erosão dos solos comprometem a biodiversidade das espécies nativas.



Figura 19 - Expansão da área agrícola em uma parcela que faz limite com a Mata Estivinhas

Autora: Eliana Linhares, 2006

Nesse sentido, foi constatado na pesquisa de campo que a retirada ilegal de madeiras nas duas áreas de Reserva Legal (RL) vem ocorrendo sistematicamente no assentamento. Este fato tem comprometido a biodiversidade das matas Estivinhas e Volta das Cobras (figuras 20 e 21) com a redução e até extinção da fauna e flora, conforme diagnóstico ambiental do município, elaborado pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Mata de Pernambuco-PROMATA (2005).

Conforme relatos dos entrevistados, o problema do desmatamento e o comércio ilegal de madeiras é uma prática que se intensificou a partir da década de 50 por conta do desemprego na região. Segundo depoimento do Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município, Sr. Gilberto Benigno de Barros, não houve interesse por parte do governo em oferecer alternativas que minimizassem a questão do desemprego em Amaraji e hoje os madeireiros estão organizados e costumam andar armados, intimidando os moradores do assentamento.



Figuras 20 – Desmatamento na Mata Estivinhas.
 Autora: Eliana Linhares, 2005



Figuras 21 – Desmatamento na Mata Estivinhas. Restos de toras deixadas por machadeiros.
 Autora: Eliana Linhares, 2005

Sobre o assunto, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraji (janeiro, 2006), argumenta:

[...] Apesar das pessoas terem participado de Cursos de Educação Ambiental, elas não conseguem botar na cabeça a preservação do meio ambiente; na minha opinião, seria bom mesmo e de uma forma mais correta a fiscalização mais vigorosa do próprio IBAMA porque as pessoas daqui não consideraram o que a gente diz .Acho que se tivesse mais fiscalização do órgão responsável, acredito que a gente teria mais preservação.

Desse modo, observa-se que, na opinião do agricultor, uma ação fiscalizatória e repressora seria mais eficaz no combate a extração de madeiras do que um processo educativo que envolvesse a comunidade na busca de parcerias para a solução deste problema. Segundo relatos dos fiscais do IBAMA, muitas operações foram realizadas no local e como o grupo está muito bem organizado, as apreensões são reduzidas. Lideranças do município, que participaram da ocupação do assentamento, relatam que a própria polícia ambiental de Pernambuco é omissa e, às vezes, conivente com os infratores.

Na verdade, o que falta é um verdadeiro processo pedagógico que promova o engajamento da comunidade na gestão do meio ambiente no sentido de sensibilizá-la de que os recursos naturais fazem parte do seu cotidiano e que lutar pela sua conservação, a garantia da própria sobrevivência.

Verifica-se nos relatos que há certa apatia quando se fala na questão do ambiente natural do assentamento. Apesar de entenderem que é importante conservar os recursos naturais, os produtores rurais, em sua maioria, afirmam que as matas do assentamento pertencem à União (IBAMA) e que só a instituição pode resolver o problema do desmatamento. Por não se sentirem culpados pela extração de madeiras e como são intimidados pela violência dos machadeiros, eles reagem fugindo do problema e têm medo de denunciar, como se verifica no relato de um assentado(janeiro, 2006):

Eu vejo mais aqui a derrubada da mata; vejo todo dia os machadeiros e cambiteiros,¹⁶ de dia e de noite o carro vai buscar. Acho que prejudica a minha vida de agricultor. Eu não posso fazer nada, Deus me defenda, ninguém vai morrer mesmo! Ninguém é doido de reclamar!

As agressões ao ambiente, além de estarem vinculadas à cultura da população, são também resultado da ausência de políticas públicas que promovam a inserção destas pessoas no processo produtivo que lhes garanta uma renda digna. O fortalecimento da comunidade é necessário para que possam garantir seus direitos e lutar na defesa do seu patrimônio ambiental. As associações e sindicatos poderiam promover, além dos benefícios previstos nos estatutos, ações que consolidassem o associativismo nos assentamentos rurais. Simultaneamente, nas escolas, seriam implementadas atividades interdisciplinares de Educação Ambiental que orientassem os alunos sobre a importância da conservação do ambiente para a vida e, especificamente, para as atividades agrícolas.

¹⁶ São pessoas que transportam material (cana, madeira, entre outros) no lombo dos cavalos.

Estas mudanças só se efetivarão realmente, a partir do momento que esta comunidade de produtores rurais compreender que a conservação e defesa dos recursos naturais do assentamento são essenciais para a manutenção do agrossistema.

Dessa forma, no momento, é praticamente inviável uma reação da comunidade para evitar o desmatamento. Muitas iniciativas foram tomadas a partir de denúncias do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Associação dos Parceiros do Engenho Estivas aos órgãos estaduais, federais e Ministério Público Federal, que geraram ações pontuais e punitivas por parte destas instituições, mas a extração de madeiras continua.

Uma outra prática realizada nas parcelas do assentamento é a queimada (figura 22) para limpeza das áreas de cultivo e facilitar o corte da cana-de-açúcar. As queimadas prejudicam o solo, pois além de destruir toda a vegetação, o fogo também acaba com os nutrientes da terra e com os minúsculos seres (decompositores) que atuam na decomposição dos restos de plantas e animais.



Figura 22 – Pequena queimada em área que faz limite com a mata. Plantio de cana e banana.

Autora: Eliana Linhares, 2005

A Legislação Ambiental não proíbe a realização das queimadas para limpeza das áreas destinadas à agricultura, mas impõe condições para realizá-las. As orientações para utilização de queima controlada se encontram na Portaria nº 94/98 do IBAMA, que determina ser necessária uma autorização do órgão federal ou estadual de meio ambiente, pois alguns

cuidados devem ser tomados. Inicialmente, é fundamental a construção de aceiros¹⁷ que devem ter no mínimo 3 metros de largura e o dobro se a queima for em áreas florestais, preservação permanente e áreas protegidas pelo poder público. As pessoas que vão realizar as queimadas devem antes avisar os vizinhos, observar a direção do vento e ter equipamentos apropriados para deter o fogo, caso ele se alastre.

Percebe-se que estes cuidados não fazem parte do manejo agrícola da maioria dos produtores rurais no assentamento. No campo, verificou-se que as culturas se estendem até o início das áreas de reserva legal e que não há aceiros construídos nestes limites, como se observa nas figuras 23, 24 e 25.



Figura 23 - Plantio de abacaxi em áreas que se limitam com a mata.

Autora: Eliana Linhares, 2005

¹⁷ Espaço desbastado de vegetação em áreas rurais em trechos sujeitos a incêndios ou ao longo de rodovias e ferrovias que atravessam florestas com o objetivo de evitar a propagação de incêndios (Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa, 1999).



Figura 24 – Plantio de banana em áreas que se limitam com a mata.
Autora: Eliana Linhares, 2005



Figura 25: Cultivo de cana em área que faz limite com a mata.
Autora: Eliana Linhares, 2005

De acordo com os resultados das entrevistas realizadas, em geral os produtores residem nos lotes. As residências, em sua maioria, têm o mesmo padrão de tamanho com varanda, dois quartos, sala e cozinha. São poucas as residências que têm banheiro e fossa. A água consumida no assentamento provém de cacimbas, pequenos riachos e não é tratada.

Entretanto, são poucas as famílias que costumam filtrá-la ou fervê-la. O lixo doméstico, normalmente é queimado, enterrado ou jogado a céu aberto.

No que se refere aos recursos hídricos, como os pequenos riachos, nascentes e açude, provavelmente podem estar comprometidos pelo excesso de agroquímicos usados na agricultura e efluentes domésticos. As matas ciliares foram também reduzidas devido ao avanço das culturas. As quatro casas de farinha do assentamento, localizadas próximas aos mananciais carregam material, a manipueira¹⁸, para os cursos d'água, o que também compromete a qualidade desses recursos. Hoje, já existem alternativas para minimizar este problema com a utilização desse resíduo como defensivo natural contra organismos que atacam as raízes das plantas.

Em suma, o cenário ambiental que se verifica hoje no assentamento Estivas, a partir desta primeira análise, vem demonstrar o comprometimento de seus recursos naturais que, direta ou indiretamente, interferem na qualidade de vida dos produtores rurais. Nos relatos, observou-se que os agricultores se queixam que a terra é “fraca” e que cada vez mais necessitam utilizar adubos. Os herbicidas são usados para economizar mão-de-obra nos tratos culturais e contaminam os solos e os rios.

Dessa forma, esses resultados socioambientais negativos que se espacializam no assentamento, refletem o descaso do Poder Público, nas esferas municipal, estadual e federal com o pequeno produtor e, principalmente, os beneficiados pelos programas de reforma agrária. Portanto, é preciso que a comunidade rural se mobilize e exija desses poderes condições dignas de vida para permanecerem no campo.

No prognóstico do assentamento Estivas, cujas diretrizes e objetivos estão claramente delineados no PRA, já citado anteriormente, as propostas de reorganização do espaço contemplam programas que tratam da organização territorial, serviços sociais, sistemas produtivos, meio ambiente, desenvolvimento organizacional e serviços de assessoria técnica para a implementação dos programas. De acordo com o documento, houve a participação dos assentados nas discussões dos problemas, levantamento das potencialidades e custos para viabilizar a melhoria das condições de vida dos assentados.

Entretanto, para que essas propostas se concretizem, é preciso que as parcerias levantadas durante a elaboração do documento, venham realmente contribuir para a

¹⁸ Resíduo líquido gerado na prensagem da mandioca com alto teor de toxidade.

concretização dos acordos firmados. Mais uma vez a participação comunitária na cobrança pelo cumprimento das promessas é fundamental para que a teoria seja posta em prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao eleger como temática a análise das dinâmicas espaciais e os resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária, tendo como referência o Assentamento Estivas, procurou-se, inicialmente por meio da historiografia, traçar, de modo introdutório, como se deu o processo de ocupação do espaço brasileiro, especificamente na Microrregião da Zona da Mata pernambucana, com o objetivo de visibilizar a introdução da monocultura canavieira, caracterizada pelo latifúndio, exploração da população indígena e escravidão.

Nesse contexto, a concentração fundiária na região, determinada pela monocultura da cana-de-açúcar teve como resultado o retraimento das pequenas propriedades e, conseqüentemente, a falta de incentivos para a agricultura familiar. As pequenas roças de subsistência existiam em terras do engenho, nos sítios, onde os trabalhadores rurais, mediante a “permissão” do patrão, moravam nas casas ali construídas e plantavam em pequenos lotes para alimentarem as famílias.

O Engenho, fruto da civilização açucareira, desde o Período Colonial, foi a única forma de organização social existente na época. Nele estavam a senzala, a monocultura da cana, os animais de trabalho, a igreja, a moita, os escravos e os trabalhadores rurais, todos gravitando em torno da figura do Senhor de engenho.

Entretanto, mudanças que aconteceram na Zona da Mata Meridional ao longo do tempo, interferiram principalmente nas relações de trabalho, que passaram da submissão no regime escravocrata ao assalariado “livre”; dos antigos engenhos às usinas; das formas mais arcaicas de cultivo da terra à tecnificação da agricultura. Desta forma, as transformações que se verificaram naquele espaço confirmam a opinião de Santos (1985, p. 49) quando defende que: “sempre que a sociedade sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização social”.

As mudanças que já vinham ocorrendo na atividade sucroalcooleira repercutiram nas questões fundiárias e econômicas, abalando o poderio dos usineiros e fornecedores de cana. A partir dos anos 80, do século XX, com o corte de recursos do Governo Federal para o Nordeste e o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, a indústria perdeu a competitividade para outros mercados, a exemplo de São Paulo.

Assim, no período da crise, muitas usinas e engenhos fecharam, demitindo uma grande quantidade de trabalhadores rurais que migraram para as periferias das cidades da Zona da Mata, provocando inchaço e problemas típicos das regiões metropolitanas, tais como: violência, habitação precária, desemprego, falta de acesso à saúde, educação, entre outros males. Por outro lado, as usinas que resistiram à crise, investindo em tecnologias avançadas, não absorveram a mão-de-obra ociosa tendo em vista que investiram em maquinários e insumos modernos que substituíam o trabalho humano.

Neste cenário de desemprego e miséria, provocado pela crise do setor sucroalcooleiro, intensificaram-se as reivindicações dos movimentos sociais como o MST, que deu suporte aos trabalhadores rurais nas ocupações dos engenhos improdutivos. Os acampamentos instalados na Zona da Mata Meridional, embora as famílias vivessem em precárias condições de vida e debaixo de lona, representaram a esperança de acesso a terra por parte daqueles trabalhadores.

As ocupações dos trabalhadores rurais nas terras improdutivas demonstram ainda a inoperância das políticas públicas de reforma agrária no Brasil que não incentivam a formação da pequena propriedade e, conseqüentemente, a agricultura familiar. Assim, os assentamentos instalados, sem uma política agrária consistente e planejada, na maioria das vezes se transformam em receptadores do assistencialismo do governo, dependentes economicamente dos créditos e sem a mínima condição de inserção no processo produtivo.

Nesse sentido, muitas vezes, os assentamentos apresentam um descompasso de situações. Alguns podem ser considerados produtivos, entretanto, grande parte deles assiste a um fracasso da estrutura produtiva, levando a maioria a um quadro geral de crise. Isso mostra que, embora o processo de distribuição de terras venha se ampliando nos últimos anos, não se vê o mesmo crescimento com relação a linhas de crédito, assistência técnica, infra-estrutura básica e serviços.

Dessa forma, os agricultores com dificuldades abandonam os lotes, e se tornam inadimplentes, principalmente em áreas de limitações físicas de água e solo. Assim, pode-se dizer que a Reforma Agrária na teoria é muito diferente da que está acontecendo na prática, pois não está atendendo as demandas da população rural, já que não favorece a reprodução social da família. Para que os assentamentos tenham êxito, faz-se necessário que os mesmos sejam viabilizados, atingindo um bom nível de desenvolvimento, garantindo para as famílias assentadas a geração de renda e alimentos para sua subsistência.

Apesar das dificuldades encontradas, as novas relações sociais estabelecidas no espaço dos assentamentos rurais promovem outras formas de convivência no meio rural. As práticas

sociais estabelecidas refletem as experiências de vida e de luta de cada assentado para a conquista da terra. O novo espaço é o espaço de trabalho, da convivência e das trocas, um espaço único em constante processo de transformação. Na verdade, ao apropriar-se de seu lote, o assentado tem um sentimento de pertencer ao lugar, de permanência e de criar raízes.

Os assentamentos instalados na região da Zona da Mata Meridional vêm promovendo novas dinâmicas espaciais, a partir da existência de processos sociais que impõem novas formas, funções e estruturas no espaço rural. Estas novas espacialidades estão presentes nos assentamentos rurais materializadas na divisão dos latifúndios em lotes, na diversificação das culturas, em outras práticas no manejo da terra, novas formas nos sistemas agrícolas e produtivos que se refletem na economia, na política, na sociedade e na cultura local.

No Assentamento Estivas, sob o ponto de vista das famílias hoje assentadas, há uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra pode ser compreendida como ponto de partida na redefinição de um conjunto de outras práticas sociais.

Dessa forma, para compreender as dinâmicas espaciais e os resultados socioambientais em assentamentos de reforma agrária, tendo como base o assentamento Estivas, procurou-se verificar quais os problemas encontrados no assentamento que impedem a mobilidade social dos assentados. Observou-se que as instituições que tratam da reforma agrária no Brasil, nos níveis federal, estadual e municipal não têm um projeto eficaz integrado que viabilize a auto sustentabilidade do assentamento; algumas dificuldades como o acesso ao crédito, assistência técnica insuficiente e capacitação são entraves reconhecidos pelos agricultores que interferem na produção e comercialização que gere renda suficiente para o sustento da família e, apesar de conscientes em relação à questão da conservação do ambiente no assentamento, os assentados não costumam utilizar práticas conservacionistas e são omissos em relação aos problemas ambientais que costumam ocorrer na propriedade.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas para a consolidação do assentamento, a oportunidade de acesso a terra por parte dos agricultores do assentamento Estivas parece resgatar parte da dívida que o sistema canavieiro impôs a maioria dos trabalhadores da cana na região. A questão de possuir o lote parece superar os problemas do cotidiano. Assim, é fácil constatar que o trabalho familiar e o desejo de permanecerem na terra estão acima dos entraves encontrados e que é possível superá-los. Dessa forma, é interessante registrar a opinião de um agricultor (janeiro, 2006) sobre as mudanças de vida, a partir do acesso a terra:

Em relação ao trabalhador rural mudou muito porque na verdade a gente vive numa região de cana de açúcar e os trabalhadores são muito explorados pelos usineiros, donos dos engenhos, fornecedores e quando você passa a ter mais assentamentos começa a produzir alimentos vivendo com a família, na verdade passa a ser um administrador de si próprio.

Assim, constata-se que apesar do acesso a terra ter propiciado ao trabalhador rural da Zona da Mata pernambucana, a sensação de liberdade, de ter rompido com as correntes que os aprisionavam aos senhores de engenho, desde o Brasil Colônia, esse fato ainda não trouxe a emancipação social e econômica do trabalhador rural da zona canavieira de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Diversificação das economias rurais no Nordeste**. Relatório final. São Paulo, Brasília: MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD- Projeto políticas Públicas e Desenvolvimento Rural, 2002.

ANDRADE, Manuel C. de Oliveira. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Universitária UFPE, 1988.

_____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Nordeste**: alternativas da agricultura. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **O Brasil e a questão agrária**. Recife: Universitária, 2002.

_____. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: FJN, Massangana, 2003.

_____. (Coord). **Atlas escolar de Pernambuco**: espaço geográfico e cultural. João Pessoa: Grafset Ltda, 2003.

ANDRADE, Manuel C. de Oliveira; ANDRADE, Sandra M. C. **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana**. Recife: UFPE, 2001.

BORGES, Carlos F. Origens históricas da propriedade da terra. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Adelino. **Cana-de-açúcar. Álcool e açúcar na história e no desenvolvimento social no Brasil**: séculos 16/20. Brasília: Horizonte, 1985.

BRASIL, Ministério da Agricultura. . **Reforma agrária no mundo e no Brasil**. Série Estudos e Ensaios nº 4. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany LTDA, 1952.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem – terra**: Escola é mais que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Zóia Vilar. **Doce amargo**: os produtores de açúcar no processo de mudança – Pernambuco (1847-1941). São Paulo: Annablume, 2001.

CANUTO, Antônio. **Reforma agrária**: ontem e hoje. Disponível em: < <http://www.cptnac.com.br> > Acesso em: 29/01/06.

CARVALHO, Ciara. A dama de ferro do INCRA. **Jornal do Commercio**, Recife, 01/05 2005.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI**: Possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome – o dilema brasileiro**: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Z. (org). **Desvendando máscaras sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. GOMES, et al (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Wanderley M. **O espaço como categoria de análise**. In: Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, vol. 2. São Paulo: USP, 1983.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho**. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

DICIONÁRIO MICHAELIS ESCOLAR. São Paulo: Melhoramentos, 1987.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Desmistificando a Geografia**: espaço tempo e imagens. Teresina:EDUFPI,2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José (ORG.) **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil**: 1930/1990. São Paulo: UNESP, 2002.

FIDEM. **Municípios**. Disponível em < <http://www.fidemcondepe.gov.br>>. Acesso em: 15/01/2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GALVÃO, André. Reforma agrária. MST interdita rodovias e saqueia caminhão. **Jornal do Commercio**, Recife, 23/05/ 2006.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGS e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

GOMES DA SILVA, José. **Caindo por terra**: Crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Secretaria de planejamento. PROMATA. **Identificação das áreas críticas do ponto de vista ambiental**. Recife, 2005.

GRANDE DICIONÁRIO LAROUSSE CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

GUTELMAN, M. **Estructuras e reformas agrárias**. Barcelona: Fontamara, 1978.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e da posse da terra no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cadastro de Imóveis Rurais**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> . Acesso em: 20 set.2004.

INCRA; ACAPE; COOPTECARA; APEEA. **Plano de recuperação do projeto do Assentamento Estivas**. Recife, 2004.

_____. **Relatório de Atividades**. Brasília, 1995.

IPAD–Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Técnico e Científico. **Atlas da biodiversidade de Pernambuco**. Recife: IPAD, 2002. CD-ROM

JUNGES, Leandro S. **Distribuição da terra, um dilema mundial**. A Notícia, Joinville, 2001 Disponível em: <http://www.portal.na.com.br/na_verde/especial/11/index1.html> Acesso em: 01/03/2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFÉBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: NEAD, 2004.

LIBERATO, Ana Paula Gularte. **Reforma agrária**: direito humano fundamental. Curitiba: Juruá, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do diabo**: O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura no Brasil. In: **Seminário Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional do Brasil com Ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI**. Trabalho apresentado. FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MINTZ, Sidney W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Org. e Trad. Christine Rufino Dabat. Recife: Universitária/UFPE, 2003.

_____, A antropologia da produção da plantation. In: SORJ, B; CARDOSO, F H e FONT, M. (ORG). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. p. 145-55. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORAES, Antônio Carlos R; COSTA, Wanderley M. **Geografia crítica** – a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

PALMEIRA, Moacir. “Casa e Trabalho: Notas sobre as relações sociais na plantation tradicional” In: **Contraponto**, RJ, ano II, número 2. p. 103-114, 1977.

PASSOS, Amara; SILVA, Antônio José; CAVALCANTI, Maura. **Reforma agrária no município de Amaraji**. Vitória de Santo Antão: 2001. Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Geografia do Brasil das Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão – FAINTVISA -PE (Monografia).

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Fundação de Desenvolvimento Municipal. **Perfil municipal**. Disponível: Disquete. Recife: FIDEM, 2001.

PICCIONI, Silvia Alcântara. **A gestão de recursos naturais em três assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco – APA de Guadalupe**. Dissertação(Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANIERI, S.B.L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAVOREK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas&Letras, 2003.

RANTA, P. Blom; J. Niemelä; E. Joensuu & M. Siitonen. 1998. **The Fragmented Atlantic Rain Forest of Brazil**: Size, Shape and distribution of Forest Fragments. *Biodiversity and Conservation* 7: 385-403.

RICKLEFS, Robert. **A economia da natureza**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.

SALES, Tereza. **Agreste, agrestes**: Transformações recentes na agricultura Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1982.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos**: exclusão e luta. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: HUCITEC/USP, 1978.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço-técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHILLING, Paulo R. Do “caminho brasileiro” de reforma agrária – 1962. In: STÉDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional-1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHWARTZ, Stuart, B. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Schwartz, 1988.

SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. **Mudanças na pequena produção e a reconstrução do espaço em Tacaratu – PE**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas&letras, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: um estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, João Nelson. **Educação ambiental comunitária**: alternativas para as zonas rurais de Pernambuco. Bonito na história. Monografia (Especialização). Fundação Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 1991.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?** Brasília: MDA/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Núcleo de Estudos Agrários- Série textos para Discussão, nº 2, 2001.

_____. **O que é questão agrária?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVA, Lenyra, R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas** - a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional – 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda-1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária- 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A novela da reforma agrária e a falta de compromisso real**. Rede social de Justiça e direitos humanos, São Paulo: 2005. Disponível em:< <http://www.Cptpe.org.br>> Acesso em: 26/05/2006.

STROZAKE, Juvelino José (Org.). **A questão agrária e a justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

VALADARES, João. Incra desperdiça R\$ 85,5 milhões. **Jornal do Commercio**, Recife, 3 de janeiro de 2006.

VEIGA, José Eli. **O que é reforma agrária?** São Paulo: Brasiliense, 2005.

WEBER, Max. Orden jurídico y orden económico. In: Economía y Sociedad. **Esbozo de sociología comprensiva**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1964 (1922).

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Amaraji

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com instituições no município de Amaraji

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas com representantes de movimentos sociais de Amaraji

APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas com produtores rurais e ex-moradores Assentamento Estivas

APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas com parceiros do Assentamento Estivas

APÊNDICE F – Questionário elaborado para ser aplicado com o representante do INCRA na Zona da Mata Meridional pernambucana

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DO SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE AMARAJI

1. Nome:

Idade: Escolaridade:

2. Estado civil: Tem filhos? Quantos?

3. Nasceu e se criou aqui? Se não, onde nasceu?

4. Possui lote em assentamento no município? Qual?

5. Mora na parcela? Qual o tamanho da parcela? Há quanto tempo?

6. Quais as diferenças que percebe no município depois da instalação dos assentamentos?

7. Você pode me dizer alguma coisa sobre Amaraji na época em que todos os engenhos eram produtivos? Você acha que agora está melhor ou pior? Pode explicar?

8. Você sabe quantos engenhos ainda produzem? Para quem?

9. Você sabe quantas pessoas trabalham para a destilaria em Amaraji? E para a usina? Trabalham o ano inteiro ou só na safra? Quanto ganham? São fichados?

10. Quantos assentamentos têm em Amaraji? E acampamentos?

11. Quantas famílias foram assentadas no município? Quais os movimentos que apoiaram?

12. Qual é a média do tamanho das parcelas? Você acha que dá para o sustento das famílias?

13. E a questão da assistência técnica, qual a sua opinião?

14. O que o sindicato tem feito para melhorar a vida dos assentados? Têm projetos? E resultados?
15. Como você vê a reforma agrária na zona na Mata Sul de Pernambuco?
16. E a conservação do meio ambiente no município, como você avalia? Você tem alguma sugestão?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES NO MUNICÍPIO DE AMARAJI

1. Na sua concepção, quais as diferenças existentes em Amaraji, antes e depois da instalação dos assentamentos de reforma agrária?
2. Você poderia me dizer qual era/é a importância dos engenhos para economia da cidade?
3. Qual a sua opinião sobre a reforma agrária na Zona da Mata Meridional de Pernambuco?
4. Qual a contribuição dos assentamentos para a economia de Amaraji? Você acha que melhorou?
5. Como você avalia as ações dos movimentos sociais em prol da reforma agrária na Zona da Mata Meridional de Pernambuco?
6. Existe algum projeto ou ação da sua instituição para apoiar os agricultores do município? Quais? Vocês dão algum apoio técnico ou financeiro?
7. E a conservação do meio ambiente em Amaraji, como você vê? Qual a contribuição da sua instituição para a questão?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS DE AMARAJI

1. Nome do entrevistado:
2. Nasceu e se criou aqui? Caso contrário, onde nasceu?
3. Qual o movimento social que faz parte? Qual a área de atuação? Quais os movimentos que apóiam ou apoiaram a reforma agrária em Amaraji?
4. Você pode me dizer alguma coisa sobre Amaraji na época em que todos os engenhos eram produtivos? Você acha que agora melhorou ou piorou? Pode explicar?
5. Em sua opinião, quais as diferenças que você percebe na economia do município (área urbana e rural) depois da instalação dos assentamentos?
6. Aqui em Amaraji ainda tem engenhos produzindo cana para destilaria ou usina. Tem idéia de quantos ainda estão ativos?
7. Você sabe qual a média do tamanho das parcelas nos assentamentos em Amaraji? Você acha o tamanho suficiente para o sustento de uma família?
8. Qual a sua opinião sobre o acesso ao crédito e à assistência técnica para o trabalhador rural no município?
9. Quais são os projetos e os resultados apresentados por sua instituição para os assentados no município?
10. O que você sabe sobre a reforma agrária na Mata Meridional de Pernambuco?

11. O que pensa sobre a conservação dos recursos naturais (ambiente) em Amaraji?
12. A sua instituição tem propostas ou ações para a conservação dos recursos naturais do município? Quais?

APÊNDICE D

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM PRODUTORES RURAIS E EX-MORADORES DO ASSENTAMENTO ESTIVAS

1. Nome:

Idade: Escolaridade:

2. Estado civil: Tem filhos? Quantos?

3. Nasceu e se criou aqui? Se não, onde nasceu?

4. Onde trabalhava e o que fazia antes de ter a sua parcela?

5. Era fichado? Trabalhava durante todo o ano ou só no período da moagem?

6. Conte como estava organizado o engenho, o que tinha? (casa grande, arruado, casa de farinha, igreja, escola, barracão, roça)

7. Pertencia a quem e o que produzia? Onde eles plantavam?

8. Quem morava no engenho e quantas pessoas trabalhavam aqui?

9. Quanto tempo você trabalhava por dia? Trabalhava por produção ou diária? Como era o pagamento?

10. Havia trabalhadores de fora do engenho? De onde? Eram fichados?

11. Você tinha terra para plantar? O que plantava?

12. O salário dava para sustentar a família?

13. Para você, o que mudou depois que passou a ser assentamento?
14. Faz parte de alguma associação, sindicato ou movimento social? Qual? Você acha importante participar?
15. Quais as instituições que apoiaram ou apóiam o assentamento? O que você acha deste apoio? Recebe ou recebeu assistência técnica? O que pensa sobre o assunto?
16. Já solicitou algum empréstimo bancário? Quando e para quê? Conseguiu pagar?
17. Como é a sua parcela? É suficiente para o sustento da família? Qual o tamanho que você gostaria de ter?
18. O que você planta? Onde você planta e em que época do ano?
19. O que faz com a sua produção? Você sabe quanto produz e quanto ganha?
20. Quantas pessoas trabalham com você? São da família ou você chama alguém de fora? Quem?
21. Usa máquinas, adubo químico ou algum veneno no solo? Usa adubo orgânico (estrume)?
22. Onde vende seus produtos? Como transporta?
23. Além da agricultura, você tem outro tipo de renda no assentamento ou fora dele?
24. A água que você bebe de onde vem? Usa filtro, ferve ou bebe natural? Alguém já viu se esta água é boa para beber?
25. A sua casa tem sanitário e fossa? E o lixo? como vocês fazem?
26. Acha importante para você cuidar e conservar este lugar? Por quê? O que você faz para melhorar?

27. Você vê alguma coisa errada aqui no ambiente do assentamento? Você acha que poderia prejudicar a sua atividade agrícola? O que você poderia fazer para evitar isso?

APÊNDICE E

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PARCELEIROS DO ASSENTAMENTO ESTIVAS

1. DADOS DO INFORMANTE

- Nome ? Idade? Escolaridade?
- Estado civil ? Tem filhos? Quanto?
- Nasceu e se criou aqui ? Se não, onde nasceu?
- Mora na parcela? Qual o tamanho da parcela?
- Há quanto tempo está no assentamento?
- Faz parte de alguma associação, sindicato ou movimento social? Qual?
- Quais as instituições que apoiaram ou apóiam o assentamento? O que você acha deste apoio?

2 ATIVIDADES, CONDIÇÕES DE VIDA E LUTA PELA TERRA

- Onde trabalhava e o que fazia antes de ter a sua parcela?
- Onde morava?
- Era fichado? Trabalhava durante todo o ano ou só no período da moagem?
- Como começou a luta pela terra? Quanto tempo durou?
- Houve resistência do proprietário?
- Que movimento apoiou a luta?
- Participou de outras ocupações? Onde?
- O que mudou para você depois que conquistou sua parcela?
- E no assentamento, o que mudou?

- Quantas famílias moram atualmente no assentamento? Você sabe quantas pessoas no total?

3. SISTEMA PRODUTIVO

- O que você planta? E como planta? Como é a sua parcela?
- Qual o tempo que você leva trabalhando no campo?
- Na sua produção, o que você consome e o que você vende? Quanto?
- Quantas pessoas trabalham com você? Você contrata alguém de fora?
- Onde vende seus produtos?
- Caso venda fora, como faz para transportar seus produtos? O transporte é individual ou coletivo?
- Além da agricultura, você tem outro tipo de renda no assentamento ou fora dele?
- Você cria algum tipo de animal? É para venda ou para alimentação da família?

4. MEIO AMBIENTE

- Como você vê esta terra, esta água, esta mata do assentamento? Você acha que esta terra é boa ou ruim? O que você acha difícil aqui?
- Você acha importante para sua atividade conservar este lugar?
- Faz alguma prática de conservação do solo?
- Usa adubo orgânico? Algum adubo químico ou veneno?
- O que faz com o seu lixo?
- E a água que bebe de onde vem? Usa filtro, ferve ou bebe natural? Alguém já analisou esta água?
- A sua casa tem sanitário? E fossa?
- Você vê alguma coisa de errado aqui no ambiente do assentamento? Você pode dizer?
- O que você poderia fazer para evitar isso?

APÊNDICE F

QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA SER APLICADO COM O REPRESENTANTE DO INCRA NA ZONA DA MATA MERIDIONAL PERNAMBUCANA

1. Nome, escolaridade e função no Incra.
2. Quais são os municípios da Zona da Mata Meridional que têm assentamentos oficializados pelo Incra?
3. Quantos acampamentos na região estão contabilizados por sua instituição?
4. Quais os movimentos sociais que atuam na Mata Sul de Pernambuco?
5. Quantas famílias foram assentadas no período de 1990 a 2005 na região?
6. O Incra presta assistência técnica a esses assentamentos já instalados? Com que frequência?
7. Quais as principais dificuldades encontradas por sua instituição para a implantação desses assentamentos?
8. Na concepção do (a) Sr.(a), a reforma agrária na Mata Meridional Pernambucana tem proporcionado a melhoria da qualidade de vida do agricultor ? Pode citar alguns exemplos?
9. A preocupação com a gestão ambiental faz parte dos projetos de reforma agrária autorizados pelo Incra? Pode comentar de que forma?

10. Quais são as prioridades da instituição para a Zona da Mata Meridional Pernambucana para o presente exercício?